

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO

SONIA MARIA DO NASCIMENTO

**A CRIANÇA SOB A ÓTICA DO JORNAL DA CIDADE DE GOIÂNIA:
MARCAS DA (IN)VISIBILIDADE**

GOIÂNIA
2019

SONIA MARIA DO NASCIMENTO

**A CRIANÇA SOB A ÓTICA DO JORNAL DA CIDADE DE GOIÂNIA:
MARCAS DA (IN)VISIBILIDADE**

Dissertação elaborada como exigência parcial
à conclusão do Mestrado em Educação do
Programa de Pós-Graduação em Educação
da PUC Goiás.

Orientador: Prof. Dr. Romilson Martins Siqueira.

GOIÂNIA

2019

N244c Nascimento, Sonia Maria do
A criança sob a ótica do jornal da cidade de Goiânia
: marcas da (in)visibilidade / Sonia Maria do Nascimento.--
2019.

163 f.: il.

Texto em português, com resumo em inglês
Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade
Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores
e Humanidades, Goiânia, 2019

Inclui referências, f. 158-163

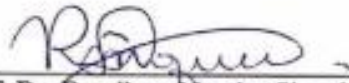
1. Crianças - Goiânia (GO). 2. Jornais - Goiânia (GO).
3. Memória coletiva - Goiânia (GO). 4. Socialismo
e educação. I.Siqueira, Romilson Martins. II.Pontifícia
Universidade Católica de Goiás - Programa de Pós-Graduação
em Educação - 10/09/2019. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 37.015.31:316.42(043)

**A CRIANÇA SOB A ÓTICA DO JORNAL DA CIDADE DE GOIÂNIA: MARCAS
DA (IN)VISIBILIDADE**

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, aprovada em 10 de setembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Romilson Martins Siqueira / PUC Goiás (Presidente)



Prof. Dr. Divino de Jesus da Silva Rodrigues / PUC Goiás



Profa. Dra. Sheila Santos de Oliveira / FASAM



Prof. Dr. Rodrigo Fideles Fernandes Mohn / PUC Goiás (Suplente)

Profa. Dra. Marcilene Pelegrine Gomes / UFG (Suplente)

Saber Viver

Não sei...
se a vida é curta
ou longa demais para nós.
Mas sei que nada do que vivemos
tem sentido,
se não tocarmos o coração das pessoas.

Muitas vezes basta ser:
colo que acolhe,
braço que envolve,
palavra que conforta,
silêncio que respeita,
alegria que contagia,
lágrima que corre,
olhar que sacia,
amor que promove.

E isso não é coisa de outro mundo:
é o que dá sentido à vida.

É o que faz com que ela
não seja nem curta,
nem longa demais,
mas que seja intensa,
verdadeira e pura...
enquanto durar.

(Cora Coralina)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus e a todas as pessoas que ajudaram-me e contribuíram para a realização desta pesquisa.

Em especial ao meu orientador Prof. Dr. Romilson Martins Siqueira pela grande colaboração e entusiasmo e dedicação.

Aos professores Dr. Rodrigo Fideles Fernandes Mohn e Dr. Divino de Jesus da Silva Rodrigues que me ajudaram a reconstruir este trabalho à época da qualificação. De modo especial, retomo agradecimento aos dois professores que, agora, somam-se à Profa. Dra. Sheila Santos Oliveira para a defesa deste trabalho. Aos três professores, minha gratidão.

Um agradecimento também ao amigo Caio Henrique Oliveira e Silva que me auxiliou na pesquisa foi de fundamental importância para que eu pudesse ver, compreender e escrever para além daquilo que os dados do jornal mostravam.

Aos colegas, professores e aos funcionários do Curso de Mestrado da PUC Goiás que tiveram papéis decisivos na minha formação.

Aos meus pais (*in memoriam*) que me ensinaram a entender a importância da educação na vida e na história de uma nação.

Agradeço à minha irmã Solange Maria do Nascimento que me incentivou e encorajou nesta caminhada.

RESUMO

Este trabalho, inscrito na Linha Educação, Sociedade e Cultura do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC Goiás, tem como objeto de estudo a criança sob a ótica social do jornal da cidade de Goiânia. O Problema de Pesquisa assim se constituiu: como as crianças são retratadas socialmente nas matérias do maior jornal da cidade de Goiânia? Sob quais aspectos se dão as concepções de infância/criança? O que velam, desvelam ou ocultam estas publicações? Justifica-se o tema a partir da relação entre *educação – cultura – comunicação*, visto que a denúncia sobre como as infâncias e crianças estão sendo retratadas socialmente pela mídia jornalística pode contribuir para avançar ou restringir o campo da defesa dos direitos da criança e da pesquisa científica. Os objetivos desta pesquisa foram: a) compreender as concepções de criança/infância e as questões que as envolvem nos espaços sociais sob a ótica das publicações jornalísticas de Goiânia; b) Investigar por meio de uma perspectiva histórico cultural os motivos que contribuem para a (in)visibilidade da criança; c) estudar os avanços legais, políticos e sociais da criança na sociedade brasileira. Toma como autores de base: Bosi (2010), Charlot (2013), Chauí (2008), Del Priore (2016), Passeti (2016), Rizzini (2008), Siqueira (2011), Soares (1997), Sarmiento (2014). A metodologia da pesquisa foi de caráter qualitativa, com abordagem bibliográfica e análise de conteúdo. Os dados empíricos da pesquisa foram os conteúdos das matérias jornalísticas no jornal *O Popular*, em um recorte temporal estabelecido aleatoriamente de junho à dezembro de 2017, totalizando 7 meses. Do conjunto dos dados, foram mais recorrentes três grandes temáticas por ordem de prevalência: violência, educação e saúde. Na exposição dos dados, o Capítulo I, intitulado *A infância e a criança como construções históricas e sociais*, versou sobre a construção social e histórica das categorias: infância, criança, ideologia e discriminação. Situou os estudos em autores que tomam a historicidade dos temas na relação entre educação – sociedade – cultura. O Capítulo II, *A criança na perspectiva social pela ótica do jornal: quando a ausência de proteção gera a dor e a violência nos corpos e nas infâncias*, discutiu as questões de vulnerabilidade e ausência de Direitos de Proteção da criança. O Capítulo III, *A criança na perspectiva social pela ótica do jornal: quando a ausência de Provisão nega direitos* tratou dos dois últimos temas mais recorrentes nos dados em ordem quantitativa de matérias: educação e saúde. Os resultados evidenciaram a negação do Direito de Provisão, particularmente no campo da ausência das Políticas Públicas. As conclusões permitem retomar àquilo que o título já anunciava: as visibilidades e invisibilidades. De modo geral, a ótica social do Jornal continua a tratar a criança e a infância como objetos jornalísticos e não como sujeitos de direito. Centrando-se no campo dos direitos da criança, os dados revelam movimentos de contradição e senso comum em temas tão importantes para a constituição do debate sobre os direitos da criança e que, por muitas vezes, são pouco explorados pelo veículo de comunicação em estudo.

Palavras-chave: Criança. Infância. Jornal. Direitos. Visibilidades.

ABSTRACT

This work, situated within the research line called “Education, Society and Culture” of the Graduate Program in Education of PUC-Goiás, studies the child from the social perspective of the newspaper in the city of Goiânia. The Research Problem was thus constituted: how are children socially portrayed in the stories of the largest newspaper in the city of Goiânia? Under what aspects do the conceptions of childhood / child occur? What do these publications veil, unveil or hide? The theme is justified from the relation between *education – culture – communication*, since the denunciation of how children and childhood are being socially portrayed by the news media can contribute to advance or restrict the field of child rights defense and scientific research. The goals of this research were: a) to understand the conceptions of child/childhood and the issues concerning them in social spaces, from the perspective of journalistic publications in Goiânia; b) to investigate, through a historical and cultural perspective, the reasons contributing to the (in) visibility of the child; c) to study the legal, political and social advances of children in Brazilian society. The authors basing the research are: Bosi (2010), Charlot (2013), Chauí (2008), Del Priore (2016), Passeti (2016), Rizzini (2008), Siqueira (2011), Soares (1997), Sarmiento (2014). The research methodology was qualitative, alongside a bibliographic approach and content analysis. The empirical data were taken from the articles in the newspaper *O Popular*, in a time frame randomly established from June to December 2017, comprising a total of 7 months. From the data set, three major themes were recurrent in order of prevalence: violence, education and health. In the data exposition, Chapter I, called *Childhood and the Child as Historical and Social Constructions*, dealt with the social and historical construction of the following categories: childhood, child, ideology and discrimination. It situated the studies within authors who take the historicity of the themes in the relation among education – society – culture. Chapter II, *The child in the social perspective from the newspaper outlook: when the lack of protection generates pain and violence in bodies and childhoods*, discusses the issues of vulnerability and the absence of Child Protection Rights. Chapter III, *The child in the social perspective from the newspaper outlook: when the absence of provision denies rights*, addressed the final two most recurring themes in the data, in a quantitative order of issues: education and health. The results showed the denial of the Right of Provision, particularly in the absence of Public Policies. The conclusions allow us to return to what the title had already announced: visibilities and invisibilities. In general, the social outlook of the newspaper continues to treat children and childhood as journalistic objects and not as subjects of law. Focusing on the field of children rights, the data reveal movements of contradiction and common sense on crucial themes regarding the debate about the rights of the child, which are often poorly explored by the communication vehicle under study.

Keywords: Child. Childhood. Newspaper. Rights. Visibilities.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1	Total de Matérias Encontradas por Mês.....	19
Tabela 2	Total de Matérias Seleccionadas.....	20
Tabela 3	Matérias Classificadas por Temas.....	20
Tabela 4	Temas Seleccionados para Análise.....	22
Tabela 5	Dissertações na Produção Acadêmica.....	47
Quadro 1	Dissertações seleccionadas para leitura analítica.....	48

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Primeira Publicação do Jornal <i>O Popular</i>	13
Figura 2	Distribuição percentual das vítimas de estupro, segundo faixa etária (2011 a 2016)	77
Figura 3	Índices de violência/grau de parentesco	78
Figura 4	Brasil: vínculo/grau de parentesco do agressor com a vítima de estupro, segundo faixa etária da vítima (2016)	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Comparativo de matérias: encontradas e seleccionadas.....	20
Gráfico 2	Matérias classificadas por temas.....	21
Gráfico 3	Comparativo de matérias: encontradas, seleccionadas e analisadas.....	22
Gráfico 4	Temas analisados.....	23

SUMÁRIO

RESUMO	07
ABSTRACT	08
APRESENTAÇÃO	11
CAPÍTULO I:	
A INFÂNCIA E A CRIANÇA COMO CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS E SOCIAIS	
1.1	DELIMITANDO CAMPOS CONCEITUAIS..... 24
1.2	A INVISIBILIDADE DA INFÂNCIA: ideologias e preconceitos..... 31
1.3	MARCAS DA INVISIBILIDADE: a infância marginalizada no Brasil..... 37
1.4	PROTEÇÃO, EDUCAÇÃO E SAÚDE: processos e lutas pela visibilidade dos direitos da criança..... 42
1.5	A INFÂNCIA E A CRIANÇA NO ESTADO DO CONHECIMENTO: modos de visibilidade e invisibilidade nos estudos contemporâneos..... 46
CAPÍTULO II:	
A CRIANÇA NA PERSPECTIVA SOCIAL PELA ÓTICA DO JORNAL: AUSÊNCIA DE PROTEÇÃO E VISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA	
2.1	A CRIANÇA E A VIOLÊNCIA..... 67
2.1.1	Violência Urbana: a Morte da Criança na Cidade..... 68
2.1.2	Violência Sexual: a Questão do Abuso..... 76
2.1.3	Violência Doméstica..... 87
CAPÍTULO III:	
A CRIANÇA NA PERSPECTIVA SOCIAL PELA ÓTICA DO JORNAL: INVISIBILIDADE DOS DIREITOS DE PROVISÃO	
3.1	A CRIANÇA E A EDUCAÇÃO..... 97
3.1.1	A Educação da Primeira Infância..... 98
3.1.2	Perspectivas da educação Inclusiva na infância..... 112
3.1.3	<i>Bullying</i> , infância e educação 122
3.1.4	Educação e a Perspectiva do Direito..... 130
3.2	A CRIANÇA E A SAÚDE..... 139
3.2.1	Infância e saúde: a ausência dos direitos de provisão 139
3.2.2	Quando a Ausência das Políticas Públicas se Converte em Campanha 144
CONSIDERAÇÕES FINAIS 148	
REFERÊNCIAS 158	
APÊNDICES 164	
ANEXOS 166	

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho, inscrito na linha de pesquisa Educação, Sociedade e Cultura, toma como perspectiva o campo de tensão que envolve o tema da infância e da criança na sociedade e tem como objeto de estudo as crianças sob a ótica social do jornal da cidade de Goiânia.

Observa-se que nas últimas décadas um certo “discurso social” tem-se intensificado no campo da infância. Esse discurso notadamente visto nos dias atuais, tem se constituído historicamente pela negação, pela falta e pela vulnerabilidade. Até mesmo a infância, compreendida como um tempo social da vida, só foi ter algum interesse científico/pedagógico entre pedagogos, psicólogos, sociólogos, dentre outros, no final do século XIX. Desta forma, os avanços em relação à educação, amparo familiar e do Estado e de questões concernentes ao combate à intolerância, preconceito e invisibilidades têm sido mínimos e insignificantes.

Por outro lado, muito se tem discutido sobre a compreensão da infância e da criança como construtos sociais e culturais, o que implica considerar as dimensões de classe, gênero, etnia, dentre outras. Neste sentido, não existe uma concepção de infância ou criança, mas infâncias e crianças no plural, uma vez que se trata de uma construção cultural.

Não obstante, o lugar destinado à estas duas categorias sociais pode variar dependendo do valor social atribuído ao sentido e significado da infância e da criança. Isso pode operar em uma lógica do resguardo dos direitos ou da negação dos mesmos. Neste sentido, como tem se configurado o lugar da criança no jornal? Do que tratam estas matérias? Que modos de regulação, preconceito ou assujeitamento estão definidas?

Com base nisso, o Problema de Pesquisa assim se constituiu: como as crianças são retratadas socialmente nas matérias jornalísticas do maior jornal da cidade de Goiânia? Sob quais aspectos se dão as concepções de infância/criança, educação, direito e ação educativa? O que velam, desvelam ou ocultam estas publicações?

A justificativa para a necessidade da discussão da temática torna-se fundamental, uma vez que este estudo pretende apreender o tema a partir da relação entre *educação – cultura – comunicação*, visto que a denúncia sobre como

as infâncias e crianças estão sendo tratadas socialmente pela mídia jornalística pode contribuir para avançar ou restringir o campo da defesa dos direitos da criança e da pesquisa científica.

Os objetivos desta pesquisa foram: a) geral: compreender as concepções de infância e criança e as questões que as envolvem, principalmente a (in)visibilidade nos espaços sociais sob a ótica das publicações jornalísticas de Goiânia; b) específicos: investigar por meio de uma perspectiva histórico cultural alguns dos motivos que contribuem para a (in)visibilidade da criança: avanços legais, políticos e sociais da criança na sociedade brasileira.

As bases teóricas de estudo da pesquisa fundamentaram-se em análises das categorias a partir de uma perspectiva dialética, a fim de trazer a tensão entre aquilo que estava proclamado e o que estava velado no conteúdo das matérias. Sendo o tema apanhado a partir da perspectiva inclusão – exclusão, o método de estudo permitiu compreender as contradições e o lugar destinado às crianças e suas infâncias. Como autores de base foram utilizados Bosi (2010), Charlot (2013), Chauí (2008), Del Priore (2016), Passeti (2016), Rizzini (2008), Siqueira (2011), Soares (1997), Sarmiento (2014)

A metodologia da pesquisa foi de caráter qualitativo, com a abordagem bibliográfica e análise de conteúdo em Bardin (2011). Neste caso específico, os dados empíricos da pesquisa foram os conteúdos das matérias jornalísticas sobre as crianças e as infâncias.

A construção do percurso metodológico de pesquisa partiu do seguinte detalhamento: a fonte de estudo desta dissertação se deu no jornal *O Popular*, da cidade de Goiânia, com o objetivo inicial de encontrar matérias que retratassem a criança e/ou a infância. Mas porque este Jornal e não outro? Para responder a esta questão, buscou-se considerar os aspectos históricos e econômicos deste veículo de comunicação e sua inserção social na cidade de Goiânia.

O jornal *O Popular* foi o primeiro jornal a se instalar na capital goiana e hoje, com 81 anos, é um dos mais influentes veículos de comunicação da região Centro-Oeste, região na qual situa-se este estudo. Ele foi fundado pelos irmãos Joaquim Câmara Filho, Jaime Câmara e Vicente Rebouças Câmara. Em 1933, iniciou-se a corrida de ocupação da cidade e, em meados de 1935, Jaime Câmara e o sócio Henrique Pinto Vieira fundaram a primeira tipografia da capital do estado de Goiás, sendo esta conhecida como a *Tipografia Popular*. Suas primeiras produções, à

época considerado um jornal informativo, publicou edições denominadas *A Razão* e *Vossa Senhoria* e, já nestas edições, demonstrou preocupação com “um certo cunho mais político” nas suas reportagens.

Todavia, foi só em 1937 que os irmãos Câmara fundaram em Goiânia a J. Câmara & S/A, no centro da cidade. Nesse sentido, sob a direção dos irmãos, sua primeira edição só vem à tona um ano depois. Assim, no dia 03 de abril de 1938, chega às bancas um exemplar, este com pequeno volume (três mil exemplares), contendo quatro (4) páginas e custando \$500 réis. Nele, o próprio jornal fez questão de expressar seu comprometimento social com a sociedade. Assim anunciava o primeiro¹ exemplar: “Pelos folhas volantes deste jornal procuraremos defender a causa das coletividades do estado, focalizando seus problemas mais vitais e sugerindo para os mesmos medidas solucionadoras” (O POPULAR, 2018). A título de exemplo, segue abaixo a figura contendo o primeiro exemplar do jornal:



Figura 1: Primeira publicação do Jornal *O Popular*
 Fonte: <https://www.opopular.com.br/noticias/o-popular-completa-79-anos-1.1251472>

Esta pesquisa não teve como objeto de estudo o jornal *O Popular*, todavia, sua escolha como fonte de pesquisa também levou em consideração o critério da história da capital goiana, sendo o primeiro dentre todos os outros jornais impressos.

¹ Fonte: site do O Popular em 03/04/2018.

Acredita-se também que este Jornal, para se manter até a atualidade como um dos meios de acesso à informação mais influentes da região, precisou se adaptar historicamente à cultura local, bem como trazer a informação mais próxima da realidade cultural do público da região Centro-Oeste.

Neste sentido, constatou-se que o tempo histórico e as relações econômicas influenciaram por vezes na organização deste jornal. Este editorial vivenciou, sofreu mudanças e adaptou-se por diversas vezes à realidade local. Mas o que de fato este jornal retrata a partir de sua ótica social? Suas matérias retratam e expressam o pensamento da população goiana?

Assim, a escolha do jornal foi definida por acreditar que este veículo de informação seria capaz de trazer aspectos culturais e regionais de região, bem como de evidenciar como está sendo vista a criança e a infância nesta sociedade, uma vez que ele acompanha historicamente os processos de mudança e o discurso social desta sociedade em questão.

Por conseguinte, estabeleceu-se que ler-se-ia e recortar-se-ia das edições do jornal todas as matérias que retratassem ou que tivessem as palavras-chave criança e/ou infância, num recorte temporal pré-estabelecido aleatoriamente de 1 de junho de 2017 a 31 de dezembro de 2017, totalizando 7 meses retroativos de leitura do jornal.

Para a concretização desta etapa da pesquisa, inicialmente buscou-se identificar quais eram as possibilidades de se ter acesso às edições retroativas do Jornal. Por meio de uma ligação na sede do Jornal, três possibilidades foram apresentadas: a) a primeira opção fornecida baseava-se em deslocar-se até à sede do Jornal e pesquisar nas edições anteriores guardados em uma biblioteca setorial; b) a segunda opção para ter acesso aos exemplares era passar para a redação do Jornal, via *e-mail*, o número das edições que seriam utilizadas neste estudo. A equipe interna do Jornal se encarregaria de encontrar as edições físicas/impresas retroativas para serem adquiridas; c) a terceira e última opção fornecida foi de que se adquirisse uma assinatura do jornal, fato que garantiria o acesso às edições retroativas por meio da internet.

Deste modo, a primeira possibilidade foi descartada porque os exemplares não poderiam ser retirados de dentro da sede do jornal, nem tão pouco poderiam ser recortados, o que dificultaria o processo de registro e catalogação das matérias encontradas. A segunda opção foi rejeitada pelo alto preço solicitado em cada

exemplar que fosse adquirido, bem como não se sabia inicialmente quais jornais continham matérias com a temática em questão. A fim de evitar gastos desnecessários, uma vez que acreditava-se que nem todos os exemplares poderiam conter matérias com a temática solicitada para estudo, logo esta opção não foi acolhida. Por fim, a terceira e última possibilidade seria de custo mais viável, uma vez que seria possível manusear livremente as edições do jornal a partir de qualquer computador, sendo também possível fazer a impressão apenas das páginas dos jornais em que aparecessem as matérias específicas sobre criança e infância.

Assim, continuando o processo de coleta de dados no jornal, e foram lidos, na íntegra, os exemplares de junho a dezembro de 2017, totalizando 227 edições do jornal *O Popular*. O processo de recorte das matérias encontradas funcionou da seguinte forma: após identificada a matéria que abordava o tema da criança ou infância, fez-se um *print screen*² da tela do computador com foco na matéria, colando-a em documento de Word. Da mesma forma, o arquivo foi datado, salvo, impresso e catalogado em uma pasta classificatória. Objetivou-se, com isso, registrar as fontes da pesquisa em sua modalidade digital e impresso.

Este processo de pesquisa no jornal, catalogação e arquivo teve duração de 4 meses, sendo iniciado em outubro de 2018 e finalizado em janeiro de 2019. Por conseguinte, as fontes da pesquisa foram analisadas e catalogadas de forma a empreender questões de como está sendo veiculada socialmente, sob a ótica do jornal, a ideia da criança e da infância na sociedade. Da leitura das matérias foi possível fazer uma classificação temática a partir dos seguintes enfoques: educação, saúde, segurança, violência doméstica, violência urbana, violência/abuso sexual, cultura, consumo e mídia, esporte, economia, outros. Ainda que algumas matérias pudessem ser tratadas em mais de uma temática, levou-se em consideração o objeto de que se tratava e, portanto, sua única vinculação à uma temática.

Em relação ao levantamento das categorias de estudo, foi necessária a análise pormenorizada dos conteúdos. Por se tratar de um veículo de comunicação de massa, há que se destacar aqui que as fontes desta pesquisa foram consideradas como matérias jornalísticas que ora configuravam-se como notícia, ora como reportagem. Como se buscava identificar a forma como a criança e a infância

² *Print screen* é o nome dado à forma de capturar o que se vê na tela do celular ou do computador, criando uma imagem.

eram retratadas socialmente no jornal, fez-se necessário compreender também a forma como o jornal vincula e expõe seu noticiário. Desta vez, identificou-se uma diferença significativa entre notícias e reportagens. Para tratar desse tema, procurou-se por um guia jornalístico para melhor entender essas diferenças.

Um guia jornalístico é formulado para orientar o trabalho de jornalistas, uma vez que sua área de atuação profissional é muito abrangente, o que impossibilita o total domínio de todos os temas tratados diariamente. Neste sentido, profissionais de cada área do conhecimento organizam um material que trazem teorias e técnicas de jornalismo com a finalidade de proporcionar um domínio rápido ao jornalista sobre o assunto. Ou seja, existem guias jornalísticos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), guia da Câmara de Deputados, guia da Arte do Escrever Bem, dentre outros.

Por conseguinte, encontrou-se o *Manual do Foca: um guia de sobrevivência para jornalistas* de Jorge (2008), cujo objetivo era explicar e definir conceitos de notícias, lide, pirâmides, pauta, reportagens, apuração e entrevista, e outros assuntos deste campo.

Este guia abarca uma diversidade de conceitualizações de notícia e de reportagem. Cabe ao leitor encontrar uma que mais se aproxima de sua linha de pensamento. Desse modo, Jorge (2008) esclarece que “os conceitos de notícia encontrados nos livros tratam-na como mera transcrição de um fato ocorrido, manifestação da inteligência humana, simples forma de representação da realidade” (p. 22). Para Jorge (2008), a notícia é uma

transmissão da experiência, articulação que transporta o fato a quem não o presenciou: matéria-prima da produção jornalística, o relato noticioso condensa a informação atual, verdadeira naquele momento, carregada de interesse humano e capaz de despertar a atenção e a curiosidade do maior número de pessoas possível; [...] notícia é comunicação: quanto mais pessoas essa comunicação atingir, melhor. O objetivo é ampliar o espectro da informação. A tendência à segmentação, veículos dirigidos a públicos específicos não contradizem esse pressuposto. Também os suplementos estão obrigados a ter uma linguagem acessível, porque a qualquer momento um novato pode se interessar pelas matérias. Quanto mais fechada a notícia, menos ela comunica (p. 24).

Além disso, a autora nos apresenta elementos para que um determinado assunto seja considerado um potencial para notícias. São eles: “novo (não se conhecia ontem ou minutos atrás); inusitado (estranho, exótico); sensacional (apela às sensações); misterioso (suscita questões e dúvidas)” (JORGE, 2008, p. 24).

Assim, a notícia no jornal se concretiza como um texto informativo que busca narrar um fato de interesse público de forma ágil e imediata, tendo como estrutura início, meio e fim no processo de descrição deste fato. Por ser assim, não apresenta grandes estudos, tão pouco causas e desdobramentos.

Já no que se refere à reportagem, Jorge (2008) afirma que “a notícia é o ponto de partida da reportagem”. Deste modo, entende-se que a reportagem “é a notícia ampliada” (JORGE, 2008, p. 70). Baseado em Lage (2008), no livro intitulado *A Reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística* pode-se inferir que a reportagem é um pouco mais ampla, pois engloba um processo de pesquisa e visa maior aprofundamento no assunto noticiado. Deste modo, para além dos fatos, podem compor as reportagens os testemunhos, gráficos, pesquisas documentais, tabelas, ilustrações, notas, documentos normativos, dentre outros do mesmo sentido (LAGE, 2008).

Deste modo, compreende-se que a reportagem é um texto jornalístico do gênero textual expositivo, interpretativo ou opinativo. Sua estrutura no jornal é formada por uma manchete (frase objetiva em destaque), título auxiliar (um complemento ao título principal ou manchete), lide (trata-se de um parágrafo introdutório sobre o assunto contendo aspectos relevantes sobre a informação que está sendo noticiada); corpo da reportagem (desenvolvimento do assunto a ser tratado). Sua linguagem deve ser precisa apresentando clareza, rigor e objetividade.

Neste sentido, baseado em Lage (2006), existem diversos tipos de reportagens. Alguns deles são: reportagem de fatos (relata objetivamente o acontecido por ordem de importância); reportagem de ação (relata os acontecimentos em movimento. O repórter está presente no ocorrido); reportagem documental (trata o assunto com outros autores e/ou citações sobre o tema); outras formas (reportagem conto, reportagem crônica, livro reportagem) (LAGE, 2006).

No geral, a reportagem pode ser considerada como “um produto específico resultante do trabalho de reportar determinados fatos, com a pretensão de aprofundar o assunto e provocar o debate”. Assim, a reportagem é o “resultado de busca de informação, cobertura” (JORGE, 2008, p. 70).

Deste modo, a reportagem se situa no campo da informação, e a notícia no campo do jornalismo informativo (JORGE, 2008). Suas maiores aproximações se dão ao fato que ambas são textos jornalísticos, ou seja, suas aproximações são

estruturais. Já as suas diferenças se dão porque uma notícia é um fato, e o outro vai além, buscando causas e efeitos.

Todavia, segundo Jorge (2008), “notícia e reportagem apresentam sentidos específicos e distintos, embora façam parte do rol de ferramentas e habilidades do jornalista” (p. 73). Deste modo, no que se refere a jornalismo, tanto notícia, quanto reportagem, podem ser chamados de matéria. Isso se dá pelo fato que, matéria, no vocábulo brasileiro, é um sinônimo de material jornalístico. A fim de responder ao questionamento acima supracitado, doravante os dados desta pesquisa serão aqui tratados como matéria.

Isso significa dizer que cada matéria foi lida e analisada a partir daquilo que orienta a produção de inferências a respeito de dados verbais e/ou simbólicos. O ponto de partida para este estudo foi o problema desta pesquisa e sua relação com os temas explícitos ou implícitos nos títulos, nas palavras-chave e no corpo das matérias. Isso porque o mais importante da leitura era fazer uma análise crítica de como a ausência e/ou presença da criança era socialmente retratada. Portanto, os objetivos da pesquisa permitiram ter acesso a um conjunto de informações que os conteúdos revelavam ou ocultavam. Para analisar as matérias foi necessário um estudo dos conteúdos explícitos e implícitos em cada veiculação. Sendo assim, atentou-se para os aspectos da descrição do texto, da interpretação e significação das características enunciadas sobre as crianças, a inferência de temas e/ou assuntos não tratados, dentre outros aspectos.

O estudo dos conteúdos dos jornais também se deu a partir de uma pré-análise geral do tema. Isso permitiu situar as categorias infância e criança nas diferentes seções em que as matérias foram veiculadas: cidade, comentários, crônicas, magazine, saúde, educação, bem-estar, (...). Permitiu, ainda, organizar a primeira leitura e conhecer os contextos em que as matérias foram produzidas.

Em uma análise de conteúdo as categorias são pontos cruciais no processo de pesquisa. Segundo Franco (2005): “a análise de conteúdo se sustenta ou não por suas categorias” (p. 57). Já para Bardin (2011), as categorias podem ser criadas a priori ou a posteriori, isto é, a partir apenas da teoria ou após a coleta de dados. Nesta pesquisa, “as categorias não são definidas a priori. São as que emergem da fala, do discurso, do conteúdo das respostas e implicam constante ida e volta do material de análise à teoria” (FRANCO, 2007, p. 61). Sendo assim, foram considerados alguns requisitos para a definição das categorias de análise: a

pertinência da matéria, uma vez que suas categorias são consideradas pertinentes quando estão situadas ao material de análise escolhido e ao quadro teórico definido. Da mesma forma, as categorias devem fornecer condições para boas inferências e hipóteses para o aprofundamento de teorias e para a orientação de uma prática crítica, construtiva e transformadora.

É nesse cenário que esta pesquisa delineou seu percurso investigativo. O primeiro registro a ser feito refere-se à quantidade de matérias encontradas no período de junho a dezembro de 2017. A Tabela 1 é elucidativa deste detalhamento:

Tabela 1: Total De Matérias Encontradas por Mês

JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
42	65	62	53	61	56	107
TOTAL				446		

Fonte: Dados da Pesquisadora

Desta tabela destaca-se a prevalência de matérias no mês de dezembro. Pode-se inferir que tal ocorrência se deve ao fato de que neste mês, pela aproximação das festas natalinas (e sua relação com o consumo infantil) e férias escolares (e sua relação com a permanência da criança em casa com a família ou a relação com o tema da educação), o tema da infância e da criança passa a ganhar mais centralidade.

Destaca-se que as 446 matérias foram encontradas a partir de um panorama em que faziam referência ao tema infância e criança em uma abordagem mais geral. Muitas encontraram-se em diferentes seções do jornal: economia, política, educação, saúde, esporte, cidade, magazine, (...). Destaca-se, ainda, que a maioria das matérias não era para as crianças, mas sobre as crianças. Portanto, falavam DELA, e não para ELA. Muitas delas permitiam inferências com o tema criança e infância, todavia, não eram tão explícitos. Por exemplo, ao tratar o tema qualidade na educação ou no Ensino Fundamental, questiona-se o nível de leitura e escrita e as condições de ensino. Todavia, não especificava sobre a relação do tema com as crianças.

O segundo registro do percurso investigativo pode ser notado na Tabela 2. Ele traduz um segundo recorte de seleção das matérias. Para este momento foram selecionadas somente aquelas que continham as palavras “criança” e “infância”.

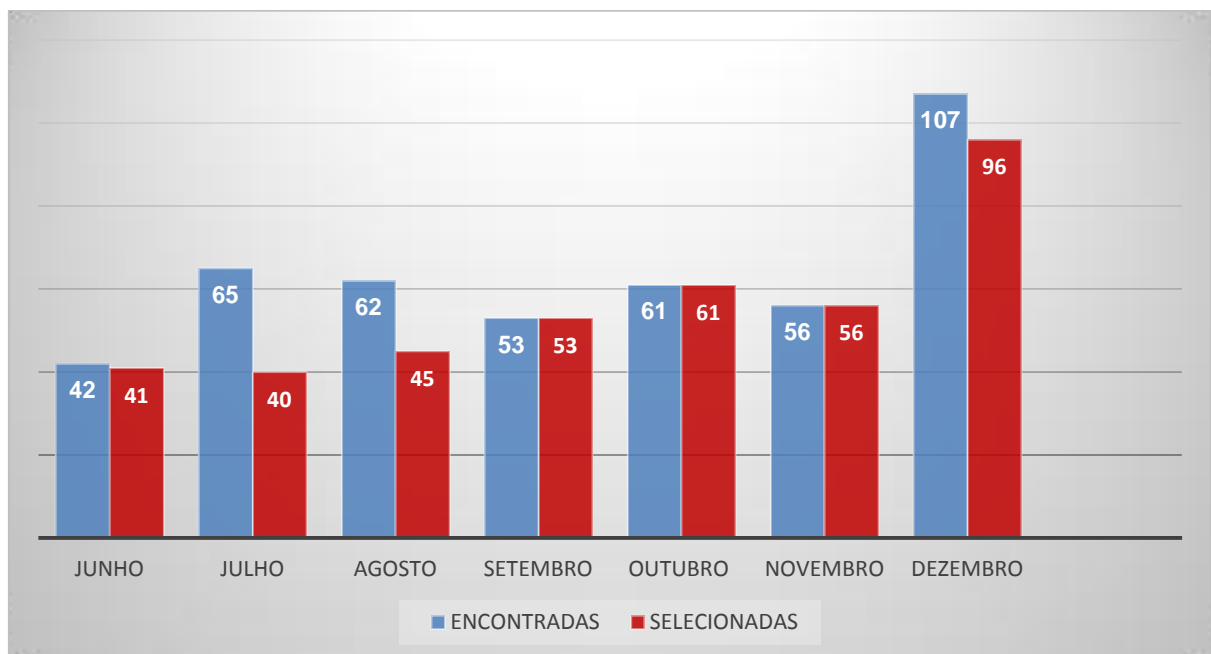
Tabela 2: Total de Matérias Seleccionadas

JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
41	40	45	53	61	56	96
TOTAL				392		

Fonte: Dados da Pesquisadora

Portanto, entre aquilo que foi encontrado de modo geral (Tabela 1) e aquilo que foi selecionado para a análise (Tabela 2), há um número diferenciado em termos quantitativos de matérias. O Gráfico 1 trata do comparativo entre aquilo que foi *encontrado* e aquilo que foi *seleccionado* para a segunda análise.

Gráfico 1: Comparativo de matérias encontradas e seleccionadas



Fonte: Dados da Pesquisadora

O terceiro registro refere-se à classificação das matérias seleccionadas. A análise do objeto de cada matéria permitiu agrupá-las em grandes temas. Isto pode ser observado na Tabela 3 e traduzido para a Gráfico 2:

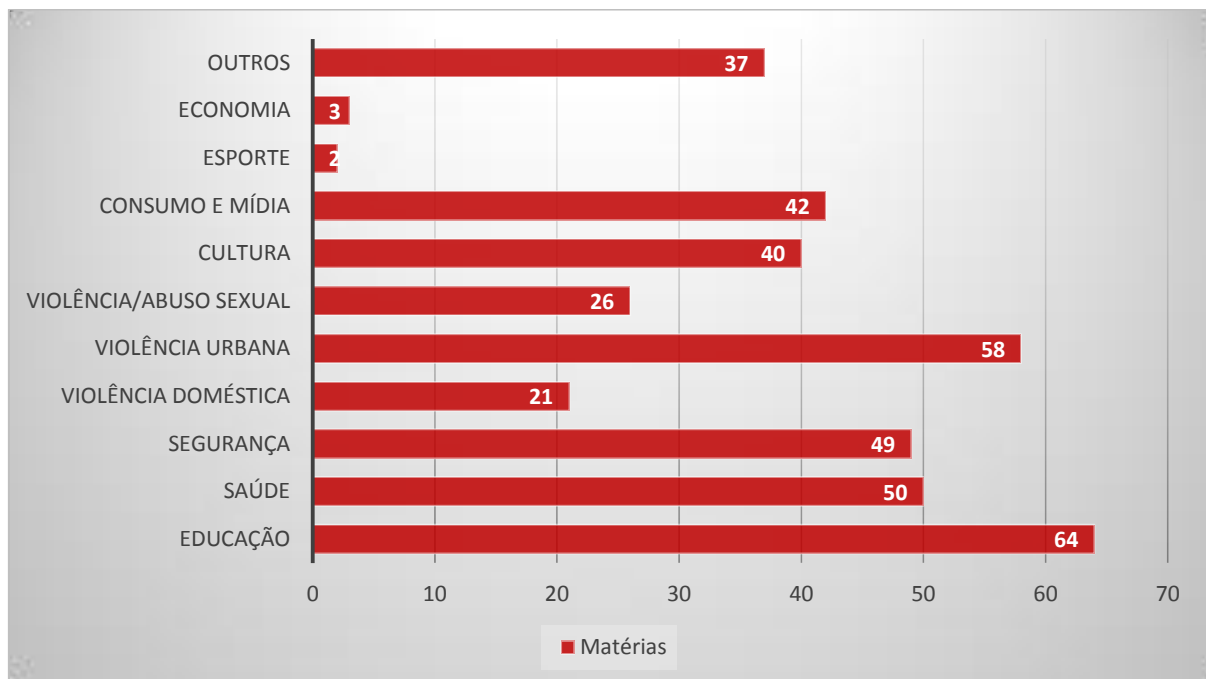
Tabela 3: Matérias Classificadas por Temas

TEMAS	MESES							TOTAL POR TEMA	%
	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
EDUCAÇÃO	04	07	05	05	12	09	22	64	16,3%
SAÚDE	10	05	07	09	06	06	07	50	12,7%
SEGURANÇA	04	07	13	06	08	04	07	49	12,5%

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	04	01	01	04	00	06	05	21	5,3%
VIOLÊNCIA URBANA	02	06	10	06	10	13	11	58	14,7%
VIOLÊNCIA/ABUSO SEXUAL	03	04	01	06	06	02	04	26	6,6%
CULTURA	05	02	01	06	08	04	14	40	10,2%
CONSUMO E MÍDIA	04	04	02	06	06	07	13	42	10,7%
ESPORTE	00	01	01	00	00	00	00	02	0,5%
ECONOMIA	00	00	00	00	00	01	02	03	0,7%
OUTROS³	05	03	04	05	05	04	11	37	9,4%
TOTAL GERAL								392	

Fonte: Dados da Pesquisadora

Gráfico 2: Matérias classificadas por temas



Fonte: Dados da Pesquisadora

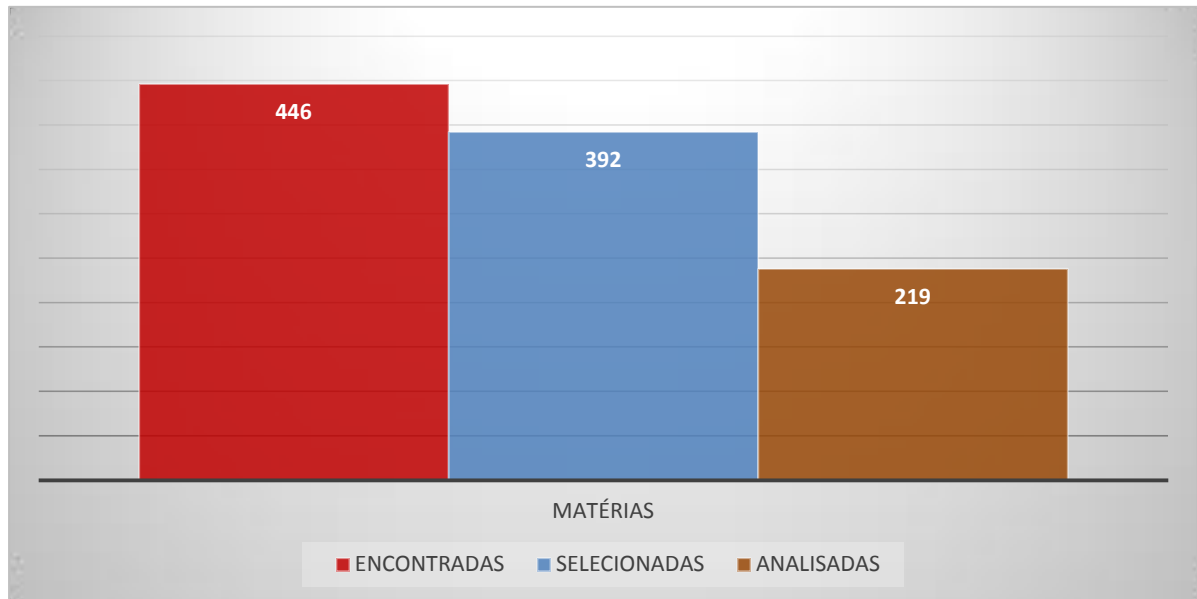
Sobre a Tabela 3 e a Gráfico 2, destacam-se os seguintes aspectos: a) o tema educação aparece em grau de prevalência em relação aos demais com 16,3%. Todavia, se tomarmos o tema da violência agrupando as categorias abuso sexual/doméstica/urbana, teremos um conjunto mais expressivo das matérias no campo da violência com 26,7%. Portanto, este foi o critério adotado nesta pesquisa: agrupar os subtemas da violência e entendê-la em seus aspectos gerais, sem,

³ Na categoria outros foram consideradas as matérias que apareceram em menor quantidade: trabalho infantil, assistencialismo, morte (acidente, fatalidade, causas naturais), tragédias em acidentes, legislação, brinquedos e brincadeiras, religião e religiosidade, crônicas, solidariedade).

contudo, deixar de tratar das especificidades que lhes são correspondentes. Já a saúde corresponde a um total de 12,7%.

A Gráfico 3 retrata o percurso investigativo desta pesquisa: as matérias que foram encontradas, as que foram selecionadas e as que foram analisadas. Este último, no campo da violência, da educação e da saúde.

Gráfico 3: Comparativo de matérias: encontradas, selecionadas e analisadas



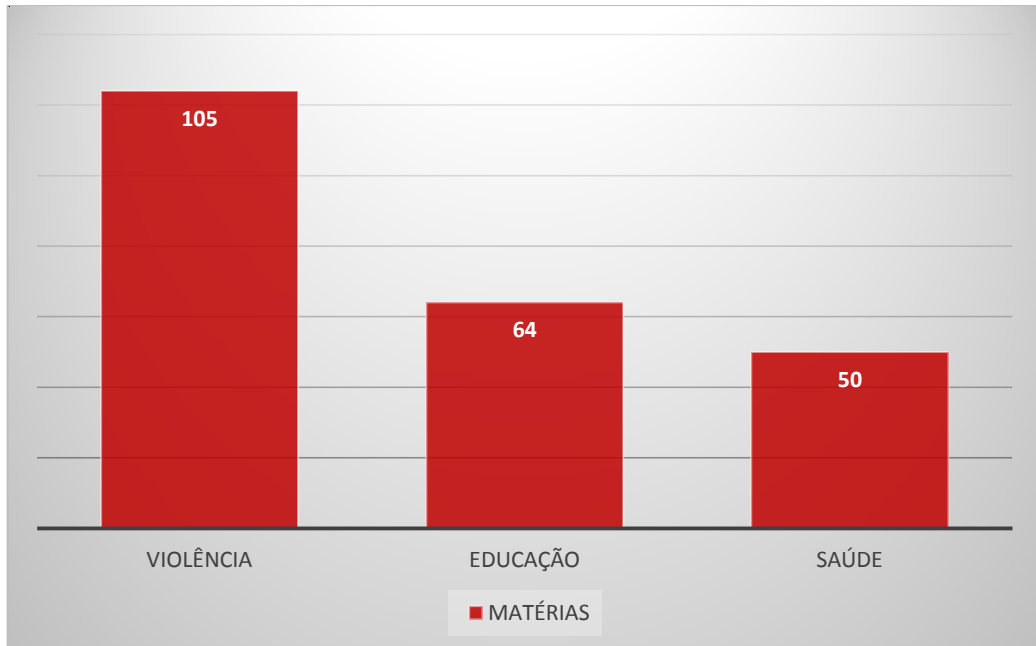
Fonte: Dados da Pesquisadora

A Tabela 4 e a Gráfico 4 retratam a ordem de prevalências das matérias que foram lidas e analisadas. O critério para análise destes temas deve-se ao quantitativo encontrado no Jornal.

Tabela 4: Temas Selecionados para Análise

TEMAS	UNITÁRIO	TOTAL
VIOLÊNCIA		
1. URBANA	58	105
2. ABUSO SEXUAL	26	
3. DOMÉSTICA	21	
EDUCAÇÃO		64
SAÚDE		50
TOTAL GERAL	219	

Fonte: Dados da Pesquisadora

Gráfico 4: Temas analisados

Fonte: Dados da Pesquisadora

Portanto, esta dissertação tem como fonte de sua pesquisa a reflexão crítica sobre as 219 matérias veiculadas pelo jornal *O Popular* no período de junho a dezembro de 2017. Ao ler todas essas matérias o movimento da pesquisa foi de achar unidades representativas e agrupar essas matérias por afinidades. Sua *construção tomou por base a prevalência dos temas* e unidade, a fim de construir os enfoques de análise. Da mesma forma, *há que se destacar que algumas matérias foram incorporadas ao longo do texto apenas para retratar o emblema dos discursos que estavam sendo criticados no texto e análises agrupadas*. Todavia, *todas as matérias que serviram de base para a construção escrita do texto encontram-se nos anexos*.

Em seu conjunto, encontrar-se-á um panorama bem diverso a partir do qual os temas da infância e da criança foram tratados no jornal. Sendo assim, a exposição e organização do trabalho partiu dos seguintes capítulos:

O Capítulo I, intitulado *A infância e a criança como construções históricas e sociais* discutiu a construção social e histórica de categorias centrais desta pesquisa: infância, criança, ideologia e discriminação. Situou os estudos em autores que tomam a historicidade dos temas na relação entre educação – sociedade – cultura. Expôs, ainda, um panorama geral sobre o tema a partir do levantamento do estado do conhecimento em dissertações da CAPES, área da educação, a fim de apreender

o debate científico e orientar o movimento de construção histórica do objeto no campo da investigação. Ao proceder assim, recoloca o objeto de estudo desta pesquisa e suas contribuições para o campo da educação.

O Capítulo II, *A criança na perspectiva social pela ótica do jornal: ausência de proteção e visibilidade da violência*, discute o tema mais recorrente nas matérias. Trata-se das questões de vulnerabilidade e ausência de Direitos de Proteção da criança. Os dados da pesquisa denunciam diferentes formas sob as quais a violência tem marcado corpos e subjetividades na infância. No seu conjunto, as matérias jornalísticas, mesmo na denúncia, ainda acabam por expor a dor como espetáculo.

O Capítulo III, *A criança na perspectiva social pela ótica do jornal: invisibilidade dos direitos de provisão*, trata dos dois últimos temas mais recorrentes nos dados em ordem quantitativa de matérias: educação e saúde. Os dados evidenciam a negação do Direito de Provisão, particularmente no campo da ausência das Políticas Públicas. Se por um lado estas matérias nos permitem fazer esta denúncia, por outro lado, as alternativas encontradas pelo Jornal acabam por recair no campo das parcerias privadas e do voluntarismo. Reafirma, portanto, a lógica da concessão em detrimento da lógica do direito.

Enfim, as conclusões deste trabalho nos permitem retomar àquilo que o título já anunciava: as visibilidades e invisibilidades. De modo geral, a ótica social do Jornal continua por tratar a criança e a infância como objetos jornalísticos e não como sujeitos de direito. Centrando-se no campo dos direitos da criança, os dados da pesquisa revelam movimentos de contradição e senso comum em temas tão importantes para a constituição do debate sobre os direitos da criança e que, por muitas vezes, são pouco explorados pelo veículo de comunicação em estudo.

CAPÍTULO I

A INFÂNCIA E A CRIANÇA COMO CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS E SOCIAIS

Este capítulo trata da infância e da criança como categorias históricas e sociais. Trata de compreender, na história, as formas pelas quais estas categorias têm ganhado centralidade. Ao proceder assim, contribui para problematizar sobre a construção da ideia de infância e de criança na atualidade e nas pesquisas acadêmicas.

1.1 DELIMITANDO CAMPOS CONCEITUAIS

Durante muitos séculos os conceitos de infância e de criança foram pouco valorizados ou abordados pela ciência, bem como pela sociedade, devido a não haver espaço e nem reconhecimento para as crianças nas sociedades mais antigas. Ainda que as questões da infância e da criança tenham lugar durante toda história da humanidade, pesquisadores como Airès (1981) comprovam que a questão do afeto e do lugar das crianças nas famílias não existia até o século XVI. O lugar destinado às crianças era participar dos trabalhos com os adultos, com a finalidade de aprender funções domésticas e outras. Desse modo, no momento em que a criança se via independente da mãe e/ou da ama, era inserida no mundo com responsabilidade de trabalhos como se fosse adulta. Ariès (1981) vai tratar desse aspecto a partir daquilo que ele nomeia como “ausência de um sentimento de infância⁴”. Portanto, a infância e a criança sempre existiram. O que se verifica é o valor social a elas atribuído no tempo e lugar da história.

De modo geral, as concepções de infância e de crianças não são iguais, nem intercambiáveis, porém, são interdependentes. Não se pode pensar na infância sem criança, como não se pode pensar na criança sem infância.

Sobre a *infância*, Levin (1997, p. 22) argumenta que esta ideia “centra-se num conceito atribuído à determinada etapa da vida, contrário da coletividade de pessoas que clarifica e induz a palavra criança”. Para Airès (1981), a infância tornou-

⁴ Apesar da fertilidade da obra do autor na história, alguns autores criticam o fato dos estudos de Ariès ser tomado a partir da história e da referência francesa.

se evidente ao longo dos séculos XVII e XVIII, entre o fim da Idade Média e o início da Moderna. Seus estudos comprovaram também, que foi só a partir do século XVII, que se deu início a um novo ciclo da história da criança.

Assim, tem-se uma tardia manifestação do sentimento de infância na percepção ocidental, entre o século XVII e o XVIII, bastante reveladora. Desse modo, a infância entra no repertório de imagem medieval por meio de suas ligações com temas religiosos. Para melhor compreensão sobre a infância, faz-se necessário retomar a história para entender que esse grupo passou por variações em seus conceitos bastante significativas, causadas por mudanças sociais, políticas e econômicas, as quais foram responsáveis por remodelar o significado e a maneira de compreender as crianças em seu espaço cronológico e social de vida.

Benjamin (1986), não vê a infância como um período da vida com atavios angelicais e inocentes, porém uma etapa da vida humana emaranhada pelos conflitos sociais que são capazes de debaterem com a realidade social presente. Assim, a concepção de infância contém designações ideológicas. Agrega-lhes sentidos ideológicos próprios, porém específicos, com relação direta às ideias de tempo e de origem como também a ambivalência da ideia de natureza.

Historicamente a ideia de infância tem ocupado pouco valor social. Todavia, é difícil conceber uma sociedade desvinculada da ideia de infância. Assim, Kuhlmann Jr. (1998) “a realidade social da infância pode ser muito mais complexa do que muitas pesquisas apontam: inicialmente articula-se em classes, com a presença de três modelos de infância convivendo concomitantemente, do outro lado têm-se a condição do cuidado à mitificação da criança e da infância antecipada (KUHLMANN, 1998, p. 21).

Contemporaneamente, dentre os campos que investigam a importância das concepções de criança e infância, destaca-se a Sociologia da Infância⁵. Para este campo, estas concepções não são iguais, mas são interdependentes:

Primeiro, as crianças são ativas, agentes sociais criativas que produzem suas próprias culturas, e ao mesmo tempo, contribuem para a produção das sociedades adultas. Em segundo lugar, a infância, período em que as crianças vivem e constroem socialmente suas vidas, é uma forma estrutural. Quando nos referimos à infância como uma forma estrutural, nós queremos dizer que ela é uma categoria ou da sociedade, como classe social e faixa etária. A infância é parte e parcela da sociedade (CORSARO, 1997, p. 4).

⁵ A Sociologia da Infância é um campo da Sociologia Geral que, a partir da década de 90, tem ganhado expressão na Europa em suas correntes Francófonas e Anglo-saxã e, na América Latina, no Brasil, a partir das contribuições dos estudos realizados em Portugal.

Não obstante, o lugar destinado a estas duas categorias sociais podem variar dependendo do valor social atribuído ao sentido e significado da infância e da criança. Isso pode operar em uma lógica do resguardo dos direitos ou da negação dos mesmos.

No que diz respeito à ideia de criança⁶, pode-se dizer que sua construção histórica, além de revelar o lugar do sujeito/da pessoa/da criança, revela também traços de sua infância. Para Janusz Korczak⁷ (1981), caso a raça humana fosse separada em adultos e crianças, entre a infância e a maturidade, com certeza “teríamos melhor clareza sobre o espaço importante que as mesmas ocupam no mundo e na vida” (p. 86).

Assim, no século XVII a criança era vista como um adulto em miniatura, desprovido de ideias, vontades e direitos:

É também no final desse século que começa a aparecer algum sentimento de afeição e de interesse pela criança, pois, na Idade Média, o interesse era apenas iconográfico e, uma vez que esta simbolizasse a estrutura do mundo, a santidade, a morte, o tempo. A criança aparece no cenário religioso na representatividade do anjo Gabriel e do menino Jesus, dentre outras imagens religiosas, ou seja, a criança é vista como: anjo, divinal, adulto em miniatura (CHARLOT, 1979, p. 100).

Já nos séculos XVIII e XIX, com o advento da Revolução Industrial e a urbanização sem planejamento, emerge uma ideia de criança operária, que passa a ser uma mão de obra barata e vítima das transformações econômicas, sociais e familiares resultantes da mencionada revolução:

Em um breve retorno à história da formação da sociedade sob a égide do capitalismo, constatamos que o reconhecimento da infância é gerado, estimulado e fortalecido pelas contingências colocadas pela transição de uma sociedade escravista para uma sociedade baseada no trabalho livre. Esta nova organização social requiritava, para seu desenvolvimento, um grande número de pessoas sadias e disciplinadas para o trabalho (BOARINI, 2012, p. 39).

⁶ O vocábulo criança é definido pelo dicionário Aurélio de língua portuguesa como um ser de pouca idade, mas no mesmo dicionário a palavra infância reporta-se a um período de crescimento do ser humano, que se inicia do nascimento até a adolescência. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) “define a criança como uma pessoa até os 12 anos de idade incompletos”.

⁷ Médico pediátrico defensor da causa das crianças órfãs na Polônia que dirigiu várias casas de acolhimento desde o início do século. Em 1939, no início da II grande Guerra Mundial, o regime nazista fundou em Varsóvia o Gueto Judio, e o orfanato que Janusz Korczak dirigia foi obrigado a se mudar para lá. Dessa maneira, Korczak acompanhou as crianças e passou a ter uma vida de privações, ou seja, sub-humana até o desfecho final, que foi a execução de todos no campo de concentração de Treblinka, em 1942. Entre suas obras destacam-se: *A pedagogia divertida* e *Quando eu voltar a ser criança* (FERNANDES, 2009, p.39).

Essas crianças passaram também a viver à margem da sociedade e eram identificadas como “pobres”, abandonadas e marginalizadas, um problema social:

Relembramos que o crescente processo de industrialização e comercialização promoveu o êxodo rural, que na sequência gerou uma desordenada aglomeração de pessoas nos centros urbanos, cuja precariedade de infraestrutura, principalmente a não disponibilidade de água potável e saneamento básico para a maioria da população, passou a ser o foco de inúmeras e variadas doenças. Ademais, o cotidiano vivido pela maioria da população recém-urbanizada caracterizava-se pelo excesso de trabalho, alimentação deficiente, moradias insalubres, inadequados cuidados básicos de higiene ou ausência de cuidados, condições geradoras de doenças que na época, em geral, eram fatais (BOARINI, 2012, p. 26).

Segundo Passeti (2016), os pais, pressionados pela dureza da vida urbana, foram deixando a responsabilidade e cuidado dos filhos para o poder público, aumentando assim, o trabalho de filantropia privada e de seus orfanatos, para elevá-los às dimensões de problema de Estado com políticas sociais e legislação específica.

Assim, o trabalho infantil era de fundamental importância econômica e de subsistência para o serviço familiar. Essa criança (operária) era praticamente invisível, ou seja, não era respeitada e só conhecia obrigações e afazeres. Da mesma época, os movimentos filantrópicos procuraram sensibilizar a sociedade a respeito do sofrimento e das condições subumanas desses “pequenos operários”.

Ainda durante os séculos XVIII e XIX surge um novo entendimento de criança ancorada pela ciência médica e psicológica que orientou pesquisas científicas a respeito do desenvolvimento infantil. Estes estudos trataram de marcar um posicionamento higienista com bases em uma Ciência Médica e um determinado tipo de Psicologia do Desenvolvimento.

Segundo os estudos de Boarini (2012), a infância brasileira, no final do século XIX, foi fortemente marcada por um “movimento higienista” que tratava o cuidado com as crianças como uma forma de profilaxia das doenças. Do mesmo modo, estava em questão a construção de um “tipo de sociedade” forjado por um projeto encabeçado pela elite intelectual brasileira que excluía os pobres e os marginalizava socialmente: “é necessário lembrar que é deste período o registro de importantes debates sobre a composição racial do povo brasileiro, o qual era entendido como degenerado por se constituir de uma mistura envolvendo o branco, o negro e o índio” (BOARINI, 2012, p. 27).

Este movimento foi, sem dúvida, basilar para as políticas voltadas para o trato da “criança como menor” e de uma educação compensatória e excludente:

a criação dos jardins de infância e creches e o desenvolvimento da puericultura passaram a fazer parte do cotidiano das cidades mais populosas, como São Paulo e o Rio de Janeiro, e a infância era enaltecida [...] por ocasião da inauguração do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro [...] em teses de doutoramento intitulada *Da proteção à primeira infância em São Paulo* [...] no Terceiro Congresso Brasileiro de Higiene [...] na Liga Brasileira de Higiene Mental [...] com a realização de campanhas para prevenir o desajustamento social e psíquico, criando em contrapartida bons hábitos mentais e físicos (BOARINI, 2012, p. 27).

O projeto higienista desenvolvido para um modelo de infância pobre no final do século XIX marcou profundamente o lugar social no campo da relação cuidar-educar. Assim, “imbuídos dos padrões de racionalidade do universo escolar, nada escapou aos higienistas. Tanto a arquitetura, o mobiliário e o ensino propriamente dito, quanto o controle da saúde física e do comportamento social, intelectual e psíquico de cada aluno, constituíram-se em preocupações médicas de caráter higienista” (BOARINI, 2012, p. 33).

Neste projeto higienista, “com efeito, no copor de profissionais especialistas e dos saberes que eram convocados a preocupar-se com a infância, sobressaia a Psicologia” (BOARINI, p. 2012, p. 35). Sua “tarefa [...] a base científica” (p. 35). Assim,

tanto na capacitação de professores, quanto nas demais intervenções no campo escolar, a Psicologia, sobretudo na vertente psicométrica, foi um dos recursos mais valorizados e adotados pelos higienistas [...] apropriando-se de conceitos básicos do Evolucionismo, tais como variação, seleção e adaptação, e dos métodos das ciências exatas – a estatística, por exemplo, a Psicologia criou os testes psicológicos, que prometiam medir em quantidades as diferenças individuais, o que fez dela uma importante parceira na causa higienista (BOARINI, 2012, p. 36).

Para Boarini (2012), se por um lado, “enquanto construção histórica, a infância não é algo homogêneo que escape às contradições sociais peculiares a uma sociedade de classe [...]”, por outro, “a infância higienizada não era uma possibilidade para todas as crianças” (p. 45). Era um projeto para as crianças marcadas, marginalizadas e segregadas pelo estigma da pobreza.

Já no século XX, o direito à educação acompanha a luta por direitos sociais mais amplos: saúde, assistência etc. Nesse contexto social emerge a ideia da criança como sujeito de direito sendo protagonista, ator social e pessoa humana. Neste campo, muitas “políticas públicas” foram voltadas para as crianças e, do ponto

de vista legal, passaram a ser reconhecidas e protegidas. Destaca-se aqui a Declaração Universal dos Direitos da Criança, em 20/11/59. E no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8069/90⁸.

Ainda que o cenário contemporâneo seja favorável ao estatuto de proteção da criança, segundo Sarmiento e Pinto (2004), os responsáveis por investigações e pareceres sobre criança, quer sejam no discurso popular, ou em produções científicas mais elaboradas voltadas ao mundo infantil, certamente darão conta da existência de posicionamentos bastante díspares a respeito de criança. Em relação à criança no Brasil, o debate ainda tem muito caminho a ser percorrido e paradigmas a serem quebrados no que diz respeito às pesquisas, suas experiências e culturas. Um dos campos que tem contribuído para o debate sobre este tema refere-se à sociologia da infância que apresenta a criança como ator social que desenvolve estratégias de luta com o objetivo de participação no mundo social.

Sendo assim, Sarmiento (2008) reconhece que a Sociologia da Infância “propõe o estabelecimento de uma distinção analítica no seu duplo objeto de estudo: as crianças como captoras sociais, nos seus mundos de vida, e a infância como categoria social do tipo geracional, socialmente construída” (SARMENTO, 2008, p. 22). Corroborando com este posicionamento, esta pesquisa defende as seguintes concepções:

8 Deste importante documento, destaca-se aqui alguns artigos que explicitam como a legislação se ocupou de tratar, particularmente, do sentido da Proteção infantil: Título I - Das Disposições Preliminares: **Art.1º** - Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente; **Art. 2º** - Considera-se criança para os efeitos dessa Lei, a pessoa até doze anos incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade. *Parágrafo Único*. Nos casos expressos em lei aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade; **Art. 3º** - A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade; **Art. 4º** - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. *Parágrafo único*. A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude; **Art. 5º** - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. Na interpretação desta lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

A infância é uma construção social que se dá num tempo social da vida marcado por singularidades e universalidades no plano natural – social e lógico histórico. **A criança** é um sujeito cujas experiências de vida se dão na articulação entre suas especificidades naturais/biológicas de desenvolvimento e suas condições concretas de existência, social, cultural e historicamente determinada (SIQUEIRA, 2011, p. 186, grifos do autor).

Se por um lado muito se tem discutido sobre a compreensão da infância e da criança como construtos sociais e culturais, o que implica considerar as dimensões de classe, gênero, etnia, dentre outros, por outro, os avanços em relação à educação, amparo familiar, do Estado e de questões concernentes ao combate à intolerância, preconceito e invisibilidades têm sido mínimos e insignificantes. Neste sentido, é fundamental que o campo interdisciplinar de estudos da criança (sociologia da infância, pedagogia da infância, filosofia da infância, antropologia da infância, geografia da infância, dentre outros) continue a reafirmar que não existe uma concepção de infância ou criança, mas *infâncias e crianças no plural*, uma vez que se trata de um processo constitutivo cultural e social, conforme salientado ao longo do texto. Isto significa dizer que a construção das concepções de infância e criança é fruto das transformações culturais e históricas de determinado tempo e lugar. Desta forma, apresenta-se como um processo que deve levar em conta aquilo que é objetivo (as condições sociais concretas de vida das crianças) e suas subjetividades (aquilo que é específico de sua identidade).

1.2 A INVISIBILIDADE DA INFÂNCIA: IDEOLOGIAS E PRECONCEITOS

Uma das formas de se estudar uma determinada concepção é compreender determinadas ideologias e preconceitos que orientam sua constituição. Portanto, ante a leitura dos dados desta pesquisa foi necessário um estudo das categorias ideologia e preconceito, entendendo que elas contribuiriam na análise das matérias jornalísticas desta pesquisa. Partiu-se do princípio que as matérias poderiam conter determinados vieses ideológicos ou preconceituosos em relação à infância e a criança retratada.

O estudo sobre a ideologia nos permitiu buscar um breve relato do tema na história, a fim de que contribuísse para a compreensão do termo e suas concepções. Para tanto, nos reportamos aos estudos de Chauí (2008) e Charlot (2013) para tratarmos do tema neste trabalho. Na primeira parte discutimos a sua constituição a

partir da compreensão do movimento histórico; na segunda parte, a partir do debate sobre as classes sociais; e na terceira, o que constitui, de fato, a ideologia.

Os estudos sobre a ideologia salientam que o uso do vocábulo e outras expressões e frases que envolvem esta palavra, como por exemplo, “é preciso ter uma ideologia”, “partido político ideológico”, “ideologia de gênero”, dentre outras, fazem parte do cotidiano de todo indivíduo, desde épocas mais remotas. Porém, tais expressões concebem a palavra ideologia com a finalidade de transformá-la em, simplesmente, “um conjunto e encadeado de ideias”, ou seja, confundem ideologia com ideário. Esse processo encobre a realidade, com vistas a assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política. Assim, para Chauí (2008), é preciso compreendê-la como um processo mais amplo que se constitui histórica, social e politicamente.

Em relação à história, este trabalho a compreende enquanto

práxis (como vimos, práxis significa um modo de agir no qual o agente, sua ação e o produto de sua ação são termos intrinsecamente ligados e dependentes uns dos outros, não sendo possível separá-los). Nessa perspectiva, a história é o real, e o real é o movimento incessante pelo qual os homens, em condições que nem sempre foram escolhidas por eles, instauram um modo de sociabilidade e procuram fixá-lo em instituições determinadas (família, condições de trabalho, relações políticas, instituições religiosas, tipos de educação, formas de arte, transmissão dos costumes, língua etc.). Além de procurar fixar seu modo de sociabilidade através de instituições determinadas, os homens produzem ideias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural. Em sociedades divididas em classes (e também em castas), nas quais uma das classes explora e domina as outras, essas explicações ou ideias e representações serão produzidas e difundidas pela classe dominante para legitimar e assegurar seu poder econômico, social e político. Por esse motivo, essas ideias ou representações tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia (CHAUÍ, 2008, p. 23-24).

O termo ideologia surgiu na França, após a Revolução Francesa em 1789. Foi atualizado pela primeira vez por Destutt de Tracy. Ele procurou formar uma teoria sobre as faculdades mais emotivas, que fossem encarregadas pela composição de todas as nossas ideias, bem como o querer (vontade), julgar (razão), sentir (percepção) e recordar (memória). Em 1812, Napoleão Bonaparte utilizou o termo como uma “falsa ideia” ou “ilusória”, reforçando a ideia que seus oponentes eram apenas metafísicos e o que pensavam não tinha reconhecimento do que acontecia na realidade. Já em 1998, Marx em *A Ideologia Alemã*, trata do conceito

de ideologia como um conjunto de ideias e representações que correspondem ao pensamento de cada época. Para Marx, a ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação.

Assim, por meio da ideologia, a classe dominante faz com que suas ideias e interesses passem a ser de todos. O relacionamento social entre as

as classes sociais não são coisas nem ideias, mas são relações sociais determinadas pelo modo como os homens, na produção de suas condições materiais de existência, se dividem no trabalho, instauram formas determinadas da propriedade, reproduzem e legitimam aquela divisão e aquelas formas por meio das instituições sociais e políticas, representam para si mesmos o significado dessas instituições através de sistemas determinados de ideias que exprimem e escondem o significado real de suas relações (CHAUI, 2008, p. 52).

Para entender sobre ideologia precisamos nos ater às determinações que a produz:

1. Por ser o instrumento encarregado de ocultar as divisões sociais, a ideologia deve transformar as ideias particulares da classe dominante em ideias universais, válidas igualmente para toda sociedade;
2. A ideologia constrói uma rede imaginária de ideias e de valores que possuem base real (a divisão social), mas de tal modo que essa base seja reconstruída de modo invertido e imaginário;
3. Porque a ideologia é ilusão, isto é, abstração e inversão da realidade, ela permanece sempre no plano imediato do aparecer social, que é o modo de ser do social de ponta-cabeça;
4. A ideologia não é um 'reflexo' do real na cabeça dos homens, mas o modo ilusório (isto é, abstrato e invertido) pelo qual representam o aparecer social como se tal aparecer fosse a realidade social (CHAUI, 2008, p. 92-98).

O filósofo francês Lefort (1979) publicou um ensaio chamado *A gênese da ideologia na sociedade moderna*. Nele, observa-se que houve uma mudança no modo de operação da ideologia, desde meados do século XX:

A ideologia burguesa era um pensamento e um discurso de caráter legislador, ético e pedagógico, que definia para toda a sociedade o verdadeiro e o falso, o bom e o mau, o lícito e o ilícito, o justo e o injusto, o normal e o patológico, o belo e o feio, a civilização e a barbárie. Punha ordem no mundo, afirmando o valor positivo e universal de algumas instituições como a família, a pátria, a empresa, a escola e o estado, e, com isso designava os detentores legítimos do poder e da autoridade: o pai, o patrão, o professor, o cientista, o governante (CHAUI, 2008, p. 102).

De modo geral, esta pesquisa adota o significado do conceito de ideologia defendido por Charlot (2013), a partir do qual pode ser tratado como se segue:

é um sistema teórico; cujas ideias tem origem na realidade, como sempre ocorre no caso das ideias; mas que afirma, ao contrário, que as ideias são autônomas, isto é, que transforma em entidades e essências as realidades que aprende, desenvolvendo, assim, uma representação ilusória ao mesmo tempo sobre o que trata e sobre si mesmo; e que, graças a esta representação ilusória, desempenha um papel mistificador, na maior parte das vezes inconsciente (o ideólogo está, ele próprio, mistificado, crê na autonomia de suas ideias); as ideias assim destacadas de sua relação com a realidade servem de fato, para construir um sistema teórico que camufla e justifica a dominação de classe (CHARLOT, 2013, p. 80).

Segundo Charlot (2013, p. 79), “toda ideologia pedagógica, ou outra qualquer, tem por tarefa essencial justificar a divisão social do trabalho e dissimular a luta de classes”. Assim, podemos citar a política que apresenta ideais como de justiça, liberdade, fraternidade, paz, mas que, na realidade concreta, servem para dissimular a dominação de uma classe por outra, sendo que dominação contradiz com esses ideais. Sendo assim,

a ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras de conduta, que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera da produção. Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças como de classes e fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificados de todos e para todos, como por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, Igualdade, a Nação ou o Estado (CHAUI, 2008, p. 109).

Já em *relação ao* debate sobre o preconceito, é necessário conhecer o seu significado e sua manifestação em diferentes formas da sociedade. Sabemos que o preconceito é um problema social que desafia o mundo civilizado e coloca em questionamento a nossa capacidade de tratá-lo racionalmente em relação às diferenças. A discussão sobre o tema foi aqui baseada nos estudos de Barroco (2016), Coelho e Silva (2015) e está dividida em tópicos: a primeira parte discute o próprio conceito; na segunda, a construção e os elementos que envolvem o preconceito; e, por último, as formas de combatê-lo.

Em primeiro lugar, há que se discutir o que significa preconceito. Não existe uma única opinião/ideia sobre o tema. O preconceito advém das sociedades que são

plurais e históricas. Todavia, Borges, Medeiros e D'Adsquy (2002), assim definem que o:

preconceito é um julgamento que formulamos a propósito de uma pessoa, grupos de indivíduos ou povo que ainda não conhecemos. Trata-se, portanto, de uma opinião ou sentimento que adotamos irrefletidamente, sem fundamento ou razão (p. 53).

Corroborando com a ideia acima, entende-se que o preconceito não é algo natural. Ele é adquirido pelo homem em convivência social. Portanto, o preconceito vai se construindo nas relações de poder, sociais e culturais.

Uma das formas de estudar o preconceito é atentarmos para o cotidiano da vida das pessoas. Ou seja, é preciso estudar a sua estrutura e sua dinâmica. Como ela se reproduz, como ela se cria e quais as relações sociais que ela fortalece.

Sabemos que o preconceito se forma a partir de um julgamento prévio de comportamentos que não são aceitos pela maioria da sociedade em detrimento da minoria, em suas diferenças e particularidades. As pessoas não nascem preconceituosas, mas os preconceitos são adquiridos e construídos pela cultura e vivência social:

o preconceito está presente em diversas práticas de discriminação contra formas de vida e modos de comportamento que não são aceitos em suas diferenças e particularidades. Mas os diferentes preconceitos – contra mulheres, negro/as, homossexuais, imigrantes, idosos/as, pessoas com deficiência, entre outros/as – comungam de uma mesma atitude, de um mesmo comportamento e forma de pensar (BARROSO, 2003, p. 7).

Ao estudarmos o preconceito precisamos verificar alguns elementos que orientam a vida cotidiana e que se utiliza o senso comum. Barroco (2016), referendando os estudos de Chauí (1996 e 1997), discute que o senso comum se apresenta com as seguintes características:

1. Subjetivismo: os sentimentos e opiniões de indivíduos e grupos são reproduzidos como se fossem universais e valessem para todos os tempos e situações;
2. Ajuizador: juízo imediato de situações por parte de indivíduos, grupos e classes, tendo por parâmetro a sua percepção de mundo;
3. Heterogêneo: diferencia fatos e pessoas por percebê-los como diversos, mas sem indagar se isso é apenas uma aparência;
4. Individualizador: cada coisa, fato ou indivíduo é visto como algo isolado e autônomo sem história, passado ou contexto social;
5. Generalizador: pela maneira como separa e junta coisas, fatos e pessoas, tende a reunir numa só ideia ou opinião coisas, pessoas e fatos semelhantes, sem indagar se isso seria apenas uma aparência. Diferencia sem perguntar sobre a diferença e reúne sem indagar sobre a semelhança;
6. Causalista: para organizar o que separou e reunir, tende a estabelecer relações de causa e efeito (BARROCO, 2016, p. 10-11).

Ao atentarmos para a dinâmica da vida cotidiana das pessoas percebe-se que o senso comum, aliado às suas características, nos revela as experiências que reproduzem determinadas vivências na sociedade. É dado que a vida em sociedade, onde vivem pessoas com suas particularidades e experiências diferenciadas, são alvo de preconceito, portanto, sua origem é social.

Barroco (2016, p. 13) nos orienta que “quando o senso comum se cristaliza como modo de pensar e de sentir de uma sociedade, forma o sistema de preconceitos”. Neste sentido, os preconceitos são gerados por palavras e ações, que se reproduzem e popularizam, tendo como alicerce de reprodução a moral dominante e a cultura.

Para Dallari (1996 e 1997), existem dois tipos de preconceito: o direto e o indireto. O comportamento direto se apresenta como o mais agressivo, por não deixar se questionar. Já o indireto se neutraliza quando ideia de respeito e igualdade por todos os seres humanos. O preconceito está enraizado na sociedade por meio do egoísmo, ignorância, intolerância, educação doméstica e medo. Considera-se que essas manifestações estabelecem uma relação de subalternidade e de humilhação social e moral. Assim,

o preconceito pode se manifestar na moral, na política, na cultura, partindo de diferentes classes, grupos sociais e indivíduos, em situações que reproduzam o dogmatismo, o autoritarismo, o julgamento provisório baseado em avaliações parciais e estereótipos, sob diversas referências de valor. O que caracteriza tais avaliações, além das citadas acima, é a intolerância em face do outro e o julgamento prévio de sua conduta, sem a análise da totalidade de sua prática concreta (BARROCO, 2016, p. 16).

Ao analisar os meios de comunicação, Dallari (1996 e 1997) argumenta que a forma de transmissão e divulgação de fatos de forma preconceituosa pode destruir em minutos uma vida que levou anos para ser construída.

Partindo do princípio que a sociedade é formada por diferentes pessoas e ideias, o preconceito está presente como forma de desigualdade. Para isso, precisamos recusá-lo e combatê-lo sendo importante situar as suas implicações. Assim, se a vida em sociedade nos conduz, mesmo que inconscientemente, a reproduzir formas de preconceitos socialmente construídos:

é preciso reconhecer que é possível dar uma direção à nossa vida, mesmo que ela não seja a ideal, tendo em vista os limites da sociabilidade burguesa. É importante compreender que esta direção é guiada por valores que não foram inventados por nós: foram construídos nas lutas históricas das classes, dos grupos e indivíduos que buscaram romper com as

opressões, as alienações e discriminações. A luta contra o preconceito é individual e coletiva; é uma pequena mediação no universo das lutas históricas pela liberdade e emancipação humana, mas indispensável ao alcance de ambas (BARROCO, 2016, p. 22).

1.3 MARCAS DA INVISIBILIDADE: A INFÂNCIA MARGINALIZADA NO BRASIL

A história da infância brasileira retrata, sobremaneira, as formas ideológicas e de preconceito a partir das quais as crianças foram vistas socialmente: pela pobreza, pela miséria, pelo silêncio, pelo não lugar, pela falta de identidade, pelo abandono. Este modo de ver a infância e a criança brasileira acabou por orientar os processos educativos com base na moral, na virtude, na retidão e nos bons costumes. Era preciso educar as crianças, vistas como bárbaras, para viverem socialmente. Tratava-se de educar os expostos, os órfãos, os abandonados, as crianças delinquentes ou criminosas. De modo que, em qualquer lugar que havia alguma referência à infância, automaticamente fazia-se a alusão à ideia de insegurança e de ameaça.

Em São Paulo, nos decênios de 1898, circulava uma revista conhecida por *Álbum das Meninas* que tinha, além do teor literário, o objetivo de formar ou iniciar jovens leitoras no seletivo universo da arte, da boa educação e da literatura. Ou seja, preparar as jovens para entrarem no mundo adulto. Na sua publicação de outubro do referido ano, Amália Rodrigues publica o soneto *O Vagabundo* que era, na verdade, uma espécie de alerta sobre o problema de menores já iniciados na criminalidade, que incessantemente ameaçava o sossego da sociedade paulistana da época.

O vagabundo
O dia inteiro pelas ruas anda.
Enxovalhando, rosto indiferente:
Mãos aos bolsos olhar indiferente,
Um machucado chapeuzinho a banda.

Assim, muito mais do que despertar o gosto das leitoras pela boa literatura, pretendia a autora de *O Vagabundo* adverti-las para os perigos e todas as ameaças contidas nas ruas paulistanas e, mais especificamente, a prática de vagabundagem, gatunagem, malandragem e bandos que insistiam em medrar os cidadãos paulistanos. Destinava-se, também, a precavê-las e prepará-las para uma vida diária

que se depõe rapidamente por causa dos novos padrões e convívio estabelecidos e transposto pela modernidade, pela industrialização, urbanização e o rápido e sucessivo empobrecimento das camadas de baixa renda.

Com o avanço da urbanização e a industrialização em São Paulo, aumentavam e se agravavam também as crises sociais. Em relação à criminalidade, desde o século XIX, quando apareceram as primeiras estatísticas criminais em São Paulo, os dados apontaram, pela própria sociedade, a figura de uma criança nomeada como “menor de idade” para referi-la como uma criança infratora. Essa realidade pode ser representada no recorte temporal dos dados estatísticos trazidos por Santos (*apud* Del Priore, 2016). Segundo o autor, entre os anos de 1904 a 1906, as tipificações das detenções de “menores” apresentavam-se da seguinte forma: 40% por desordens, 20% por vadiagem, 17% por embriaguês e 16% por furto ou roubo. Este recorte apenas demonstrava um panorama que se constituía com base na realidade da época.

Huzak e Azevedo (1994), os juristas da época, consideravam que no interior, onde a vida é mais modesta, os costumes mais simples e o trabalho mais pesado, a criminalidade infantil é realmente pequena. Já nas capitais predominava a gatunagem, a embriaguez, as rixas. Observa-se que havia um preconceito em relação às cidades e aos seus moradores.

A infância, vista como “semente do futuro”, como diz Santos (1999), passou a ser assunto de grandes preocupações e inquietações sociais. Desta maneira, os criminalistas, frente a tão alto número de ações delituosas e criminosas, procuravam ocasionalmente na infância a raiz do problema:

entendemos que uma das causas do aumento espantoso da criminalidade nos grandes centros urbanos advém, sem sombras de dúvidas, da corrupção da infância que, vicia de educação e de cuidados por parte da família como também da sociedade, que é recrutada para as fileiras do exército do mal (SANTOS, 1999, p. 215).

É dessa época que emergem os famosos “códigos de menores”, formulados nos períodos do Estado Novo (1937 a 1945) e na Ditadura Militar (1964 a 1984). Os dois primeiros códigos de menores foram o de 1927 e o de 1979 e, resguardando suas especificidades, tentavam regular a infância delinquente no país:

no campo do aparato jurídico-legal, a institucionalização da ‘*concepção de criança como menor*’ pode ser apreendida em diferentes documentos que regularam os marcos da criança e da infância brasileira. Serão destacados neste trabalho aqueles instrumentos mais importantes nos quais a questão

da infância desvalida apareceu ora em seu discurso protetoral, ora em sua prática coercitiva. Segundo Passeti, (2005 p. 324 e 364), essas ideias se manifestaram:

a) no decreto nº 16.272, de 20 de Dezembro de 1923, que ‘regulamenta a proteção aos menores abandonados e delinquentes reconhecendo a situação de pobreza como geradora de crianças abandonadas e de jovens delinquentes;’

b) no Código de menores de 1927, que ‘regulamenta o trabalho infantil até que, com a Constituição de 1934, determinou-se a proibição ao trabalho dos menores de 14 anos sem permissão judicial;’

c) no Código de Menores a partir do decreto nº 17.343/A, de 12 de Outubro de 1927, em ‘que o Estado respondeu pela primeira vez com internação, responsabilizando-se pelo abandono e propondo-se aplicar os corretivos necessários para suprimir o comportamento delinquencial;’

d) no código de menores de 1979, que ‘atualizou a Política Nacional do Bem-Estar do Menor formalizando a concepção ‘biopsicossocial’ do abandono e da infração e explicitou a estigmatização das crianças pobres como ‘menores’ e delinquentes em potencial através da noção de ‘situação irregular’ expressa no artigo 2º: ‘para os efeitos deste Código considera-se em situação irregular o menor: I. privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória (...)’ (SIQUEIRA, 2011, p. 66).

Esperava-se com a Proclamação da República no Brasil um regime político democrático baseado em paradigmas que garantissem e amparassem os indivíduos na sociedade. Nesse quadro social, Passeti (2016) salienta que os pais foram pressionados pela dureza da vida urbana e deixaram a responsabilidade e cuidados dos filhos para o poder público, aumentando assim, o trabalho de filantropia privada e de seus orfanatos. O tema foi tão agravado à época que foi elevado às dimensões de problema de Estado com políticas sociais e legislação específica.

A ideia de que a família era uma base de fundamental importância para combater a marginalização da criança forçou o Estado a tomar para si as obrigações referentes à saúde, à educação e a parte legal (condenação) para crianças e adolescentes. Para Passeti (2016, p. 348) “a integração e o controle das camadas mais pobres à sociedade continuou sendo tarefa do Estado por meio de políticas sociais voltadas para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social”.

No decurso do século XX, em nome da conservação e continuidade da ordem social, da educação pública obrigatória, da inevitabilidade de agregar crianças e jovens em situação de pobreza pelo trabalho, o Estado tomou para si a responsabilidade de cuidar, também pela proteção de um determinado padrão de família.

Para Rizzini (2008), as políticas para infância brasileira foram marcadas por um “século perdido”, em função do preconceito, da discriminação e da ausência de

políticas públicas voltadas para a infância. Portanto, no século XIX, ganha força uma ideologia da infância pautada em uma ideia de sociedade corruptora e de criança corrupta.

No campo das concepções de infância e criança, os estudos de Bernard Charlot (2013) são fundamentais para compreender como a sociedade demarca, ideologicamente, a natureza infantil. Ao analisar as imagens que a sociedade tem da criança como um ser contraditório, Charlot (2013) prova e contesta que a criança não é um ser fraco, nem inocente, nem tampouco maléfico. Entende-se que a criança é um ser em construção. Todavia, a contradição posta pela sociedade nada mais é do que aquilo que a própria sociedade coloca à criança quando a nivela como adulto ou como ela deveria se tornar.

Desta forma, ela é realmente destituída de identidade, uma vez que não possui as mesmas ferramentas que o adulto dispõe para viver em sociedade. Sendo assim, a criança tem no adulto um paradigma a ser seguido sem, contudo, conquistar a sua autonomia. Ao transformar a condição infantil em contradição infantil, Charlot (2013, p. 159) quer “retratar os desejos e indecisões da sociedade, bem como dos adultos” na formação da criança. Dentre as contradições existentes ou imputadas à criança estão:

a) Perfeita e imperfeita – contradição que coloca em oposição aquilo que a criança demonstra a partir de suas curiosidades, interesses, virtudes e potencialidades, com aquilo que ela carrega de imperfeições quando não corresponde ao modelo adultocêntrico. Para o adulto, a criança tem de se mostrar superior ao adulto em tudo que poderá transformar-se. Todavia, é importante lembrar que ela tem outras aspirações que a diferencia do adulto. A criança apresenta particularidades próprias, com personalidade coerente, tem seus valores, preserva atentamente os seus segredos. Porém, ela está sujeita às muitas determinações históricas do meio, em contínuo desenvolvimento rumo à idade adulta. Assim como deseja sua autonomia, seu caráter, suas características, no entanto, seguem reproduzindo os paradigmas ofertados pelos adultos e a sociedade na qual está inserida. O estado de incompletude da criança demonstra sua perfeição e imperfeição diante do adulto;

b) Dependente e independente – contradição em que a criança não consegue dar um passo seguro sem o auxílio de alguém com mais idade, mas, ao mesmo tempo, ela julga ininterruptamente o adulto, que poderia ser o seu modelo.

Para Charlot (2013), é importante lembrar que a criança, ao mesmo tempo em que pode se desvencilhar das teias constrangedoras que as relações sociais lhe impõem, também depende dessa sociedade. Essa dependência, inerente ao próprio fato dela ser criança e precisar da provisão adulta, é vista pela sociedade como naturalizada e centrada no adulto que regula e normatiza essa dependência;

c) Inocente e má – Por ser direta, franca e espontânea, a criança não tem nenhuma dificuldade para expor seus desejos e opiniões. Contrário dos adultos que procuram sempre com o que é mais adequado ou conveniente responder ao ser questionado, a criança manifesta suas verdades. Como todo ser humano, a criança também demonstra suas emoções. Todavia, estas emoções são, pela sociedade e pelos adultos, julgadas e carregadas de valores morais em uma lógica binária: certa x errada;

d) Herdeira e inovadora – ao mesmo tempo em que a criança expande o adulto que carrega consigo, quando é vista como herdeira de um legado e de uma identidade familiar/adulta, ao mesmo tempo, a criança pode modificar o adulto, alterar todos os seus planos e os lançar novamente ao nada: “o crescimento dos filhos é a morte dos pais. Ou seja, a criança é ao mesmo tempo a continuação da vida e a anunciação da morte” (CHARLOT, 1979, p. 104). Ela reproduz padrões, mas inova a si e aos outros ao mesmo tempo.

Como salienta Charlot (2013), nós nos configuramos na criança, transferindo-lhe individualidades que se contradizem umas às outras. Porém, essas discordâncias nem sempre são percebíveis sobre o que realmente guardamos da infância. Isto posto, a infância é uma fase de duplicidades e antíteses, tanto para a sociedade, como para o adulto. E é nesse ambiente, totalmente socializado, que as diretrizes naturais da infância tomam sentido social ideológico. Imputa-se ao ser infantil todas as contradições que se encontram nos adultos. De fato, essas contradições existentes ou imputadas à natureza infantil são múltiplas.

1.4 PROTEÇÃO, EDUCAÇÃO E SAÚDE: PROCESSOS E LUTAS PELA VISIBILIDADE DOS DIREITOS DA CRIANÇA

Uma das formas de compreendermos a infância e a criança como construções sociais é situarmos o tema no campo dos direitos. Neste sentido, a luta por proteção, educação e saúde na/da infância devem ser apreendidas em seus processos históricos.

Mas por que partir da perspectiva histórica? Acredita-se que os direitos das crianças, bem como dos sujeitos em geral, foram criados em determinados tempos históricos para atender determinadas concepções que se tinham dos sujeitos. Esses direitos, ao longo da história, vêm sendo ratificados, modificados e refutados. A condição histórica da humanidade é, por assim dizer, uma chave de leitura importante para a apreensão dos sujeitos.

Neste sentido, Fullgraf (2001, p. 22) nos diz que

[...] os direitos do homem, por mais fundamentais que possam ser, são direitos históricos, que nascem em certas circunstâncias, e que na verdade se caracterizam por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes. A luta por novos direitos surge de modo gradual e não todos ao mesmo tempo. O conjunto de direitos do homem modifica-se e continuam a se modificar com a mudança das condições históricas. Assim pode-se afirmar que não existem direitos fundamentais, ou seja, o que parece fundamental num certo contexto histórico e numa determinada civilização não é fundamental em outros momentos ou em outras culturas.

Deste modo, compreender os direitos pelo plano histórico, significa conhecer as concepções de sujeitos em dados momentos da própria história. Assim, o conceito de infância e criança permeiam a discussão e construção dos direitos. Discutir direitos da infância é algo que não é possível se fazer separadamente de uma concepção de criança. Ao mesmo tempo em que as discussões desenvolviam um novo olhar sobre o sujeito, novas necessidades também eram identificadas.

A construção da concepção de criança como sujeito de direitos se dá a partir do século XX, visto que antes disso as concepções que se tinham sobre criança e infância eram reducionistas. Deste modo, Siqueira (2011) nos apresenta uma análise dessas concepções históricas em ciclos que se articulam e expressam continuidades e rupturas.

Primeiro ciclo – a criança naturalizada (anjo, divinal, papel em branco, tábula rasa, dócil, frágil, abstrata, indefesa, criança); Segundo ciclo – a criança como problema social (menor, delinquente, corruptível, menor de rua, problema, infratora, perigosa, marginal, pobre); Terceiro ciclo – a

criança como sujeito de direitos (sujeito de direitos, agente e ator social, cidadã, histórica...) (SIQUEIRA, 2011, p. 60).

Por se tratar de um tema histórico, essas concepções marcadas por ciclos devem ser apreendidas como processos. Neste caso, não é possível demarcar ciclos que se fecham na formação das concepções de criança e infância. Em cada momento histórico determinados aspectos são afirmados e outros negados.

Concernente com as análises de Siqueira (2011), esta pesquisa deter-se-á ao terceiro ciclo, ou seja, sobre a criança como sujeito de direitos. Sendo assim, considera-se o século XX como um marco importante na constituição da ideia de direito das crianças, pois foi neste século que a perspectiva da criança como um sujeito de direitos ganha a centralidade do debate, mais especificamente no ano de 1948, pela *Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)*. A partir desta declaração é reafirmado que todos os seres humanos gozem dos direitos nela expresso:

a presente declaração universal dos direitos humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição (ONU, 1948, p. 4).

Esta declaração, contendo trinta artigos, expressava aquilo que à todos os sujeitos deveria ser garantido. De modo geral, a declaração estabelecia um tratamento igualitário a todos. Em relação às crianças, estas, apesar de já estarem contempladas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, ganhou destaque nos debates que discorriam sobre a necessidade de proteger as crianças que viviam sob condições peculiares de desenvolvimento. Assim, seus direitos foram reafirmados no ano de 1959 com a *Declaração Universal dos Direitos da Criança (DUDC)*, e que se reportavam aos direitos pessoais básicos fundamentais das crianças.

Neste sentido, a DUDC (1959) estabelece 10 princípios. São eles: Direito à igualdade, sem distinção de raça religião ou nacionalidade; Direito à especial proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social; Direito a um nome e a uma nacionalidade; Direito à alimentação, moradia e assistência médica adequadas para a criança e a mãe; Direito à educação e a cuidados especiais para a criança

física ou mentalmente deficiente; Direito ao amor e à compreensão por parte dos pais e da sociedade; Direito à educação gratuita e ao lazer infantil; Direito a ser socorrido em primeiro lugar, em caso de catástrofes; Direito a ser protegido contra o abandono e a exploração no trabalho; Direito a crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos.

O ano de 1979 foi chamado pela Organização das Nações Unidas (ONU) de o “Ano Internacional da Criança”. Neste sentido, na década de 70, as discussões no campo dos direitos das crianças ganharam ainda mais espaço e força. Nesta década, as discussões sobre os direitos das crianças ganharam novamente respaldo internacional, o que obrigava os países signatários a estabelecerem programas e políticas específicas cujo objetivo era de ampliar a proteção da infância. Isso contribuiu para que fosse pensada uma convenção (ANDRADE, 2010).

Posteriormente à DUDC (1959), o Brasil formula a *Constituição Federal de 1988 (CF)*. Nela já se anunciavam algumas perspectivas das crianças enquanto sujeitos de direitos e que precisavam ter seus direitos protegidos e efetivados. Todavia, faltava-lhe um recorte especial no que tange esses sujeitos. No Art. 6 encontra-se o disposto de uma série de direitos que devem ser compreendidos como direitos de todos os sujeitos. Deste modo, diz:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015) (BRASIL, 1988).

A disposição para a responsabilidade social zelar pelos direitos das crianças também aparece na CF (1988), no art. 227. Assim diz:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010) (BRASIL, 1988).

Um ano depois da Constituição Federal do Brasil (1988), constituiu-se a Convenção dos Direitos da Criança (CDC, 1989), cujo teor tinha por objetivo criar e consolidar um documento geral onde os direitos das crianças fossem expressos no plano internacional. Esta Declaração ratifica, no plano dos direitos, uma perspectiva

histórica que determina aos países signatários a consolidação de leis próprias para o trato da criança e do adolescente.

Deste modo, de acordo com Fullgraf (2001)

a Convenção teve por objetivo reunir em um único documento as diferentes medidas internacionais de proteção à criança representando um forte instrumento inovador, internacionalmente reconhecido dos direitos das crianças, sendo assim um marco fundamental no percurso da construção e definição de um estatuto digno para todas as crianças (FULLGRAF, 2001, p. 26-27).

Esta convenção culminou na criação de 54 artigos, cujo escopo ampliaram e ditaram uma série de novos direitos civis e políticos. Dada a importância também de se compreender essa construção pelo plano da historicidade, esta convenção compreende por criança

qualquer pessoa com menos de 18 anos de idade (artigo 1), cujos 'melhores interesses' devem ser considerados em todas as situações (artigo 3). Protege os direitos da criança à sobrevivência e ao pleno desenvolvimento (artigo 6), e suas determinações envolvem o direito da criança ao melhor padrão de saúde possível (artigo 24), de expressar seus pontos de vista (artigo 12) e de receber informações (artigo 13). A criança tem o direito de ser registrada imediatamente após o nascimento, e de ter um nome e uma nacionalidade (artigo 7), tem o direito de brincar (artigo 31) e de receber proteção contra todas as formas de exploração sexual e de abuso sexual (artigo 34) [...] (MARCÍLIO, 1998, p. 49).

Neste sentido, ao estabelecer cláusulas no âmbito internacional para com a infância, a CDC (1989) cobra responsabilidade de que países signatários criem e regulamentem suas próprias leis no tocante aos direitos das crianças (SOARES, 1997).

Nesta perspectiva, no Brasil, a convenção foi ratificada no ano de 1990. Assim, a CDC (1989) “[...] exigiu do Estado a elaboração de dispositivos legais coadunados ao código normativo da Convenção, bem como a implementação de políticas públicas em defesa dos direitos da infância” (ANDRADE, 2010, p. 85). Neste sentido, a ratificação acarretou na construção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ainda no ano 1990. Nele é estipulado um programa de proteção integral da criança expresso em seus artigos.

Deste modo, percebe-se que desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) vem sendo atribuídos direitos às crianças. Entretanto, somente na *Declaração Universal dos Direitos da Criança* (1959) é que elas ganham espaço nas agendas públicas.

É neste campo de tensão entre o que é proclamado e o que é efetivado que modos de visibilidades e invisibilidades da infância e da criança são produzidos histórica e socialmente pela sociedade. Isto se dá também no campo acadêmico que tem produzido e reafirmado uma determinada forma de apreender a questão da criança e da infância. Sobre isso discutiremos a seguir.

1.5 A INFÂNCIA E A CRIANÇA NO ESTADO DO CONHECIMENTO: MODOS DE VISIBILIDADE E INVISIBILIDADE NOS ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS

Para a construção do tema desta pesquisa foi necessário desenvolver um estudo a respeito do estado do conhecimento referente à temática em análise, com a finalidade de ter melhor clareza sobre outras pesquisas que têm o mesmo recorte do debate, ou seja, criança e infância em contextos de mídias.

O estado do conhecimento para Brandão, Baeta e Rocha (1986) tem como objetivo realizar uma pesquisa de produções acadêmicas a respeito de um tema em determinada área de conhecimento. Assim, o estado de conhecimento é

um estudo descritivo do percurso e compartilhamento da produção científica sobre determinado objeto, capaz de estabelecer relações contextuais com um conjunto de outros elementos, como por exemplo, data de publicação, temas, periódicos dentre outros (BRANDÃO; BAETA; ROCHA, 1986, p. 7).

Para empreender o estado do conhecimento, esta pesquisa efetuou um cuidadoso estudo dos textos com objetivo de clarear o objeto em estudo percorrendo as múltiplas referências que possibilitassem um maior aprofundamento da temática em estudo.

Para Marconi e Lakatos (2010), o estudo bibliográfico implica um tratamento científico cuidadoso sobre como se deu a construção histórica do tema no campo epistemológico.

Assim, um estado do conhecimento não se encerra apenas em identificar a produção, porém, o seu objetivo é o de análise, de contribuição para a pesquisa e o de classificação. Para Messina (1998),

um estado da arte é um mapa que nos permite continuar caminhando; um estado de arte é também uma possibilidade de perceber discursos que em primeiro exame pode se apresentar como algo inconstante ou incoerente. Em um estado de arte está presente a possibilidade de contribuir com a teoria e a prática [de uma área do conhecimento] (MESSINA, 1998, p. 1).

Em síntese, o estado do conhecimento vai facultar a problematização, a fundamentação da pesquisa, como também a construção das metodologias que irão permitir ao pesquisador identificar algumas falhas que a pesquisa recomenda investigar.

Assim, no levantamento bibliográfico, buscou-se o subsídio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), como também da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) num recorte temporal de 2010 a 2018. A predominância deste levantamento é o de metodologia exploratória, devido se encontrar na coleta de estudo concernente à pesquisa. Em vista disso, as dissertações são os objetos de pesquisa deste estudo do conhecimento. Por uma opção metodológica, foram tomadas para o estudo do conhecimento somente as dissertações de mestrado, nível que se assemelha àquele pretendido neste trabalho.

Nessa pesquisa o estudo do conhecimento partiu do movimento de aproximação com temáticas que tratassem a questão da infância e da criança no campo das ideologias, dos preconceitos, dos direitos e das mídias. Inicialmente foram utilizadas as seguintes palavras-chave: criança; preconceito e intolerância. Foram encontrados mais de seiscentos (600) trabalhos entre 2010-2018.

Tabela 5: Dissertações na Produção Acadêmica

CATEGORIAS	TRABALHOS NO BANCO DE DISSERTAÇÕES
Visibilidades e Educação Infantil	37
Educação Infantil	465
Educação Infantil e Preconceito	24
Criança e Intolerância	13
Infância e Preconceito	32
Criança e Jornal	81
Invisibilidade e Criança	27

Fonte: Dados da Pesquisadora – BDTD

A partir de uma leitura dos títulos, atentando-se para a aproximação de interesse desta pesquisa, foram selecionados dezessete (17) trabalhos e realizada criteriosamente a leitura de seus resumos. Estes trabalhos versam sobre a criança em contextos de violências, invisibilidades, acolhimentos e mídias. Da leitura dos resumos, lista-se a seguir aquelas que compuseram as análises neste trabalho:

Quadro 1: Dissertações⁹ Seleccionadas para Leitura Analítica

ANO	AUTORIA	TÍTULO	INSTITUIÇÃO	NATUREZA
2014	MOTA, Oliveira Iêda	A (In)visibilidade das culturas infantis em uma escola da Amazônia em Oriximiná-PA	UFP	Dissertação
2014	OLIVEIRA, Evandro Salvador Alves	Infância e cultura contemporânea: os diálogos das crianças com a mídia num contexto educativo	UFMT	Dissertação
2014	SOUSA, Taísa Resende	As concepções das crianças da educação infantil sobre violência: um estudo a partir da Psicologia e da Psicanálise	UnB	Dissertação
2014	TAVARES, Nelma	“Tia, você me adota?”: O abrigo e a escola na constituição subjetiva da criança sob tutela do estado	UFES	Dissertação
2015	OLIVEIRA, Alessandra Guerra da Silva	Educação das relações étnico-racial: processos educativos decorrentes do brincar na educação infantil	UFSC	Dissertação
2015	PASSOS, Paula Lannes Pereira	Entre o visível e o invisível: a presença da criança na instituição de Educação Infantil.	PUC-RIO	Dissertação
2015	SANTOS, Patrícia Guarany Cunha	Direitos das crianças para crianças: o livro didático em questão	UFPE	Dissertação
2016	ASSAD, Katia Fernanda Faria	Concepções de crianças acerca do exercício de sua cidadania na cidade do Recife	UFP	Dissertação
2016	BRITO-COSTA, Letícia Fernandes	A construção da identidade em periódicos infantis no Brasil de Vargas e na Alemanha nazista	USP	Dissertação
2016	DEMENTSHUK, Marcia Elisabeth	Caixas de Ressonância: estudo dos suplementos jornalísticos para crianças na Paraíba	UFPB	Dissertação
2016	MAGALHAES, Poliana Hilário	Abordagens midiáticas da violência contra os adolescentes sob o olhar crítico do observatório da imprensa	UF	Dissertação
2016	MARTINHAGO, Marlene Barreto	As representações do Negro na Literatura Infantil: algumas leituras do acervo do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) do ano de 2013	UNESC	Dissertação
2016	RODRIGUES, Vitória Olivier Ramos	Acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil: um estudo bibliográfico	UFSC	Dissertação
2016	SANTOS, Elisângela André dos	Discursos de conselheira de direito sobre educação e cuidados de crianças pequenas de zero a três anos	PUC-SP	Dissertação
2017	SANTOS, Elisiane dos	Trabalho infantil nas ruas, pobreza e discriminação: crianças invisíveis na cidade de São Paulo	USP	Dissertação
2017	SILVA, Maria José Campos Faustino da	Desenhos animados em ação: personagens compondo identidades infantis de gênero	UFRGN	Dissertação
2018	CARMO, Letícia Martins do	A violência contra crianças e adolescentes nas dissertações e teses brasileiras em Psicologia (de 2010-2015)	PUC Goiás	Dissertação

Fonte: Dados da Pesquisadora

⁹ Ressalta-se que o conjunto desses trabalhos refere-se somente às dissertações, uma vez que esta foi uma opção metodológica de analisar trabalhos de mestrado.

Para o estudo do material acima exposto, refletiu-se sobre fatores que podem aproximar ou divergir do objeto estudado. Assim, observou-se e foi considerada também a análise do referencial teórico, da problemática de pesquisa e da forma de abordagem do eixo temático. A leitura deste material permitiu as seguintes considerações:

A dissertação de mestrado que tem por tema *A (In)visibilidade das culturas infantis em uma escola da Amazônia em Oriximiná-PA* tem por assunto central e objetivo geral realizar uma abordagem crítica a respeito das manifestações culturais infantis em uma turma do 4º ano na Escola Municipal Nova Esperança, em Oriximiná-PA. Foi desenvolvida com a participação de 29 crianças, sendo 16 meninas e 13 meninos, a média de idade era de 09 anos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada por meio da observação participante, registro fotográfico e entrevista em grupo, com a finalidade de compreender a questão proposta pela pesquisa.

A investigação científica deu vozes às crianças e adultos (professor/a), a fim de verificar quais as significações atribuídas por elas para as culturas que as crianças têm contato ou vivenciam no contexto escolar.

Para o desenvolvimento desse eixo temático, o estudo baseou-se nas seguintes questões, que com o desenrolar da pesquisa converteram-se na problemática do estudo: Como crianças e os/as professores/as envolvem e entendem as aulas de Educação Física? Qual o significado que esse componente curricular tem na vida e desenvolvimento das crianças? E como os docentes articulam seu conhecimento com a cultura infantil produzida pelas crianças?

O estudo foi realizado a partir de abordagem qualitativa definida como “estudo de caso”. Com o desenrolar da pesquisa (e já em considerações finais) pode-se observar com clareza que a cultura infantil é vivenciada na escola, porém está cada vez mais ameaçada pelas ações dos adultos, que procuram além de diluí-las, torna-las invisíveis. Outro ponto complexo que deve ser melhorado são as práticas antigas tradicionais, até hoje operantes na escola que foi observada. De modo que tais atitudes e práticas reforçam o quanto a escola ainda permanece distante e com base em paradigmas da simplificação e, também, não reconhece ainda a criança como possuidora de conhecimento válido. Figueiredo (2009) confirma que aprendemos na escola da vida, estavam e estão carregados de significados de um

contexto de experiências e sociabilização, principalmente aprendidos em outros tempos e espaços diferenciados.

A dissertação de mestrado que tem por tema *Infância e cultura contemporânea: os diálogos das crianças com a mídia num contexto educativo* tem por objetivo geral assimilar os conceitos que as crianças fazem a respeito dos discursos midiáticos e por meio desses se expressarem em suas maneiras de ser, agir e se relacionar.

E com os seguintes objetivos específicos: analisar os significados que as crianças dão aos elementos das personagens da mídia; identificar esses diálogos nos relacionamentos sociais das crianças e nas culturas lúdicas que as produzem; trabalhar as informações e textos midiáticos que as crianças utilizam nos contextos educativos, como a escola e a brinquedoteca.

Para o desenvolvimento desse trabalho e buscando contemplar os objetivos acima citados, buscou-se a base teórica e científica nas pesquisas na área dos estudos da infância sobre culturas infantis, culturas lúdicas e as relações das crianças com as atuais mídias eletrônicas, seus significados bem como de sua formação identitária.

Em relação à fundamentação teórica amparou-se em quatro importantes contributos: a teoria da enunciação de Bakhtin (1992; 1995; 1998); a sociologia da infância; o conceito de cultura lúdica em Brougère (2002; 2010); as relações existentes entre infância, mídia e formação identitária.

A metodologia desenvolveu-se com caráter de intervenção, entrevistas, oficinas elaboradas com as crianças e registros por meio de diário de campo. As oficinas foram realizadas a partir dos próprios assuntos que as crianças traziam.

Com o desenrolar da pesquisa foi-se percebendo a força da mídia nos discursos e atitude das crianças pesquisadas (16 indivíduos). Muitos foram os acontecimentos citados por elas. Não é possível elencá-los todos, porém podem-se destacar alguns, como por exemplo, os sonhos narrados pelas crianças, em particular pelos meninos e todos eles carregados de aventura, consumismo e atos heroicos, advindos de algum programa televisivo e outras mídias. Nas últimas décadas, pesquisas voltadas para a infância relacionam a criança como ator na vida social e a infância como uma categoria dinâmica e permanente na sociedade. Assim, nesse universo plural e multifacetado habitado por indivíduos pertencentes à sociedade pós-moderna os relacionamentos também são plurais, sujeitos que

intervém nas discussões e decisões, como também rompem as fronteiras que antes pertenciam apenas ao universo adulto. Porém, crianças apropriam dos discursos midiáticos e compõem suas histórias, constroem valores e constrói suas identidades na sociedade.

Com essa pesquisa foi possível ter melhor compreensão da temática estudada bem como a influência da mídia na vida e desenvolvimento da criança.

A dissertação de mestrado que tem por tema *As concepções das crianças da educação infantil sobre violência: um estudo a partir da psicologia e da psicanálise* trata a respeito da violência no contexto escolar infantil e foi pautada nas opiniões de crianças de uma turma do primeiro período da Educação Infantil sobre o tema. O estudo dessa temática justificou-se por valorizar e reconhecer as crianças como indivíduos ativos em seu processo constituidor, com capacidade de falar e de entender sobre múltiplos assuntos, como também o de expressar seus desejos, medos, fantasias.

Os objetivos gerais dessa pesquisa foram: criar um ambiente de escuta com a finalidade de compreender essas concepções; oportunizar lugares específicos para manifestações das expressões artísticas, educativas e culturais das crianças em relação à violência no ambiente escolar; investigar como é a postura dos educadores dessas crianças a respeito da questão da violência na educação infantil.

Com base na pesquisa qualitativa e na psicanálise de “investigação e interpretação”, o objeto foi estudado minuciosamente (na escola) a partir do Projeto Político Pedagógico (PPP), de observações participantes, de cinco entrevistas com cada uma das cinco educadoras e quatro oficinas com as crianças. Durante o desenvolvimento dessa pesquisa foram evidenciadas as diversas maneiras e entendimento das crianças sobre a violência. A ótica da criança se difere bastante dos pareceres dos adultos sobre essa questão. Assim, enquanto para as educadoras, violência é algo relacional, para as crianças a violência se encerra em ação policial, droga, arma, matar, delegacia e polícia e ladrão. Assim, essa é a violência que está interiorizada na mente dessas crianças. Em suas conclusões a pesquisa constatou que há uma certa resistência da parte dos professores em escutar e entender as crianças como sujeitos com ideias, entendimento em certos assuntos e que têm uma história e são capazes de falar, do seu modo, sobre diversos assuntos.

A dissertação de mestrado que tem por tema *“Tia, você me adota?”: o abrigo e a escola na constituição subjetiva da criança sob tutela do estado*, teve como objetivo investigar as mediações do acolhimento institucional e da educação escolar na estruturação do emocional da criança que, por alguma razão social, financeira ou outras, foi afastada da família e/ou responsável e se encontra sob amparo do Estado, aos cuidados de uma Casa-Lar, no município de Vila Velha.

Optou-se pela perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano, tendo como base autoral Lev Vigotski, Henri Wallon e Mikhail Bakhtin. A pesquisa foi desenvolvida em dois espaços diferentes: Casa-Lar Santa Cecília e numa escola de Ensino Fundamental, com crianças matriculadas no 3º ano. Constituiu-se a partir de um estudo de caso de duas crianças sob tutela pública.

A discussão teórica pautou-se na temática da criança sob a proteção do poder público, cidadã em desenvolvimento e de direito: como vivem essas crianças pertencentes a programas educativos de acolhimento, seus direitos, suas demandas e necessidades são respeitadas? Foram utilizados no referencial teórico: Reis (2001), Zogaib (2005), Montes (2006), Vigotski (2007,2008), Molon, (2009), Prestes (2010), Vygotsky; Luria; Leontiev, (2012), dentre outros.

O trabalho conclui que as famílias dessas crianças em situação de adoção são fragilizadas e direitos básicos são negados aos seus filhos. Outro ponto que deve ser melhorado é a respeito dos cuidadores, funcionários com quem passam a maior parte do tempo. Defende haver objetivos e metas pedagógicas para serem desenvolvidas com essas crianças e melhorar também em relação a afetividade e ambiente acolhedor, que ficam muito a desejar. Essas crianças/adolescentes, advindos de tutela pública, têm suas especificidades, história de violência e abandono, carências e dificuldades.

A dissertação de mestrado que tem por tema *Educação das relações étnico-racial: processos educativos decorrentes do brincar na educação infantil* buscou realizar um estudo crítico a respeito da prática social do brincar em mediações voltadas para a educação étnico-racial na Educação Infantil, a partir da Lei 10639/03, que constituiu a obrigatoriedade do estudo de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na Educação Básica, bem como opor-se sobre manifestações de racismo e de discriminação no espaço escolar.

A partir de uma pesquisa qualitativa, com fundamentos na fenomenologia, buscou-se compreender o objeto com base na prática social do brincar. Essa

pesquisa contou com a participação de crianças de 2 a 3 anos de uma escola pública municipal da cidade de São Carlos/SP. Os diários de campo e o caderno de registro serviram como ferramentas importantes para o registro dos dados, bem como manter a comunicação com as famílias das crianças que auxiliaram no desenvolvimento da pesquisa. As referências teóricas que deram sustentação a esta pesquisa foram: Fiori (1986); Freire (1987); Silva e Barbosa (1997); Bondía (2002); Araújo-Oliveira (2004); Mignolo (2002-2005); Silva (2007); Oliveira *et al.* (2014), dentre outros.

Nas considerações finais, percebeu-se que ainda é tímida a percepção e a prática de projetos, trabalhos e divulgação sobre a temática educação das relações étnico-raciais nas escolas de Educação Infantil. Porém, no decorrer da pesquisa foi aumentando o interesse pelo assunto, principalmente pelas famílias das crianças que colaboraram com a pesquisa, e tudo o que as crianças estavam vivenciando durante os encontros para entrevistas e outras atividades, elas reproduziam em outros. Assim, recomenda-se mais recreação/brincadeiras, literatura e outras metodologias que abordem a temática educação das relações étnicas raciais, mais intervenções e vivência de maneira que venha a valorizar e difundir a cultura e identidade étnico-racial.

A dissertação de mestrado que tem por tema *Entre o visível e o invisível: a presença da criança na instituição de Educação Infantil* teve como objetivo precípuo analisar as interações entre adultos e crianças, bem como priorizar as que deram mais visibilidade e tiveram como finalidade perceber as potencialidades e fragilidades da instituição de Educação Infantil como espaço propício para o *encontro* com a criança.

A metodologia adotada para o desenvolvimento desse trabalho foi de observações (registros no caderno de campo), entrevistas realizadas com membros do corpo docente, professora, auxiliar e mãe, funcionários, e conversas informais também.

É uma pesquisa qualitativa em perspectiva micro, que objetivou estudar as relações presentes na instituição de Educação Infantil, e foi desenvolvida em uma creche comunitária, particularmente em uma turma de crianças na faixa etária de 3 a 4 anos de idade. Essa observação, convivência e interação com essas crianças foi um período de grande importância para o desenvolvimento deste trabalho, como

também para compreender melhor todas as complexidades, desafios e o que precisa ser feito ou melhorado na Educação Infantil.

O aporte teórico que norteou essa pesquisa para melhor compreensão do tema analisado pode contar com contribuições importantes como de Bakhtin (2003); Santos (2005); Kramer (2007); Buber (2009); Vigotski (2009); Campos (2013); Barbosa (2013); Albuquerque (2013).

Assim, ao observar a convivência das crianças entre os colegas, mesmo sendo boa, a família é quem norteava e se fazia presente na vida delas. Mesmo que não falassem especificamente de sua família, elas reproduziam práticas sociais que, certamente, aprenderam em casa na sua vida cotidiana. Em síntese, a instituição pesquisada foi observada com base nos sujeitos que a integram, pois foi a partir desses que a pesquisa foi considerada, organizada e desenvolvida. Assim, pode-se constatar que a creche, mesmo com algumas limitações, mostrou-se um campo muito fértil para o desenvolvimento dessas crianças. Havia projetos também da parte do grupo gestor de aperfeiçoamento e de oferecer um ambiente que atendesse melhor as demandas das crianças.

A dissertação de mestrado que tem por tema *Direitos das crianças para crianças: o livro didático em questão* é uma pesquisa incorporada ao Programa Interdisciplinar de Pós-graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco, na linha de pesquisa Cidadania e Práticas Sociais. Trata-se de uma investigação qualitativa, executada a partir de estratégias metodológicas de pesquisa bibliográfica e documental.

Assim, essa investigação científica teve por objetivo principal aprofundar os estudos de um ponto de vista discursivo para saber quais são os procedimentos realizados que dão base e validade aos Direitos das Crianças nos livros didáticos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, num recorte temporal de 2013-2015, fundamentados no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Metodologicamente, este estudo pertence a um programa interdisciplinar em direitos humanos (PPGDH). Sendo assim, procurou-se tecer um diálogo entre as áreas de direitos humanos e educação na infância, pela via da educação em direitos humanos e a linguística, por meio da análise do discurso.

Buscou-se apoio teórico nos seguintes autores: Sarmento (2005); Santos (2012a); Ariès (2012); Rizzini e Pilotti (2011), De Mause (2002), sujeito de direitos: Brasil (2012a); Rosemberg e Mariano (2010); Seda (2011); Bazílio e Kramer (2011)

e educação em direitos humanos Silva (2010a); Candau e Sacavino (2010); Magendzo (2008); Bittar (2007); Benevides, (2007). Já as análises dos livros didáticos foram realizadas em textos escritos e imagéticos, com base nos trabalhos teóricos de Dominique Maingueneau (2005; 2008a; 2008b; 2013a; 2013b).

Em considerações finais pode-se observar que, para a funcionalidade do ECA, precisa-se observar vários pontos importantes como: reconhecer a criança como sujeito ativo na sociedade; analisar as questões concernentes à criança enquanto sujeito de direitos e personagem do processo educativo; pôr em prática propostas educativas cuja finalidade seja a formação de sujeitos críticos e reflexivos dentre outras necessidades urgentes dentro da temática estudada.

A dissertação de mestrado que tem por tema *Concepções de crianças acerca do exercício de sua cidadania na cidade do Recife* teve como discussão e objetivo central entender sobre a cidadania para as crianças no espaço urbano, como se dá e quais são os caminhos para alcançar essa formação cidadã.

Esse trabalho desenvolveu-se com os seguintes objetivos: reconhecer a finalidade, significados e sentidos dados pelas crianças no que tange ao exercício de sua cidadania no espaço urbano da cidade de Recife; relatar sobre as condições históricas, sociais, econômicas que são capazes de surpreender no transcurso da subjetivação das crianças em suas vivências urbanas; apontar toda a base de conhecimentos que as crianças possuem sobre a cidade onde vivem e os seus direitos como cidadãs urbanas; analisar os significados e sentidos que as crianças produzem acerca do exercício de seus direitos e cidadania.

Para melhor desenvolvimento dessa temática, elaborou-se uma rede teórica amparada por conhecimentos concernentes com cidade e cidadania, baseados em Castro (2001, 2004), Benevides (1991), Carvalho (2002); a constituição histórico-cultural do sujeito e da subjetividade, fundamentando-se em Vygotsky (2007, 2009) e Rey (2003, 2005); e infância e formação cidadã, por meio das contribuições de Candau e Sacavino (2008, 2010), Freire (1967), Silva (2010), Silva e Tavares (2011, 2013).

Essa pesquisa efetivou-se a pesquisa de campo em duas escolas municipais localizadas no mesmo bairro pertencente à Região Político-Administrativa IV (RPA 4), recorte territorial desse estudo. O trabalho de campo pautou-se em observação participativa de dois grupos de discussão com a seguinte temática: cidade real, ideal e possível.

A análise qualitativa dos dados fundamentou-se nos conceitos e métodos da epistemologia qualitativa (REY, 2005) e elegeu-se o sentido subjetivo como indispensável unidade interpretativa. Os dados da pesquisa indicam que as condições urbanas afetam o modo de subjetivação das crianças com seus vínculos com a cidade, como também a formação cidadã à qual as crianças têm acesso tende a prejudicar os significados e sentidos engendrados por elas no que diz respeito ao exercício de seus direitos e responsabilidades na cidade de Recife.

A dissertação de mestrado que tem por tema *A construção da identidade em periódicos infantis no Brasil de Vargas e na Alemanha nazista* teve como base as palavras-chave: Discurso infantil; Identidade no discurso; Argumentação; Língua Portuguesa; Língua Alemã. Essa pesquisa visa investigar como é construída a identidade infantil a partir do discurso em revistas infantis, dentro de um contexto político no Brasil e na Alemanha. Com a circulação pode-se verificar como a imagem da criança era representada nessas cidades em culturas diferentes.

Teve como referencial teórico Wolf (1999) e Lopes (2005); Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958]); Klein (1980); van Dijk (2000); Bakhtin (2015 [1930]); Jungwirth (2007), Moita Lopes (2002). Baseou-se na Teoria da Argumentação. Conclui-se que entre as duas culturas, as crianças brasileiras tiveram maior autonomia em relação ao discurso, ideologia e identidade aos textos produzidos nas revistas (Brasil/Alemanha).

A dissertação de mestrado que tem por tema *Caixas de ressonância: estudos dos suplementos jornalísticos para crianças na Paraíba* teve como objetivo geral realizar um estudo a respeito dos suplementos infantis impressos que circulam em jornais na Paraíba, a partir das disciplinas educomunicação e sociologia da infância, partindo das concepções da participação das crianças como sujeitos de direito e capazes de colaborar com esse tipo de produção.

Foram objetivos da pesquisa: investigar sobre a realidade da produção dos suplementos infantis na Paraíba; verificar se de fato existe um ecossistema à volta da participação das crianças nos suplementos e como acontece essa participação; recomendar medidas que favoreçam o aperfeiçoamento das práticas jornalísticas na produção de assuntos infantis, independente da produção usada na produção.

Para o alcance dos objetivos propostos foram mapeadas as produções dos suplementos infantis no Brasil (selecionadas e trabalhadas as produções divulgadas em João Pessoa) de acordo com o eixo temático em estudo.

A metodologia se deu com análise de conteúdo de três suplementos infantis publicados em jornais impressos na Paraíba: “O Pirralho” “Correio Criança” e o “Correinho das Artes”. A fundamentação teórica para o desenvolvimento e base deste trabalho científico contou com Freire (1968; 1987), Gobi (2002), Sarmiento (2005), Doreto (2012), Soares (2011; 2014), Baccega (2011), Citelli (2011), Sartori (2014), Souza (2014) dentre outros teóricos tão importantes como.

As considerações finais indicam que trabalhar essa temática foi uma tarefa árdua e de grande importância, porém, foi apenas um início da discussão desse assunto “jornalismo para criança”, de modo que questões sobre criança como um ser formador de opinião, sujeito de direito e capaz de colaborar com produções tão importantes será sempre um tema inacabado.

A dissertação de mestrado que tem por tema *Abordagens midiáticas da violência contra os adolescentes sob o olhar crítico do observatório da imprensa* segue da linha de pesquisa: Política, Planejamento e Gestão. O grupo incorpora o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Acidentes e Violências (NEPAV), do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

Desde épocas mais remotas há registros de violência nas sociedades e principalmente nas cidades. Porém, nas últimas décadas tem aumentado e ceifado vidas de adolescentes em todo o mundo, principalmente dos brasileiros. Sabe-se que a violência é um dos fatores contributivos para a estatística de segundo motivo de óbitos no quadro geral de mortalidade no Brasil.

Legalmente, crianças e adolescentes têm ou deveriam ter garantias em relação aos seus direitos (ECA), mas a prática tem mostrado o contrário e a mídia tem desempenhado um papel de fundamental importância na crítica dos relatos de violência e dos declínios dos direitos das crianças e adolescentes por ela apresentados. Para o desenvolvimento dessa temática foram elencados os seguintes objetivos: investigar a respeito dos conteúdos de um observatório de mídia sobre a violência que atinge os adolescentes brasileiros num recorte histórico de 2006 a 2016; identificar as principais representativas existentes nas matérias segundo publicação do observatório; analisar as especificidades anunciativas das matérias do observatório; averiguar sobre as falas, tendências e posicionamentos utilizados nas matérias do observatório na descrição dos adolescentes.

Assim, para o desenvolvimento dessa temática buscou-se realizar um estudo de abordagem quantitativa e qualitativa de caráter documental, em um

observatório de mídia¹⁰ de amplo acesso no Brasil, que elabora matérias envolvendo adolescentes e utiliza o gênero de crítica de mídia. O período analisado foi compreendido entre janeiro de 2006 e novembro de 2016. Foi realizado um questionário que instrumentalizou a coleta de dados, organizados no programa Excel, e posteriormente analisados.

Entende-se que é de responsabilidade do Estado a execução das leis no amparo à criança/adolescente e no cumprimento de todos os seus direitos. No entanto, considerando todo o contexto sociocultural incorporado pela violência, pode-se concluir que seria inviável a efetivação da redução da maioria penal e de outras medidas condenatórias que parte da sociedade almeja. De maneira que essa medida representaria descumprimento às cláusulas desenvolvidas bem como os princípios da dignidade da pessoa humana.

Nas conclusões o trabalho convoca a sociedade para ter mais senso crítico acerca das matérias veiculadas pela mídia hegemônica, que tem feito um bom trabalho em relação à violência contra criança e adolescente, porém, essa mesma mídia tem muito bem delimitado o seu interesse econômico e político frente à sociedade brasileira.

A pesquisa que tem por tema *As representações do negro na literatura infantil: algumas leituras do acervo do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) do ano de 2013* é uma dissertação da Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Educação, defendida em 2016. O foco desta temática foi o conhecimento sobre as questões referentes ao negro, à cultura africana e afro-brasileira na literatura infantil, bem como saber também como são trabalhadas em sala de aula, observando as recomendações das diretrizes nacionais para a educação (DNE).

A pesquisa baseou-se nos seguintes objetivos: aprofundar os estudos sobre a temática da diversidade étnica afrodescendente como contributo eficaz para a cultura brasileira; analisar a respeito da contribuição das etnias negras para a formação da cultura brasileira; retratar as características definidoras das formas de preconceito e discriminação étnico-racial no Brasil; averiguar como é desenvolvida a

10 A palavra mídia remete-se aos meios de comunicação que levam informações ao público, numeroso e indistinto, sem levar em conta a individualidade de cada espectador. Exemplo: mídia incluem a televisão, a internet, o rádio, o jornal, o outdoor (THOMPSON, 2004).

temática concernente à cultura africana e afro-brasileira na literatura infantil e qual têm sido a sua contribuição para a construção identitária e cultural do negro.

A sustentação teórica se deu com autores/pesquisadores que tratam das concepções de cultura, identidade, diferença, negritude e infância, como: Lajolo; Zilberman, (1985), Lima *et al.* (1998), Munanga (1999), Cunha (2005), Furtado (2008), Aguiar (2009), Almeida (2011), dentre outros.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa foram trabalhadas dez obras literárias infantis que constituíram o acervo do PNBE do ano de 2013, todas voltadas para a temática étnico-racial, primordialmente referentes à africanidade e negritude. Com a análise dessas obras percebeu-se que, cada vez mais, foi se tornando evidente a importância da literatura para a formação da identidade do negro/a, da valorização cultural, do exercício da cidadania, assim como a convivência com a diversidade.

Porém, mesmo sendo a literatura (africana ou afrodescendente) um instrumento didático de suma importância para a história e valorização cultural e social dos brasileiros afrodescendentes, notou-se que ela ainda reforça os aspectos culturais e biológicos, como cor da pele, dos olhos, tipo de cabelo, dentre outros. E com relação ao negro, existe pouca problematização em relação às desigualdades sociais e das relações de poder entre os negros e demais etnias neste país. Assuntos como preconceito e racismo, por exemplo, não são claramente discutidos.

Nas conclusões destaca-se a necessidade de haver mais empenho, interesse e divulgação por parte do corpo docente e gestor sobre essa temática, bem como pesquisas voltadas para a didática utilizada pelos professores para tematizarem a questão étnico-racial no âmbito escolar, pois não basta existir uma lei que defenda os direitos dos negros como cidadãos, é importante a efetivação desta.

A dissertação de mestrado que tem por tema *Acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil: um estudo bibliográfico* é uma pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina e teve como base de estudo a discussão sobre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil, bem como a realidade diária dessas crianças. E para desenvolvê-la foram utilizados os seguintes objetivos: realizar uma análise a respeito de produção científica num recorte histórico de 2009 a 2015, voltadas para crianças e adolescentes em situação de Acolhimento Institucional, considerando-se a Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009 como uma importante referência que alterou alguns dispositivos do Estatuto da

Criança e do Adolescente (ECA); investigar por meio de artigos acadêmicos as principais dificuldades encontradas no acolhimento institucional; formar rodas de discussão a respeito do contexto psicossocial que envolve as crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional; continuar o debate sobre os desafios e propostas de melhorias sobre o acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes no Brasil.

A metodologia se deu a partir de uma revisão bibliográfica em livros, artigos acadêmicos, dissertações e teses sobre a temática trabalhada. O aporte teórico contou com: Silva (2004), Gil (2007) Conanda e CNAS (2009), Freire (2010), Rizzini (2011), Siqueira (2011), Cavalcante *et al.* (2012) Guedes (2014), Marques (2015), dentre outros autores e pesquisadores dessa linha temática.

As considerações finais evidenciam as lacunas e necessidades que as instituições de acolhimento têm e carece de profundas transformações. Porém, tais mudanças não são apenas da responsabilidade do poder público, mas de toda a sociedade. As várias pesquisas e discussões estudadas apontaram para a necessidade de se repensar a respeito do acolhimento e o seu impacto na vida dos atores envolvidos.

A dissertação de mestrado que tem por tema *Discursos de conselheira de direito sobre educação e cuidados de crianças pequenas de zero a três anos* teve como objetivo demonstrar a importância e o papel que os Conselhos Municipais de direito da criança e do adolescente devem desempenhar no sentido de melhoria e controle de políticas de conformidade com Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para garantir o direito à educação, bem como o cuidado de bebês e crianças de 0 a 3 anos. A pesquisa foi feita através de interpretação e dos discursos das entrevistadas, ou seja, as conselheiras.

A metodologia utilizada foi a Hermenêutica da Profundidade de Thompson (2011) e a análise de conteúdo por Rosemberg (1981) e Bardina (1977). Assim, conclui-se que é necessário investir cada vez mais no aprimoramento da educação infantil, e sobretudo, verificar o lugar da creche nesse contexto. Foram utilizadas as palavras-chave: Psicologia social bebês e crianças pequenas; Educação e cuidado; Cidadania, estudos sociais da infância; Ideologia.

A pesquisa *Trabalho infantil nas ruas, pobreza e discriminação: crianças invisíveis na cidade de São Paulo* é de mestrado e tem como objetivo principal realizar uma reflexão a respeito da infância e do trabalho infantil no Brasil, mas

especificamente na cidade de São Paulo. Assim, essa pesquisa tem como objeto de estudo a invisibilidade da criança em situação de rua ou de vulnerabilidade social, questionando com a ideologia do trabalho que opera na naturalização dessas questões e do descumprimento dos direitos dessas crianças como sujeito de direito.

No momento inicial da pesquisa realizou-se o levantamento bibliográfico para contribuir com o delineamento das questões a serem respondidas na investigação. Trata-se de uma pesquisa teórica bibliográfica e documental e também foi realizada a pesquisa de campo baseada em conversas informais nas ruas, entrevistas, análise do trabalho de rua dos malabares e observação em praças e faróis.

Um dos procedimentos para a realização desse trabalho foi de pesquisa bibliográfica. A metodologia bibliográfica significa muito mais do que uma simples investigação para descobrir verdades a respeito de um eixo pesquisado. Ela vai além e é capaz de surpreender o pesquisador (MACRONI; LAKATOS, 2009). Foram referenciais teóricos estudos de autores como: Ferreira (2001); Dias (2006); Neto e Maciel (2008); Rizzini (2013); Del Priori (2013); Ramos (2013); Nepomuceno (2016) dentre outros tão importantes quanto estes.

Entende-se que é de fundamental importância dar visibilidade ao trabalho de rua, que até o momento não existe políticas públicas nem projeto em vigor neste sentido e o que acontece é um total desamparo em relação às crianças e adolescentes em situação de trabalho ou não, vivendo nas ruas das grandes cidades. Dessa forma, considera-se a situação de trabalho e trabalhadores de rua no município de São Paulo como pessoas desprovidas de direitos, trabalhos ilegais ou pessoas, simplesmente invisíveis. Então, há necessidade de elaboração de políticas específicas que abarque estas pessoas e as tire das ruas ou da clandestinidade, no caso específico de crianças e adolescentes, que são de responsabilidade do Estado.

A dissertação de mestrado que tem por tema *Desenhos animados em ação: personagens compondo identidades infantis de gênero* tratou de um trabalho de teorização pós-crítica e foi realizada uma montagem de alguns procedimentos, a fim de conhecer melhor o cenário e os sujeitos da pesquisa. Investigou-se, nesse trabalho, se o “desenho animado”, na qualidade de produto da mídia, pode e deve ser considerado como uma “pedagogia cultural” que, por sua vez, possa educar as

crianças por meio de uma rede de poder onde se vinculam modos de ser, pensar e agir.

Partiu de uma investigação realizada com crianças de uma turma de nível 4 de Educação Infantil, em que foram ouvidas e exploradas suas falas a respeito do entendimento que as mesmas tinham em relação a ser menina e menino, tendo como assunto principal os personagens dos desenhos animados que viam frequentemente.

Essa pesquisa teve como objetivo investigar as possíveis inferências dos personagens dos desenhos na formação das identidades infantis de gênero juntamente com crianças de idade entre cinco e seis anos em uma instituição pública de Educação Infantil em Natal, Rio Grande do Norte-RN.

O embasamento teórico para o desenvolvimento desta pesquisa contou com: Louro (1997), Felipe (2000), Sommer (2003), Costa (2003), Silva (2005), Costa (2007), Meyer (2004-2007), Coutinho (2009) dentre outros. Em relação à metodologia aplicada à dissertação, destaca-se a teoria crítica de pesquisa que, segundo Meyer e Paraíso (2012), se vale da utilização de novas metodologias, bem como de novos métodos com a finalidade de obter dados.

Com o desenvolvimento desse estudo percebeu-se a grande influência que os desenhos animados desempenham na vida dos meninos e meninas, particularmente no que diz respeito à força, à beleza, à coragem e à amabilidade que os personagens simbolizam para essas crianças. Além de todos esses modelos descritos aqui, destaca-se também a questão do consumo que esses personagens exercem no psicológico dessas crianças, potencializando o desejo de obterem produtos relacionados às princesas e super-heróis.

A dissertação de mestrado que tem por tema *A violência contra crianças e adolescentes nas dissertações e Teses brasileiras em psicologia (de 2010 a 2015)* foi desenvolvida pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia, com subfase em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás.

O método aplicado para desenvolvimento dessa pesquisa foi embasado no materialismo histórico e dialético e nos objetivos da Psicologia Sóciohistórica de Vygotsky. Expõe-se como objetivo geral examinar a produção das dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia no Brasil que abrange o período acima mencionado. Os objetivos da pesquisa foram: analisar as

contribuições das dissertações e teses para o campo epistemo-científico como também para o contexto sociohistórico; apreender os objetos de estudo pesquisados a respeito da violência e, principalmente, sobre a violência contra crianças e adolescentes; averiguar as informações apresentadas nas pesquisas e identificar as questões teóricas e metodológicas que nortearam essas produções.

O aporte teórico que norteou essa pesquisa foi: Abrantes, Silva e Martins (2005), Aguiar e Ozella (2006), Santos, Sousa *et al.* (2008), Mendes *et al.* (2008), Scorsolini-Comin e Santos (2010), Siqueira e Queiroz (2011), Bastos (2013), Marques (2015), Canuto (2017), dentre outros.

Os parâmetros de inclusão determinados para selecionar as dissertações e teses trabalhadas no estudo foram os seguintes: pelo fato das pesquisas serem experimentais, os sujeitos pesquisados serem crianças de 0 a 12 anos e adolescentes de 12 a 18 anos, o objeto de estudo estivesse relacionado à violência contra a criança e o adolescente, faz-se necessário serem qualificados como vítimas.

Muitos investigadores e estudiosos das ciências humanas e sociais, a exemplo, Santos e Sousa *et al.* (2008), direcionam as suas pesquisas com objetivo de desvelar as intermediações integrantes da infância/adolescência. Ressaltam sobre a fundamental relevância desses estudos e atribuem uma posição crítica em relação à violência e isso poderá converter-se em medidas no combate a esse fato.

Nas conclusões apurou-se a urgência de estudos, pesquisas e políticas públicas atuantes que deem visibilidade, lugar e voz aos indivíduos, que foram e são por tanto tempo silenciados nos espaços educacionais, nas relações familiares, pessoais, bem como em outras relações que envolvem esses sujeitos.

Sínteses provisórias do estado do conhecimento

Como síntese do processo analítico do estado do conhecimento, ressalta-se que o número de trabalhos analisados em relação ao tema “criança e infância” abrange diversas áreas do conhecimento. Todavia, a prevalência dos trabalhos situa-se no campo da educação. Em relação aos trabalhos pesquisados, há uma prevalência dos temas no campo da educação infantil. Sobre o tema desta pesquisa, verificou-se um pequeno número de dissertações produzidas. E ainda, a partir do contexto da Educação Infantil, nota-se que há uma certa divergência em diferentes

focos de como a Educação Infantil pode ser tratada no sentido de aperfeiçoamento moral, social e educacional da criança na sociedade. Assim, os trabalhos apresentados falam da criança, infância, educação infantil, professores, gestores e experiências vividas em sala de aula.

Quanto ao número de dissertações que envolvem o tema “jornal”, observa-se o baixo número de publicações, apesar do jornal ser um dos principais meios de comunicação e informação, e que abrange todas as camadas sociais, sem distinção. Ele é pouco utilizado quando se trata de pesquisa. Nos trabalhos analisados verificou-se que, quando utilizada, a mídia tem um poder de gerar e modificar situações dentro de uma sociedade.

Analisando os dados, percebeu-se que esta pesquisa “A criança sob a ótica do jornal da cidade de Goiânia: marcas da (in)visibilidade” se difere das outras, porque busca nos jornais informações detalhadas e concisas que tragam dados sobre o seu conteúdo crítico que leve o leitor a perceber a sua importância do tema no processo de disseminação da informação.

Assim, esta pesquisa busca alavancar o conhecimento e a pesquisa sobre os meios de comunicação, sobretudo, o jornal.

O próximo capítulo procura atender ao pressuposto acima. Parte da crítica construída a partir das três categorias de análise em relação àquilo que foi produzido e veiculado sobre a infância e criança no jornal. Por ordem de prevalência quantitativa, encontrou-se “criança e violência”, “criança e educação” e “criança e saúde”.

De modo geral, há que se destacar que as matérias apresentam algumas características: a) não são destinadas à criança. São temas que falam sobre as crianças. Tratam de assuntos ligados à criança. Não tomam a criança como interlocutora do jornal; b) são textos informativos/jornalísticos com linguagem rápida para alcançar diferentes tipos de leitores; c) os títulos são apelativos e concentram-se na ideia de uma forma apelativa/convidativa para leitura do texto; d) mais de 95% das matérias referem-se à infância e criança urbanas, dado que indica a invisibilidade das crianças do campo ou rural; e) não há de forma explícita uma indicação em relação à etnia das crianças. São raríssimas as matérias que se referem à criança negra. Todavia, também não explicitam se as demais são sobre crianças brancas ou indígenas; f) das matérias que indicam o sexo das crianças, observa-se a prevalência daquelas que tratam do sexo masculino. Todavia, esse

dado não nos permite fazer uma análise da questão de gênero. São poucas as que se referem ao tema.

As leituras das matérias que se referem aos temas “criança e violência”, “criança e educação” e “criança e saúde” foram apreendidos no jornal a partir de enfoques analíticos. Ou seja, dentro de um tema, o que havia de prevalência nas abordagens? Para a compreensão deste duplo aspecto, *o tema e a abordagem*, foram considerados os aspectos político, histórico, social e econômico que envolviam as matérias. O texto que segue parte de uma análise crítica-reflexiva entre as matérias, a temática, o jornal e uma fundamentação teórica em autores que tratam do tema. Da mesma forma, cada tema agrega, ainda, um conjunto de matérias que ilustram os debates e críticas aqui apresentadas.

CAPÍTULO II

A CRIANÇA NA PERSPECTIVA SOCIAL PELA ÓTICA DO JORNAL: AUSÊNCIA DE PROTEÇÃO E A VISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA

No Brasil, o princípio da proteção integral da criança tem como marco de origem legal a Constituição Federal de 1988, mais precisamente o seu dispositivo 227. Nele o constituinte estabeleceu como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Mais tarde, com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, notou-se novamente a influência de tal princípio em toda sua estrutura, principalmente no tocante aos direitos fundamentais destes seres humanos. Reproduziu-se no estatuto a letra do artigo 227 da Carta Magna, mas, de forma exaustiva, foram dispostos os meios e instrumentos necessários para a efetivação e garantia de cada um dos direitos fundamentais da criança e do adolescente.

A proteção integral tem como fundamento a concepção de que crianças são sujeitos de direitos, frente à família, à sociedade e ao Estado. Rompe com a ideia de que sejam simples objetos de intervenção no mundo adulto, colocando-os como titulares de direitos comuns a toda e qualquer pessoa, bem como de direitos especiais decorrentes da condição peculiar de pessoas em processo de desenvolvimento.

O termo proteção pressupõe um ser humano protegido e um ou mais seres humanos que o protegem, isto é, basicamente, um ser humano que tem necessidade de outro ser humano. Deve-se entender a proteção integral como o conjunto de direitos que são próprios apenas dos cidadãos imaturos; estes direitos, diferentemente daqueles fundamentais reconhecidos a todos os cidadãos, concretizam-se em pretensões nem tanto em relação a um comportamento negativo (abster-se da violação daqueles direitos) quanto a um comportamento positivo por parte da autoridade pública e dos outros cidadãos, de regra dos

adultos encarregados de assegurar esta proteção especial. Por serem crianças, estas estão em condições peculiares de desenvolvimento que requerem dos adultos o empenho para este direito possa ser cumprido em favor das crianças.

O princípio da proteção integral, em síntese, norteia a construção de todo o ordenamento jurídico voltado à proteção dos direitos da criança e do adolescente. Parte do pressuposto de que tais seres humanos não são detentores de capacidade de exercício, por si só, de seus direitos, necessitando, por isso, de terceiros (família, sociedade e Estado) que possam resguardar os seus bens jurídicos fundamentais, consagrados na legislação específica, até que se tornem plenamente desenvolvidos físico, mental, moral, espiritual e socialmente.

Se por um lado esta perspectiva do direito de proteção deve ser assegurada às crianças, por outro, os dados desta pesquisa evidenciaram inúmeras práticas/contextos de violência contra a criança/infância. O debate a seguir questiona o sentido da violência pela negação do direito a proteção.

2.1. A CRIANÇA E A VIOLÊNCIA

Um dos temas mais presentes nas matérias analisadas refere-se à violência. Ainda que os dados não tratem explicitamente dos direitos de proteção, sua invisibilidade confirma o sentido da violência expresso nas matérias. Moreira e Sousa (2012), aportando-se nos estudos de Chauí (1985), explicitam que a violência é

a ação que trata o ser humano não como sujeito, mas como objeto. Há violência quando uma diferença é transformada e tratada como desigualdade. Na situação de violência, o dominado interioriza a vontade e a ação alheia, perdendo autonomia sem, entretanto, reconhecê-lo, por efeito da alienação. Assim, a banalização da violência praticada contra crianças e adolescentes só é possível quando as crianças e os adolescentes não são compreendidos como sujeitos, mas como objetos e propriedade dos adultos (p. 14).

De um total de 105 matérias que foram classificadas na categoria de análise da violência geral, a leitura sobre o tema pode ser organizada em três abordagens que mais foram evidenciadas: a) violência urbana (58); b) violência sexual (26); c) violência doméstica (21). Portanto, tratar o tema da “criança e a violência” é compreender a complexa trama que envolve as relações econômicas, políticas, sociais que determinam os modos como a violência se organiza:

a violência é um fenômeno que desenvolve e dissemina nas relações sociais e interpessoais, implicando sempre uma relação de poder que não faz parte da natureza humana, mas que é da ordem da cultura e perpassa todas as camadas sociais de uma forma tão profunda que, para o senso comum, passa a ser concebido e aceita como natural a existência de um mais forte dominando um mais fraco (SILVA, 2002, p. 19).

De modo geral, a violência pode ser caracterizada sob diferentes aspectos:

há diversas formas de violência no meio em que estamos inseridos, a **violência física** que se caracteriza pelo uso da força ou ainda por atos de omissão. A **violência psicológica** que consiste em um comportamento específico de um indivíduo ou um grupo de agressores, gerando tratamento desumano como a rejeição, indiferença, desrespeito e discriminação. A **violência política**, manifestada através de terrorismo que agregam em suas consequências a violência física ou por imposições ideológicas, que tem em suas metas a opressão social e a inadequação de determinados sujeitos ou ideias a sistemas politicamente incorretos. A **violência cultural**, através da substituição de uma cultura por um conjunto de valores forçados, não respeitando a identidade cultural existente. A **violência verbal**, que não raramente são acompanhadas da **violência física** e ainda a **violência sexual**, que é um abuso de poder onde uma criança ou adolescente torna-se uma gratificação sexual de um outra pessoa, forçados a práticas sexuais com ou sem violência física (BARROS; CARVALHO; PEREIRA; 2009, p. 5739) (Grifos nossos).

2.1.1. VIOLÊNCIA URBANA: A MORTE DA CRIANÇA NA CIDADE

Uma leitura geral e integral de todas as matérias sobre violência urbana (58), foi possível destacar as seguintes temáticas presentes no jornal: assassinato, sequestro/rapto, morte por arma de fogo, esquartejamento, espancamento, atropelamento, tráfico, desaparecimento, preconceito, racismo, embriagues, queimaduras/fogo, invasões escolares (arma de fogo e arma branca), tráfico humano (tráfico internacional de crianças) e ataque de animais.

Estas (58) matérias jornalísticas foram agrupadas em três grandes temas que emergiram e foram aprofundadas no estudo: I) (17) sobre a criança na mira da cidade: morte por arma de fogo; II) (10) sobre raptos e sequestros infantis; III) (4) sobre a questão gênero e cor marcando as crianças. Portanto, foram analisadas e consideradas para composição deste trabalho 31 matérias que também constam do anexo.

Deste modo, como a violência urbana, em relação às crianças, vêm sendo apresentadas no jornal? Durante a busca por elementos significativos de análises, algumas indagações foram levantadas: a) qual a principal forma de violência urbana

que recai sobre a criança?; b) quais os contextos da violência urbana que a criança está exposta?; c) como o jornal apresenta os fatos, bem como o conceito de criança?; d) o jornal toma perspectiva de defesa em relação às crianças?; e) o jornal informa quais os locais ou órgãos que atuam na defesa dos direitos da criança?

De princípio já destaca-se que a violência física é uma das formas mais evidentes da violência urbana. Sendo assim,

Violência Física é qualquer forma de violência física que um agressor (a) inflige ao companheiro (a). Ocorre quando uma pessoa, que está em relação de poder em relação à outra, causa ou tenta causar dano não acidental, por meio do uso da força física ou de algum tipo de arma que pode provocar ou não lesões externas, internas ou ambas.

É praticada pais, parentes, responsáveis, outras pessoas, muitas vezes com o objetivo de “educar” ou “corrigir”. Utilizam as próprias mãos ou objetos, armas de fogo, armas brancas, provocando marcas físicas, psíquicas e afetivas. Segundo concepções mais recentes, o castigo repetido, não severo, também se considera violência física (BRASIL, 2018, p. 14-15).

A criança na mira da cidade: mortes por armas de fogo

No estudo sobre a violência urbana, foram encontrados altos índices de morte de crianças em contexto de violência por arma de fogo. Isto significou (17) matérias que mostraram mortes infantis em decorrência de armas de fogo. Todavia, constatou-se também que estas crianças não eram o alvo primário, tão pouco o objeto direto da ação. O que se pode aqui afirmar é que as crianças foram vítimas deste processo e sofreram com o reflexo de uma sociedade violenta.

Neste contexto, as matérias apresentam situações como: a) confrontos entre policiais e bandidos e a criança alvejada na porta de casa ou até mesmo dentro dela; b) criança atingida por bala perdida na barriga da mãe; c) adolescente que entra em escola com arma de fogo e realiza disparos; dentre outras.

Outro aspecto que chamou a atenção nestas matérias é o fato de que nas ações de violência, o principal alvo não era a criança, mas o adulto. Todavia, por estarem expostas à cena da violência, acabaram sendo alvejadas e mortas. Este fato nos leva a (re)pensar sobre o papel do Estado em garantir a segurança pública. Deste modo, a violência com arma de fogo está relacionada à questão segurança pública que é papel do Estado. Ou seja, a cidade está matando nossas crianças pela ação ineficaz do Estado em garantir a segurança pública.

Outro aspecto ressaltado neste estudo é o fato de que boa parte dos crimes que vitimaram crianças com armas, tem relação entre violência e drogas. Assim, novamente nos reportamos ao papel tanto do adulto, bem como do Estado, em assegurar os direitos sociais e, principalmente, os direitos das crianças.

MATÉRIA¹¹

Título e Fonte: CRIANÇA MORTA EM TIROTEIO – Jornal O Popular - 05/07/2017

Título e Fonte: MORRÊ BEBÊ VÍTIMA DE BALA PERDIDA – Jornal O Popular - 31/07/2017

RIO DE JANEIRO

Criança é morta em tiroteio

Uma criança de 11 anos foi morta ontem com um tiro na cabeça na localidade conhecida como Boca do Mato, no Lins de Vasconcelos, zona norte do Rio de Janeiro. O confronto ocorreu quando policiais militares foram atacados a tiros por criminosos durante uma operação de rotina.

Na troca de tiros a menina, identificada como Vanessa dos Santos, foi ferida e encaminhada às pressas pelos militares para o Hospital Municipal Salga-

do Filho, no Méier, também na zona norte, mas não resistiu ao ferimento.

No tiroteio, o subcomandante da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) Camarista Méier foi ferido no ombro e encaminhado para o Hospital Naval Marcflio Dias, no Lins de Vasconcelos. O oficial está fora de perigo. O Batalhão de Choque da Polícia Militar e militares de outras unidades de Polícia Pacificadora da região reforçam o policiamento no Complexo do Lins.

Na subida da Boca do Mato, moradores atearam fogo em paus, pneus e caixotes em protesto contra a morte da criança nas ruas Maranhão e Aquidabã. Vanessa tinha voltado da escola e estava em casa quando foi atingida pelo tiro. A Boca do Mato é uma comunidade pequena e não é considerada violenta.

A Auto-Estrada Grajaú-Jacarepaguá que corta o bairro do Lins também teve o policiamento reforçado. O trânsito ficou congestionado na região.

GUERRA URBANA

Morre bebê vítima de bala perdida na barriga da mãe

Arthur sofreu hemorragia digestiva e não resistiu. Ele teve os pulmões perfurados, além de fratura em vértebras

O bebê Arthur Cosme de Melo, atingido por uma bala perdida quando ainda estava dentro da barriga da mãe, em 30 de junho, em Duque de Caxias (Baixada Fluminense), e que desde então estava internado, morreu às 14h05 de ontem, em decorrência de uma hemorragia digestiva, segundo a Secretaria Estadual de Saúde do Rio.

Arthur estava no Hospital Estadual Adão Pereira Nunes, em Duque de Caxias. Segundo a Secretaria de Saúde, o bebê sofreu a hemorragia às 5h30 e seu quadro clínico se agravou nas horas seguintes, levando à morte durante a tarde.

*A família do paciente foi informada e esteve na unidade ainda pela manhã, recebeu to-

das as informações sobre o estado de saúde do paciente, que esteve gravíssimo nas últimas horas. Todos os procedimentos para reverter o quadro foram adotados, porém não houve resposta clínica do paciente”, informa nota da pasta.

A operadora de caixa Claudinéia dos Santos Melo, de 29 anos, estava a caminho de um mercado nas imediações da favela do Lixão, em Duque de Caxias, quando foi atingida por um tiro. Grávida de 39 semanas, ela estava com o parto normal agendado para 13 de julho. Socorrida no Hospital Municipal Moacyr Rodrigues do Carmo, foi submetida a uma cesariana de emergência.

Arthur nasceu com os dois

pulmões perfurados pelo tiro, que também causou uma hemorragia cerebral e fraturas nas vértebras T3 e T4, atingidas por estilhaços de ossos. Transferido para o Hospital Adão Pereira Nunes, ele permaneceu internado na UTI neonatal, com dreno nos pulmões e respiração por aparelhos. Caso sobrevivesse, Arthur corria o risco de ficar paraplégico. Também ferida, Claudinéia ficou internada no Hospital Moacyr Rodrigues do Carmo até 6 de julho, quando recebeu alta. A Polícia Civil ainda não descobriu o autor do tiro. Policiais militares contaram que estavam saindo da favela do Lixão quando foram atacados a tiros por criminosos, e não revidaram

Estas matérias evidenciam que as crianças não foram o alvo, ou objeto da ação mas, sim, vítima de uma sociedade violenta e de um Estado que não consegue garantir a segurança pública.

¹¹ Todas as matérias incorporadas ao longo do texto desta pesquisa serviram apenas para apreender os emblemas dos discursos que estavam sendo criticados e expostos no texto. Estes textos somam-se aos demais e encontram-se anexo neste trabalho.

Sequestros e raptos infantis

O segundo destaque do estudo do tema violência urbana diz respeito ao sequestro e raptos de crianças. Neste conjunto, foram encontradas (10) matérias. Vale ressaltar aqui a diferença entre os conceitos de sequestro e rapto. O sequestro refere-se à situação das pessoas como objeto de troca, o que ocorre na maioria das vezes com fins lucrativos. Já o rapto, consiste em levar alguém/algo repentinamente por acreditar que lhe pertença. O que não há perspectiva de devolução, nem lucrativa, mas que em sua forma de agir é violenta e acaba por considerar a pessoa/objeto como objeto de disputa.

O que há de comum entre ambas e, nestes casos com os dados analisados, é o fato de que o direito de participação e de liberdade da criança foi violado à medida em que esta passou a ser tratada como um objeto da relação adulta. Isto pôde ser constatado nos dados das matérias em que, tanto no caso de sequestro, quanto no caso de rapto, as crianças foram levadas à força e mantidas em cárcere privado, sendo seus direitos como sujeitos violados.

Se por um lado sabe-se que o sequestro tem uma finalidade de troca, no caso das matérias analisadas, há que se destacar o papel dos pais e/ou familiares. Estavam em causa a vida das crianças e as questões financeiras como moeda de troca. Por outro lado, o contexto do rapto expresso nos jornais, deriva de casos cometidos por familiares que se envolveram em brigas e separações. Ou seja, a criança passa a ser, também, o objeto de disputa na família. Por outro lado, crime de raptos não resolvidos também nos permitem inferir sobre a possibilidade de tráfico humano.

Deste modo, afirma-se que o sequestro e o rapto de crianças ocorrem em grande proporção e ainda na centralidade urbana. Cabe aqui o questionamento em relação ao papel do Estado na garantia de segurança pública, no caso dos sequestros, e sobre o papel da família na garantia dos direitos das crianças, nos casos de raptos.

MATÉRIA	
Título e Fonte: HOMEM SEQUESTRA E MATA MENINO DE 6 ANOS – Jornal O Popular - 29/09/2017 Título e Fonte: MULHER É PRESA POR TRÁFICO DE CRIANÇAS — Jornal O Popular - 26/10/2017	
<p style="text-align: center;">PRISÃO</p> <p>Homem sequestra e mata menina de 6 anos</p> <p>Um homem de 30 anos foi preso na última quarta-feira por sequestrar e matar a menina Tabata Fabiana Crespilho da Rosa, de 6 anos, em Umuarama, no oeste do Paraná. Eduardo Leonildo da Silva confessou o crime, segundo a Polícia Civil do município. Ele é um conhecido da família da criança. Os detalhes sobre o crime ainda não foram divulgados. Existe a suspeita de abuso sexual, não confirmada até o momento.</p>	<p style="text-align: center;">INVESTIGAÇÃO</p> <p>Mulher é presa por tráfico de crianças</p> <p>O menino de pouco mais de um ano encontrado há 15 dias em Cascavel (PR) pode ter sido vítima de um esquema de tráfico internacional de crianças. A suspeita da Polícia Civil é de que a mulher que informou ter encontrado a criança, natural do Paraguai, coordene um esquema de adoção ilegal. A suspeita, conhecida como "Maria Paraguaia", foi presa. Ela teria tentado forjar que "encontrou" o menino para evitar suspeitas.</p>
<p>Nas matérias acima é possível apreender um conceito de criança como objeto.</p>	

A questão gênero e cor marcando as crianças

O terceiro aspecto que foi levantado pela análise das matérias refere-se à exposição da criança em contextos de violência por preconceito e racismo na cidade. Ainda que não seja hegemônico, o tema aparece em (04) matérias e chama a atenção pelo lugar social que ocupa, já que se trata de violências que ocorreram tanto em relação à questão de gênero, quanto de cor/etnia.

De modo geral, o preconceito é gerado a partir de uma concepção de algo que foi estabelecido como regra por um grupo de pessoas dominantes socialmente. Por exemplo: "meninos vestem azul e meninas vestem rosa". São concepções em que não são levadas em consideração a necessidade, a escolha e a vontade dos sujeitos, mas que lhes são impostas como regra, como conduta social. Já o racismo, trata-se de um conjunto de normas, regras, fatores e teorias que acreditam e afirmam a existência de uma hierarquia entre raças humanas. Ou seja, que existe uma raça que seja superior a outras e que, por isso, condições diferentes devem ser estabelecidas entre elas.

Hoje, por mais que se tenha sido comprovado a existência apenas da raça humana, e que dentre os humanos existem grupos sociais com diferentes etnias, ou seja, com diferentes identidades histórico sociais, ainda existe um forte discurso com o propósito de propagarem diferentes formas de violência psíquica.

Nas matérias analisadas, foi possível apreender diferentes formas de preconceito e discriminação: matérias quando a amamentação em público é alvo do preconceito social é relatada por 40% das mulheres mães que vivenciaram este preconceito; quando a Disney se retrata com mãe e filho, por que um funcionário do parque teria se negado a permitir a participação de uma criança do sexo masculino de três anos de idade em um evento com sessões de maquiagem (dia da princesa); quando uma criança negra, filha adotiva de famosos, foi alvo de comentários racistas na internet; e quando uma criança negra teve o cabelo cortado a força por familiares, que a criticavam por ter o cabelo crespo.

Deste modo, as matérias encontradas do jornal abarcam a temática do racismo, preconceito e gênero e revelam um tipo de violência simbólica/social que marca a sociedade e atinge não somente aos adultos, mas, também, as crianças. Ou seja, existe uma prática social em que as crianças são expostas à esta violência.

MATÉRIAS	
<p>Título e Fonte: CRIANÇA TEM CABELO CRESPO RASPADO A FORÇA – Jornal O Popular - 16/12/2017 Título e Fonte: DISNEY PEDE DESCULPAS POR PROIBIR MENINO - Jornal O Popular – 04/09/2017 Título e Fonte: AMAMENTAÇÃO EM PUBLICO É ALVO DE PRECONCEITO - Jornal O Popular – 28/08/2017</p>	
<p>DENÚNCIA</p> <p>Criança tem cabelo crespo cortado à força</p> <p>Uma menina de 9 anos e sua família denunciaram duas tias e duas primas que cortaram seu cabelo durante visita à casa da avó em Mogi das Cruzes. As tias teriam chamado o cabelo da garota de "podre", mas uma delas disse que ninguém cortou o cabelo da criança e que estavam apenas arrumando. "Ela sente dor, porque puxaram com pentes-finos", contou a mãe. O caso foi registrado como lesão corporal e injúria racial.</p>	<p>DIA DE PRINCESA</p> <p>Disney pede desculpas por proibir menino</p> <p>A Disneyland Paris pediu desculpas a uma mãe e seu filho de 3 anos após um funcionário do parque negar a inscrição do menino em um evento do tipo Dia de Princesa, temático do filme Frozen. O funcionário decidiu que ele não poderia participar do evento, que contaria com sessões de maquiagem e cabeleireiro, porque era menino. Hayley McLean-Glass, a mãe, escreveu uma carta aberta em seu blog criticando a decisão.</p>

Amamentação em público ainda é alvo de preconceito

PESQUISA 40% das mães brasileiras relataram situação de constrangimento ou terem sido criticadas por terceiros ao amamentar o filho em locais públicos

Um paradoxo faz parte do cotidiano das mães brasileiras em fase de amamentação: ao mesmo tempo em que se sentem pressionadas para alimentar os filhos com o leite materno, elas relatam que são criticadas quando amamentam em público.

Rafaella Ferraz confirma. Mãe há quase seis anos e grávida do segundo filho, ela ainda lembra com clareza do dia em que foi orientada a amamentar no banheiro de um restaurante para não "atrapalhar outros clientes". Ela estava com o marido e o filho de quatro meses em um estabelecimento de Santos, no litoral de São Paulo, quando o bebê acordou e ela decidiu amamentá-lo. Enquanto o pequeno Enrico se alimentava, o maître pediu que Rafaella o levasse para outro lugar. "Eu perguntei se tinha uma área específica ou

“**Perguntei se tinha área específica ou mais confortável para amamentar, e ele (segurança) me disse para usar o banheiro”**

Rafaella Ferraz, vítima de constrangimento

mais confortável para eu amamentar, e ele me disse para usar o banheiro", relata.

A experiência de Rafaella reflete a situação de quase metade das mães brasileiras, de acordo com a Pesquisa Global Lasinoh

do Aleitamento Materno 2017, da empresa de produtos para amamentação Lasinoh. No País, 40% das entrevistadas disseram ter sido criticada por amamentar em público.

Ao mesmo tempo, dentre as mais de 2 mil mulheres que participaram da pesquisa no Brasil, 94,2% disseram que se sentiriam culpadas se não conseguissem amamentar seu bebê. É o maior índice entre os nove países pesquisados (Alemanha, Brasil, Canadá, China, Estados Unidos, França, México, Reino Unido e Turquia).

No Brasil, a resposta predominantemente natural (64%). No entanto, é importante destacar que a pesquisa entrevistou apenas mulheres de 18 a 40 anos que estavam grávidas ou tinham um filho de até dois anos. (AE)

Estas matérias demonstram que as crianças são expostas e alvo de preconceito e racismo. Os direitos da infância são medidos e se submetem às regras e comportamentos estipulados pelo mundo adulto.

Em relação à defesa da diversidade humana, este trabalho defende que

a sociedade e os seres humanos têm direito a uma educação que os constitua como outros, na relação com coletividades mais amplas, e os ajude a reconhecer e a trabalhar as diferenças, cultivando as que constituem a identidade pessoal, grupal, nacional e de gênero e, ao mesmo tempo, superando as que reduzem os seres humanos à condição de objetos, de coisas, desqualificando-os e confirmando preconceitos (COELHO; GUIMARÃES, 2012, p. 332).

De modo geral, a questão central que marca o conjunto das (58) matérias sobre infância e violência nos remete à questão da vulnerabilidade da criança no mundo adulto e a negação do direito à vida, à segurança e à proteção. Um dos fatores que ocasionam a vulnerabilidade é o fato de que a criança é um ser social que, por si só, não consegue garantir sua subsistência social, nem fazer com que seus direitos sejam garantidos e efetivados. Isto implica a consideração de que precisa ser protegida e resguardada. A relação de dependência da criança com o adulto não pode ser marcada como algo natural e, sim, como uma condição biopsicossocial da criança.

Outro fator em que se dá a vulnerabilidade da criança está relacionado à consciência social sobre quem é a criança. Há uma ausência de formação social

sobre o conceito e, principalmente, sobre este sujeito. Deste modo, a forma como se olha e trata este sujeito na atualidade, remetem a tempos históricos em que estas crianças não eram consideradas sujeitos de direitos e, sim, como objeto do adulto.

Deste modo, para que a violência praticada contra a criança seja combatida há a necessidade de um maior entendimento social sobre este sujeito. É necessário romper com conceitos históricos em que a criança era objeto do adulto e reforçá-la como um sujeito, cujo processo de desenvolvimento implica a responsabilidade do adulto na garantia de provisão destes direitos.

Para além da família, a garantia dos direitos da criança é uma responsabilidade social, portanto, dever do Estado. Ao analisar as matérias jornalísticas nota-se a negação do direito da criança à vida, à segurança e à proteção. Assim,

a história do progresso social é simultaneamente também um desenvolvimento dos indivíduos em suas capacidades espirituais e corporais e em suas relações mútuas. A sociedade depende tanto da formação e da evolução dos indivíduos que a constituem, quanto estes não podem se desenvolver fora das relações sociais (SCHMIED-KOWARZIK 1983 apud LIBÂNEO, 2001, p. 7).

Da mesma forma, há que se destacar que as matérias expõem as crianças no contexto de violência, mas não contribui para o enfrentamento desta. Um aspecto de suma importância que foi identificado a partir da análise crítica das matérias sobre a violência urbana diz respeito a ausência de tomada de posição do jornal. O mesmo relata os fatos ocorridos com as crianças, porém, não conduz o leitor a um enfrentamento desta violência sobre a criança.

Percebe-se que o jornal utiliza da criança apenas como aporte para chamar atenção nas matérias, uma vez que, na maioria dos casos, a matéria traz no título a palavra criança, mas no corpo da matéria o foco nem sempre é a própria criança. Muitas matérias tratam apenas dos violadores dos direitos infantis. Neste caso, o jornal atua pela perspectiva da informação e não da formação do leitor à uma tomada de posição e enfrentamento em defesa das crianças. Ainda sobre a perspectiva do jornal, o mesmo não oferece ao leitor informações sobre quais são os órgãos responsáveis por combater, investigar e julgar os crimes cometido contra a criança.

Acredita-se que o jornal poderia propiciar um processo educativo sobre as questões que o mesmo relata em suas matérias. A título de exemplo, o jornal poderia formar no leitor um sujeito crítico capaz de reconhecer a criança enquanto um sujeito e a tomada de um posicionamento de enfrentamento social sobre as diversas formas de violência que vêm sendo cometidas em relação à criança. Deste modo, pode-se aqui afirmar que as matérias expõem matérias sobre a violência cometida contra as crianças, todavia, as mesmas informações dispostas não são utilizadas na defesa das crianças.

2.1.2 Violência Sexual: a questão do abuso

Das 105 matérias sobre violência, (26) delas referem-se à questão sexual. Estas últimas foram assim subdivididas: (14) versaram sobre o abuso sexual; (11) sobre o estupro; e (01) sobre a pornografia infantil. Todas as matérias foram lidas integralmente, consideradas para a análise e constam também dos anexos deste trabalho. Assim, foram constatados aspectos fundamentais que dizem respeito ao tema e que geram indagações cruciais para o entendimento das questões em estudo. São elas: a) quem é o agressor?; b) em qual contexto essa violência está inserida?; c) quem é essa criança violentada?; d) em qual perspectiva o jornal trata o assunto?; e) de que forma os direitos são elencados no jornal? – Implícito ou explícito? – Pela negação ou pela afirmação?; f) qual a imagem de criança é apresentada partir da leitura crítica do jornal?; g) quem é o sujeito de destaque nas matérias? – Agressor ou vítima (criança)? – Por quê? Na tentativa de responder à estas questões, a leitura dos dados permitiu agrupar todas as matérias da seguinte forma: I) o contexto do abuso sexual de crianças e os agressores; II) a perspectiva do jornal em relatar os casos de violência sexual e as crianças; III) a imagem social da criança que é evidenciada do ponto de vista do jornal; IV) a ênfase das matérias sobre abuso sexual de crianças.

Sobre a compreensão de abuso/violência sexual, Silva (2002) esclarece que,

abuso/violência sexual [é] geralmente praticada por adultos que gozam da confiança da criança ou adolescente, tendo também a característica de, em sua maioria, serem incestuosos. Nesse tipo de violência, o abusador pode utilizar-se da sedução ou da ameaça para atingir seus objetivos, não tendo que, necessariamente praticar uma relação sexual genital para configurar o abuso, apesar de que ela acontece, com uma incidência bastante alta. Mas é comum a prática de atos libidinosos diferentes da conjunção carnal como toques, carícias, exibicionismo, etc., que podem não deixar marcas físicas, mas que nem por isso,

deixam de ser abuso grave devido às consequências emocionais para as vítimas (SILVA, 2002, p. 35).

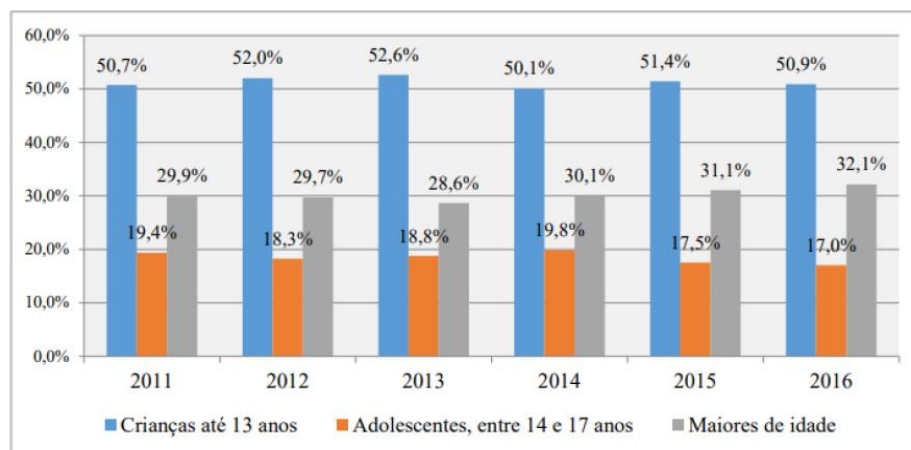
Portanto,

Violência sexual é toda ação que obriga uma pessoa a manter contato sexual, físico ou verbal, ou a participar de relações sexuais no casamento ou em outros relacionamentos, com uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça, ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal. Considera-se como violência sexual também o fato de o agressor obrigar a vítima a realizar alguns desses atos com terceiros (BRASIL, 2018, p. 16).

A família como contexto e lugar do agressor

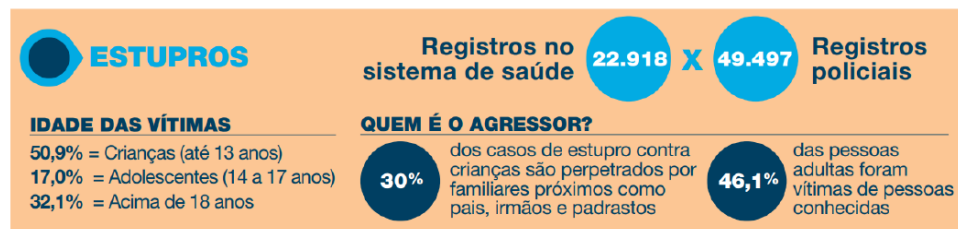
Tomando por base o estudo nacional sobre o Atlas da Violência 2018, a figura 2 abaixo retrata o percentual dos índices de estupro, por faixa etária, entre os anos de 2011 a 2016. Nele, observa-se que a proporção de vítimas adolescentes (entre 14 e 17 anos de idade) sofreu redução, apesar de ter crescido entre 2012 e 2014. Todavia, a parcela de vítimas adultas absorveu boa parte dessa queda, enquanto a porcentagem de vítimas crianças (até 13 anos) obteve virtual estabilidade.

Figura 2: Brasil: distribuição percentual das vítimas de estupro, segundo faixa etária (2011 a 2016)



Da mesma forma, o índice de estupro com crianças e o perfil de seus agressores, confirmam tendência dos dados encontrados nesta pesquisa.

Figura 3: Índices de violência – categoria estupro



Fonte: Atlas da violência 2018 – infográfico

Com base na pesquisa nacional, em relação ao

estupro de menores, [...] um terço dos agressores das crianças (até 13 anos) são amigos e conhecidos da vítima e outros 30% são familiares mais próximos como pais, mães, padrastos e irmãos. Além disso, quando o perpetrador era conhecido da vítima, 54,9% dos casos tratam-se de ações que já vinham acontecendo anteriormente e 78,5% dos casos ocorreram na própria residência (CERQUEIRA, 2018, p. 4).

Sobre o detalhamento do vínculo ou grau de parentesco do agressor com a criança, o estudo brasileiro indica que:

Figura 4: Brasil: vínculo/grau de parentesco do agressor com a vítima de estupro, segundo faixa etária da vítima (2016)

Vínculo Vítima e agressor	Criança (até 13 anos)	Adolescente (14 a 17 anos)	Adulto (18 anos ou mais)
Desconhecido(a)	9,41%	32,50%	53,52%
Amigos/conhecidos	30,13%	26,09%	18,82%
Cônjuge	1,56%	3,39%	8,20%
Ex-cônjuge	0,27%	0,53%	5,44%
Outros	17,59%	7,58%	4,48%
Ex-namorado(a)	0,93%	2,14%	2,65%
Namorado(a)	7,78%	9,01%	1,66%
Padrasto	12,09%	7,38%	1,23%
Pai	12,03%	6,54%	1,30%
Irmão (ã)	3,26%	1,55%	0,72%
Pessoa com relação institucional	1,07%	0,94%	0,63%
Filho(a)	0,26%	0,13%	0,28%
Policial/agente da lei	0,08%	0,10%	0,32%
Cuidador(a)	0,99%	0,28%	0,18%
Patrão/chefe	0,09%	0,20%	0,40%
Mãe	2,48%	1,63%	0,18%

Acerca da relação entre o agressor e a vítima, os dados da pesquisa nacional evidenciaram que em 2016 a maioria dos casos de estupro contra crianças foi cometido por amigos/conhecidos (30,13%). No entanto, é estarrecedor notar que quase 30% dos casos de estupro contra crianças são perpetrados por familiares próximos, como pais, irmãos e padrastos. Na fase adolescente e adulta, prevalecem casos com autor desconhecido (32,50% e 53,52%, respectivamente). Estes dados

nacionais revelam que, quanto menor a criança, mais próximo e íntimo dela é o agressor sexual.

Já sobre os dados desta pesquisa realizada no Jornal de Goiânia, na maioria das matérias, os sujeitos do contexto familiar da criança também são apontados enquanto agressores. Isso se dá, em grande proporção, devido ao fato de que são pessoas que têm uma relação de parentesco com as crianças e estão próximas à realidade das mesmas. Assim, pode-se afirmar que são sujeitos que, aparentemente, estariam livres de serem suspeitas de tal crime, já que as pessoas consideradas familiares, exercem (ou deveriam) o papel social da “família” no cuidado e proteção das crianças. Assim,

Violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem, estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. O conceito de violência intrafamiliar não se refere apenas ao espaço físico onde a violência ocorre, mas também às relações em que se constrói e efetua. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder a outro (BRASIL, 2018, p. 14).

Este trabalho acredita que a família tem uma função social a ser cumprida em relação às crianças/filhos. Assim, atribui-se a ela a tarefa de garantir os direitos fundamentais da criança que, segundo Fernandes (2009), estão agrupados em três categorias. São elas: 1) Direito de provisão; 2) Direitos a proteção; 3) Direitos de participação (2009).

Deste modo, faz parte das funções da família, como entidade social, o ato de proteger, educar, amparar e cuidar de suas crianças/filhos. Todavia, ao ler as matérias do jornal sobre este tema, constatou-se que a mesma entidade que deveria assegurar tais direitos, são às que mais os violam.

Acredita-se que estes direitos vêm sendo violados pela família pela mesma perspectiva em que a sociedade vê as crianças no plano social, ou seja, enquanto a-sujeitadas. Este trabalho, defende o conceito de criança e infância a partir uma perspectiva histórica e social, pois, acredita-se que o sujeito criança, bem como o conceito que se tem sobre a mesma, está sempre relacionado ao modelo social, à história, ao tempo histórico, em que este sujeito se insere. Assim, ao falar em criança e infância, faz-se compreender qual é a perspectiva social que se tem dos

sujeitos. Esta perspectiva estará sempre relacionada ao plano da historicidade. Ou seja, as relações sociais estão intrinsicamente ligadas aos conceitos que temos de criança e infância.

Outro aspecto que fundamenta esse o olhar sobre a criança, a ponto de considerá-las enquanto objeto, diz respeito à autoridade e o autoritarismo do adulto/familiar sobre à criança. Assim, o adulto não considera o direito de fala e de escolha da criança. Exerce de forma autoritária e reguladora o direcionamento adultocêntrico sobre a criança e sua vida:

ao emancipar-se da autoridade dos adultos, a criança não foi libertada, e sim sujeita a uma autoridade muito mais terrível e verdadeiramente tirânica, que é a tirania da maioria. Em todo caso, o resultado foi serem as crianças, por assim dizer, banidas do mundo dos adultos. São elas, ou jogadas a si mesmas, ou entregues à tirania de seu próprio grupo, contra o qual, por sua superioridade numérica, elas não podem se rebelar, contra o qual, por serem crianças não podem argumentar, e do qual não podem escapar para nenhum outro mundo por lhes ter sido barrado o mundo dos adultos (ARENDETT, 1997, p.231).

Nas matérias analisadas, o que se constata é que o agressor considera a criança como um sujeito incapaz de decidir e escolher. Portanto, um sujeito infantil que precisa ser socializado e regulado.

As matérias apresentaram uma concepção de criança enquanto objeto da família. Nelas, às crianças são atribuídas uma perspectiva em que passam a responder a uma necessidade, vontade, a uma dependência daquilo que os familiares (adultos) querem ou acreditam que as crianças precisam cumprir. Ou seja, as crianças deixam de serem sujeitos de direitos e passam a serem manipuladas pela forma de pensar do adulto. Assim, a família exclui o direito das crianças e velam as formas de violências que praticam sobre às mesmas.

MATÉRIA	
Título e Fonte: BEBÊ É ESTUPRADA POR PAIS EM MOTEL – Jornal O Popular – 06/09/2017	
<p>7 MESES</p> <p>Bebê é estuprada pelos pais em motel</p> <p>A Justiça do Amazonas decretou a prisão preventiva do casal suspeito de estuprar a filha, uma bebê de 7 meses, dentro de um motel na Zona Leste de Manaus (AM). Segundo o <i>G1 Amazonas</i>, a mãe da criança, de 24 anos, e o pai, um médico peruano de 45 anos, foram denunciados por uma funcionária do motel, que acionou a polícia após ouvir a criança chorando dentro de um dos quartos. O Instituto Médico Legal (IML) confirmou o estupro e constatou que a menina já sofria abuso há mais tempo.</p>	<p>Esta matéria exemplifica claramente que a família vem deixando de cumprir sua função social em relação às crianças e que as mesmas vêm violando os direitos aos quais deveriam assegurar.</p>

O papel do jornal e suas matérias: exposição da criança e informação dos fatos

Da mesma forma que se expôs em relação à violência urbana, as matérias não tratam do direito à proteção. Apenas expõem as crianças nos contextos de violência. Mesmo sabendo que o jornal é um veículo de comunicação social e que deveria ser porta a voz de uma sociedade, o que se constata, é que o mesmo apenas atua de forma a divulgar matérias.

A linha informativa do jornal apenas discorre sobre os fatos ocorridos e não transforma a matéria em uma perspectiva formativa. A matéria encerra nela mesma. O jornal aponta os fatos, traz informação sobre os acontecidos, mas deixa de lado a perspectiva crítica, não assumindo postura que seria capaz de formar um público leitor para questionar o porquê diante dos fatos.

As matérias ficam no fato pelo fato, não dispõe ao leitor informações que os auxiliariam no enfrentamento da questão, ou mesmo, indicar os processos de

denúncia caso sejam ou conheçam vítimas de abuso sexual. Por fim, as matérias jornalísticas matéria relatam os fatos, apontam os órgãos responsáveis por investigar o crime já ocorrido, mas não dispõem ao leitor uma explicação capaz de orientá-lo sobre como proceder.

Assim,

a informação é um caminho de acesso ao conhecimento, é um instrumento de aquisição de conhecimento, mas, por si só, não propicia o saber. Ela precisa ser analisada, interpretada, retrabalhada, e isso é tarefa do trabalho com o conhecimento. É a apropriação do conhecimento, dos conceitos, das categorias que possibilita a leitura crítica da informação, caminho para a liberdade intelectual e política (LIBÂNEO, 2001, p. 21).

Neste sentido, para que o jornal traga em seu corpo de matérias um processo educativo-formativo, ou seja, para que se torne um instrumento formativo social, ele necessariamente precisaria trazer conteúdos além da informação dos fatos, o que implicaria uma linha de discussão sobre conhecimentos científicos capazes de propiciar ao leitor pensar sobre: a) porque aqueles sujeitos que deveriam garantir a efetivação dos direitos da criança são os principais abusadores?; b) porque a criança é a abusada sexualmente?; c) quem é essa criança enquanto sujeito?; d) quais são os contextos do abuso sexual e porquê?; e) como evitar o abuso sexual de crianças e adolescentes?; f) qual o papel da sociedade com a criança?; g) qual o papel da sociedade frente ao abuso sexual de crianças e adolescentes?; h) onde denunciar o caso de abuso sexual infantil?; i) como proceder com a criança após constatado que a mesma foi ou é vítima de abuso sexual?; j) quais as punições para agressores sexuais de crianças? Para compreender estas questões é preciso conhecer algumas conceituações que envolvem esse debate:

Pedofilia – a palavra pedofilia vem do grego e é fruto da união de duas palavras: *Pedo*, que significa infância, criança, juventude, e *Filia* que significa atração, filiação, amizade ou gesto. A pedofilia é um distúrbio do comportamento classificado como uma parafilia. As parafilias representam diferentes formas de perversão sexual (SANTOS, IPPOLITO, 2011, p. 142).

Exploração sexual – “é a utilização de crianças e adolescentes para fins sexuais, mediada por lucro, objetos de valor ou outros elementos de troca” (BRASIL, 2018, p.41).

Pornografia infantil, também chamada de pedopornografia, foi definida pelo Protocolo Facultativo para a Convenção sobre os Direitos da Criança (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2000) como “qualquer representação, por qualquer meio, de uma criança no desempenho de atividades sexuais explícitas reais ou simuladas ou qualquer representação dos órgãos sexuais de uma criança para fins predominantemente sexuais”.

Os fatos de guardar o anonimato e facilitar a comunicação com qualquer pessoa, sem limite de idade aliados à constatação de que muitas crianças e adolescentes acessam a Internet, transformam esse meio em um espaço utilizado por pedófilos e outros autores de violência sexual. Entre os perigos representados por essa situação, estão a sedução e o convite para encontros (SANTOS, IPPOLITO, 2011, p. 141).

Assim, ao trazer informação para além do fato, o jornal propiciaria ao leitor abstrair-se da matéria e levá-lo a pensar no plano real, ou seja, o leitor seria capaz de atuar com o conhecimento e postura crítica no enfrentamento de situações com estas temáticas.

MATÉRIA	
Título e Fonte: HOMEM É DETIDO APÓS ABUSAR DE CRIANÇA – Jornal O Popular - 26/09/2017	
<p>SUPERMERCADO</p> <p>Homem é detido após abusar de criança</p> <p>Um homem de 62 anos foi detido em flagrante após abusar de uma menina de 5 anos no corredor de um hipermercado localizado na zona Norte de Porto Alegre. O fato ocorreu no último sábado. Segundo a Polícia Civil, a menina teria se afastado da mãe durante as compras, quando foi abordada por um homem que a levou para trás de uma prateleira. No local, o idoso começou a acariciá-la e tocar em suas partes íntimas. Câmeras de monitoramento de segurança registraram o abuso.</p>	<p>Esta matéria foi destacada devido ao fato de que ela apresenta a violência de abuso sexual praticado contra a criança, todavia, não evidencia os direitos aos quais as crianças possuem, apenas as expõem em contexto de violência.</p>

Ausência da ideia de infância: a criança vítima ganha o lugar de criança sujeito

Um aspecto que ganha destaque nas análises das matérias é o fato de que o jornal evidencia a criança apenas como vítima de abuso sexual. Isso se dá pelo fato de que o jornal retrata as matérias apontando apenas para o ocorrido. Por não ser vista pelo jornal como um sujeito histórico que possui direitos, entre eles, de ter a sua integridade sexual preservada, o jornal apenas classifica a criança como uma

vítima e deixa de lado a condição possível de conscientizar a sociedade que algo precisa ser feito em relação ao tema e em defesa das crianças.

No caso destas matérias sobre este tema, o jornal se reporta à criança como um sujeito vulnerável que se tornou vítima de um abusador. Acredita-se que o jornal deveria tomar um posicionamento crítico em relação ao tema.

Destarte, para que isso ocorra, o jornal deveria trazer de forma explícita um conceito sobre criança e infância, bem como quais são os seus direitos e qual o papel do adulto em relação à criança.

MATÉRIA	
Título e Fonte: ALUNO DE MEDICINA É PRESO POR PEDOFILIA – Jornal O Popular - 20/09/2017	
<p>CRIME</p> <p>Aluno de Medicina é preso por pedofilia</p> <p>Um estudante do sétimo ano de Medicina foi preso por pedofilia enquanto fazia plantão em um hospital em Porto Alegre (RS), ontem. No apartamento dele foi apreendido um computador contendo mais de seis mil fotografias de crianças e adolescentes em situação de pornografia. Celular e outros equipamentos também foram recolhidos para perícia.</p>	<p>Esta matéria caracteriza um ato de violência e exploração sexual infantil, mas que, ao mesmo tempo não retrata, nem se reporta ao conceito de criança nem de infância. Deixa uma perspectiva de conceptualização do sujeito exposto a violência e a exploração sexual, como sujeito vítima</p>

A ênfase das matérias recai sobre o agressor

Durante a análise das matérias ainda foi constatado que o foco das matérias, embora retrate o abuso sexual de crianças, recaem sobre os agressores. O que se percebe é que isso tem relação com outros dois aspectos já abordados nos tópicos anteriores sobre a violência/ abuso sexual.

Todavia, ainda que sejam abordados mais os aspectos do agressor e sua condição de suspeito, preso ou criminoso, as matérias ainda deixam a desejar no tocante a trazer maiores informação sobre as devidas punições, sendo elas: a) a quantidade de anos de prisão; b) onde os agressores vão responder criminalmente; c) se os crimes podem ser pagos por fiança ou em regime semiaberto (liberdade assistida).

Por conseguinte, outro aspecto é o fato do jornal não apresentar nenhuma perspectiva de tratamento, de acompanhamento psicológico, ou seja, de ações posteriores com as crianças vítimas de tal violência. Acredita-se que este aspecto deveria estar presente em todas as matérias por considerar importante a saúde psíquica da criança, o que talvez seria até um norte para que outras pessoas que são vítimas ou que conheçam alguém que seja, pudesse pensar nesta questão referente ao sujeito.

Assim, todos estes fatores evidenciam que a criança só é citada na matéria como forma de apresentar o fato. O foco do jornal não é desencadear nenhuma formação para a sociedade, a consciência crítica em relação ao papel que a criança vem ocupando na história, tão pouco conscientizar a sociedade sobre o desenvolvimento de um olhar mais abrangente sobre a criança.

MATÉRIA

Título e Fonte: OPERAÇÃO DA PF PRENDE 30 POR PORNOGRAFIA INFANTIL – Jornal O Popular - 26/07/2017

PEDOFILIA

Operação da PF prende 30 por pornografia infantil

Entre os presos, há professores, médicos, funcionários públicos graduados e um homem acamado de 80 anos

A Polícia Federal deflagrou ontem a 2ª fase da Operação Glasnost, que combate a exploração sexual de crianças e o compartilhamento de pornografia infantil na internet. A PF prendeu 27 em flagrante e três em custódia preventiva. “Foram presos estudantes com 19, 20 anos de idade, foi preso um homem de 80 anos de idade – que mal conseguia respirar, sair da cama – em flagrante, foram presos professores, médicos, pessoas muito simples com condição financeira muito precária, pessoas com a condição financeira muito favorável, funcionários de alto escalão de determinados órgãos –

todos esses fatos sem relação nenhuma com a atuação profissional da pessoa, mais sim pelo que ela fazia nos bastidores. Qual o perfil (dos pedófilos)? Não existe perfil”, afirmou o delegado Flávio Setti, da PF.

Em nota, a PF informou que cerca de 350 policiais federais participam da operação, cumprindo 72 mandados de busca e apreensão, 3 mandados de prisão preventiva e 2 mandados de condução coercitiva, em 51 municípios nos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Ceará, Pernambuco, Bahia, Maranhão, Piauí, Pará e Sergi-

pe. “Se não é a maior, é uma das maiores operações de combate à pornografia infantil já realizadas pela Polícia Federal”, disse o delegado.

A ação é uma sequência da Glasnost, deflagrada em novembro de 2013, ocasião em que foram cumpridos 80 mandados de busca e prisão e realizadas 30 prisões em flagrante por posse de pornografia infantil. Foram ainda identificados e presos diversos abusadores sexuais, bem como resgatadas vítimas, com idades entre 5 e 9 anos. A investigação teve como base o monitoramento de um site russo, usado como ponto de encontro pelos pedófilos.

Esta MATÉRIA tem como objetivo demonstrar e reafirmar que a ênfase das matérias sempre acaba recaindo no agressor. Pois, em uma operação policial efetuada em vários estados e que apreende cerca de 30 pessoas, entre eles médicos, professores e estudiosos, pouco ou quase nada são relatados sobre as vítimas de tal violência.

MATÉRIA	
Título e Fonte: SUSPEITO DE ESTUPRAR CRIANÇA É PRESO – Jornal O Popular - 11/08/2017	
<p>PLANALTINA DE GOIÁS</p> <p>Suspeito de estuprar crianças é preso</p> <p>Um homem de 41 anos foi preso, ontem, suspeito de estuprar dois meninos de 11 anos em Planaltina de Goiás, no Entorno do Distrito Federal. Segundo o delegado Yasser Yassine, as primeiras denúncias chegaram no início do ano e desde fevereiro ele já era investigado pela Polícia Civil. Ainda segundo o investigador, o suspeito aliciava as vítimas através das redes sociais e trocava dinheiro e balinhas por sexo.</p>	<p>Esta MATÉRIA aborda de forma geral os aspectos de violência sexual, pois ela apresenta uma pessoa que utiliza a internet e de artifícios que seduzem crianças, para cometer o crime de abuso sexual.</p>

Os dados da pesquisa indicam que os maiores agressores sexuais de crianças são: pai, mãe, primo, tio, avô, padrinho. Ou seja, pessoas da convivência familiar da criança. O que ressalta destes dados é a complexa teia em que a questão da vulnerabilidade infantil encontra-se marcada. Neste contexto, a criança se tornou vítima e teve seus direitos violados e negligenciados em virtude de sua vulnerabilidade e fragilidade em relação ao adulto. A violência/abuso sexual deve ser combatida, denunciada e o agressor responsabilizado e punido, mas, acima de tudo, precisamos cuidar da saúde psicológica da criança violentada. O olhar da sociedade deve estar voltado primeiramente na criança. Entende-se que a criança é um ser histórico e social e esta condição lhe garante o direito de desenvolver-se nos seus múltiplos aspectos com dignidade.

2.1.3. Violência Doméstica

Partindo-se de um total de (105) matérias sobre violência, (21) delas se enquadram como violência doméstica:

A violência doméstica contra crianças e adolescentes representa todo ato de omissão, praticado por pais, parentes ou responsáveis, contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico sexual e/ou psicológica à vítima – implica, de um lado uma transgressão

do poder/dever proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é uma negação do direito que a criança e adolescente têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (GERRA, 1998 apud SILVA, 2002, p. 32-33).

Nesta perspectiva, a análise crítica das matérias procurou identificar em quais contextos e por quais motivos ocorreu a maioria das violências domésticas cometidas contra crianças. As matérias foram agrupadas em ordem de prevalência: (13) A relação violência doméstica e homicídio; (08) a criança vista como objeto da família: abandono, agressões e maus tratos.

Neste sentido, alguns aspectos e indagações foram fundamentais para nortear as análises destas 21 matérias. São elas: a) qual o contexto da violência?; b) quantas geraram óbitos?; c) em que circunstâncias e como ocorrem?; d) quem são os agressores?; e) qual a ideia/concepção de criança no contexto de violência doméstica?; f) como o conceito de criança e infância no contexto de violência doméstica se reflete no plano da família? ; g) as questões sociais afetam as relações familiares?; h) porque a incidência de violência doméstica é tão forte?; i) como isso pode ser visto na questão do sujeito de direitos?; j) como e qual é o papel do jornal diante destas matérias?

Para compreender as questões acima colocadas, é necessário situar a violência doméstica no campo da relação entre sociedade-família-Estado-Educação. Assim,

a infância compreendida como fase especial do desenvolvimento humano passou a ser objeto de controle, educação e práticas de saúde que visavam, segundo a expressão de Donzelot (1986), a conservação das crianças. Ao percorrermos a história, percebemos que a família, a criança e o adolescente foram alçados à condição de objeto das políticas públicas, tendo em vista a constituição e a afirmação dos Estados Modernos (MOREIRA; SOUSA, 2012, p. 38-39).

Os dados da pesquisa indicam uma forte relação entre a violência doméstica com o homicídio. Este assunto, bem como as demais problematizações acima, são objetos das reflexões que se seguem.

A relação violência doméstica e homicídio

Pela análise das matérias constatou-se um alto índice de homicídios cometidos contra crianças. Ou seja, trata-se da retirada da vida da criança por parte de seus familiares. Abordar-se-á aqui dados que levaram à estas reflexões.

Inicialmente, o número de matérias demonstra dados que nos levaram a compreender que a violência doméstica praticada contra as crianças ocorre em contextos de agressões físicas e psíquicas que, em sua maioria, levaram à óbito. Das (21) matérias sobre violência doméstica, (13) delas resultaram em mortes de crianças por meio do uso de violência por seus familiares.

Para o aprofundamento destas questões é preciso compreender quais são os contextos desta violência em que circunstâncias elas ocorreram, bem como quem foram seus agressores. Deste modo, o primeiro aspecto recorrente entre as matérias diz respeito ao contexto das violências. Este, de forma geral, pode ser percebido nos grandes centros urbanos. Os espaços específicos cuja violência se apresentaram nas matérias foram: na casa das crianças; em terrenos baldios; parques; aterro sanitário; matagal; prédios; quintais; estação de metrô; e cachoeiras.

Outro aspecto que foi identificado nos dados, diz respeito às circunstâncias nas quais os fatos de violência doméstica ocorreram. Elas derivaram de brigas familiares, questões emocionais, questões físicas, dentre outras, e variaram entre espancamento, agressões físicas e psíquicas, homicídios, maus tratos, atropelamento, brigas familiares, abandono, tortura, esfaqueamento, estelionato e queimaduras. A exemplo do exposto, alguns títulos das matérias são ilustrativos: a) mãe queima filho em fogueira no quintal por ele apresentar semelhança com o ex-marido; b) o pai abandonou um bebê de três meses em uma estação de metrô; c) mulher ateia fogo à própria casa com as crianças dentro após brigar com o marido.

O quarto aspecto levantado por meio da análise das matérias refere-se aos sujeitos agressores. Estes são considerados como familiares das vítimas, ou seja, há uma relação de parentesco pré-estabelecida. Estas violências foram praticadas de forma individual e coletiva. Foram encontradas matérias em que os agressores eram: mãe; pai; mãe e tio; mãe e pai; mãe x pai; mãe e padrasto; padrasto; tio; etc.

Em relação aos homicídios de crianças e adolescentes, em 2015 a UNICEF realizou uma importante pesquisa¹² e sinalizou que “no Brasil, todos os dias, 31 crianças e adolescentes morrem assassinados”. Ainda nesta pesquisa, é apresentado que os índices de violência vêm aumentando a cada ano.

¹² FONTE: <https://www.unicef.org/brazil/homicidios-de-criancas-e-adolescentes>

Sabendo-se que a pesquisa da UNICEF relata vários elementos constitutivos da violência urbana e doméstica, e que seu maior foco de atuação é o público adolescente, sua estrutura contribuiu de forma significativa para repensar aspectos elementares sobre quem são os sujeitos do contexto de violência doméstica deste estudo.

A criança vista como objeto da família: abandono, agressões e maus tratos.

Outro aspecto constatado na análise das matérias sobre a violência doméstica, refere-se ao fato de como a família, bem como o conteúdo dos jornais, abordam o olhar sobre o sujeito da infância no contexto desta violência. Assim, a criança é tida como um objeto da família. De modo geral, as matérias analisadas não passam a compreensão da criança como um sujeito portador de direitos e especificidades humanas, tão pouco expressa a infância como uma categoria social, como um tempo da vida, cuja garantia é um dos papéis atribuídos ao mundo dos adultos. Esta criança, a todo momento, vem sendo retratada de forma a ocupar um espaço no seio familiar, bem como no meio social, como um sujeito objeto.

A concepção de criança e infância expressa nas matérias, remete à historicidade da criança no plano social. Assim, as crianças foram vistas durante a história por diferentes olhares e sob diferentes perspectivas.

Neste sentido, Ariès (1981), faz alguns apontamentos sobre esta historicidade em relação à concepção de criança. De forma sintética: a) na arte medieval não há nenhum sentimento de infância expresso; b) no Século XIII, surge o conceito de infância em meio a paparicação familiar, bem como ela passa a ser representada no mundo da arte como: adultos em miniatura, como anjos, como jovens; como o menino Jesus, enrolados em cueiros e vestidos; c) no século XVIII, a sociedade passa a perceber que a criança não poderia ser tratada como um adulto.

Neste sentido, Heywood (2004) discute a ideia de que a ausência de um sentimento de infância, resultou inclusive em um descaso social de pais com relação à figura dos filhos. Assim, nas palavras do autor,

pode-se apresentar um argumento contundente para demonstrar que a suposta indiferença com relação à infância nos períodos medieval e moderno resultou em uma postura insensível com relação à criação de filhos. Os bebês abaixo de 2 anos, em particular, sofriam de descaso

assustador, com os pais considerando pouco aconselhável investir muito tempo ou esforço em um pobre animal suspirante, que tinha tantas probabilidades de morrer com pouca idade (p.87).

Para Ariés (1981),

um sentimento superficial da criança – a que chamei de “paparicação” – era reservado á criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com a criança pequena como um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato (p.10).

As crianças perpassaram um longo caminho histórico e conceitual para afirmarem seu estatuto social. Desde a ideia da criança como página em branco, cuja responsabilidade era atribuída aos pais para lhes empregarem valores morais para a vida adulta, até os dias atuais, pode-se perceber que aqui a criança já apresentava traços de conceitualização como um sujeito objeto da família.

Foi ainda por volta do século XV, XVI, XVII, que um outro sentimento familiar sobre a criança e a infância foi se constituindo. Deste modo, Ariés (1981), diz que

a família começou a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela (p.12).

Esta mudança, está ainda interligada à concepção de criança enquanto adulto imperfeito. Todavia, em passos lentos, estas concepções foram sendo ampliadas, mas nem sempre de forma linear e constante até chegarmos às considerações e concepções que temos na atualidade sobre a criança e a Infância. Deste modo, Heywood (2004), diz que “somente em épocas comparativamente recentes veio a surgir um sentimento de que as crianças são especiais e diferentes, e, portanto, dignas de ser estudadas por si só” (p.10). Romper com a lógica da criança objeto para a criança como sujeito de direito é uma tarefa histórica que precisa ser revisitada todos os dias.

MATÉRIA

Título e Fonte: JOGUEI NO FOGO E SEGUREI, CONFESSA MÃE EM DEPOIMENTO – Jornal O Popular - 01/07/2017

“Joguei no fogo e segurei”, confessa mãe em depoimento

PIRANHAS Mulher diz nunca ter gostado do filho de 2 anos por ser parecido com o ex-marido. Alexandre tentou sair da fogueira, mas foi impedido com um pedaço de madeira

Cristiane Lima
cristiane.lima@opopular.com.br

A suspeita de matar o próprio filho de 2 anos em uma fogueira está presa na cadeia pública de Piranhas, cidade a 321 km de Goiânia. Em depoimento filmado pela polícia, Adriana Coutrim Morelra confessou o crime que chocou a cidade de cerca de 15 mil habitantes: “Joguei no fogo e segurei ele”. Disse ainda que nunca gostou do menino porque ele era muito parecido com o ex-marido, que a abandonou quando estava grávida.

Adriana, que não possui outras passagens pela polícia, dividiu a cela com outra mulher. Ela tem chorado bastante, segundo funcionários da cadeia. O delegado que cuida do caso, Ronaldo Pinto Leite, disse que esse tem sido o comportamento da

acusada desde que foram apresentadas as evidências que indicavam que ela tinha matado o filho, Alexandre Coutrim Rodrigues. “Antes, ela negava, dizia que havia sido um acidente.”

A mulher permanecerá presa temporariamente até que o inquérito seja concluído. Faltam os laudos da causa da morte e da reconstituição do crime. O delegado informou que, entre as contradições, está o horário em que o socorro foi chamado. “A perícia inicial aponta 11h30 como hora da morte e o socorro foi acionado às 15 horas.”

Na reconstituição, a acusada insistiu que havia sido um acidente, mas depois que a polícia apresentou evidências da autoria, ela confessou que praticou o crime depois de a criança chorar e irritá-la bastante. Ela disse em depoimento gravado que jogou

álcool na criança e a colocou na fogueira. Ela confirmou que o menino tentou sair, mas ela pegou um pedaço de madeira e, de longe, o manteve no fogo até que morresse. Depois disso, disse ao delegado que usou uma toalha para retirá-lo do fogo.

O delegado disse que suspeitou dessa versão porque, caso tivesse sido um acidente, a criança teria condições de sair e de ser socorrida, já que o fogo não tinha grandes proporções. A fogueira foi montada pela mulher com gravetos e folhas secas, nos fundos da casa onde ela mora, na zona rural de Piranhas.

O delegado também investigou se as outras crianças de 1 e 4 anos, irmãs de Alexandre, presenciaram o crime, já que também estavam na casa. A criança mais velha também é filha do ex-marido de Adriana.



Crime: Adriana conta detalhes em vídeo gravado durante reconstituição

Tortura e maus-tratos são investigados

O delegado Ronaldo Pinto Leite, que investiga a morte de Alexandre Coutrim Rodrigues, de 2 anos, em Piranhas, também vai apurar se a criança morta sofreu maus-tratos antes da morte. Foram solicitados os prontuários de atendimento médico do menino no hospital da cidade. Há indícios de que a criança já tenha sofrido, em outras situações, tentativas de en-

venenamento e afogamento.

As duas crianças irmãs de Alexandre estão sob os cuidados do atual marido de Adriana, que é pai apenas do caçula, que tem um ano e meio. O delegado entendeu que o homem não teve participação no crime. Apesar de não ser o pai de Alexandre, o atual marido registrou a criança. Ele foi ouvido e liberado em seguida.

A matéria selecionada evidencia a relação dos pais na prática de homicídio contra as crianças, motivados por aspectos sociais que refletem de forma direta o trato com os sujeitos mais frágeis do contexto familiar.

Outro aspecto que se destacou durante a análise das matérias, foi que as questões sociais exercem forte influência sobre as relações familiares, bem como as concepções de sujeitos. Assim, os fatores sociais que interferem nestas relações familiares, muitas vezes estão relacionadas às drogas, aos vícios, aos fatores socioeconômicos, à falta de emprego, à falta de escolarização, à vida amorosa do casal. Deste modo, atribui-se ao mundo adulto as questões de violência, de criminalidade, de processos sociais desumanos, etc., ou seja, coisas que se revelam pela ação do sujeito adulto.

Se por um lado é preciso considerar o desdobramento destas questões no campo subjetivo, como por exemplo o fato de que a exposição das crianças às contextos de violência doméstica, o abuso sexual, a violência urbana podem marcar e desencadear processos psíquicos, bem como severos traumas e transtornos como depressão, agressividade e ansiedade na infância, por outro lado, é preciso levar em conta o papel do Estado na construção de políticas públicas para enfrentamento do tema. Deste modo, é preciso que os poderes públicos conheçam as relevâncias destes dados, criem programas, tracem metas no intuito de diminuir os índices de violência, bem como a causa motivadora deste crime, ou seja, a desigualdade social.

MATÉRIA

TÍTULO E FONTE: POLÍCIA PRENDE MÃE PADRASTO PELA MORTE DE CRIANÇA COM 2 ANOS – Jornal O Popular - 20/11/2017

Polícia prende mãe e padrasto por morte de criança de 2 anos

HOMICÍDIO Bruno foi agredido e estuprado. Casal alegou que ele havia se machucado em acidente de motocicleta

Natália Araújo
natalia.araujo@opopular.com.br

O armador de ferragens, Gedeon Alves dos Santos, de 24 anos, e a vendedora de produtos de beleza Bruna Lucinda Batista Ferreira, de 28, foram presos suspeitos da morte por espancamento de Bruno Diogo Dias Ferreira, de 2 anos e 8 meses, em Golânia. A criança era filha de Bruna e ainda teria sido estuprada pelo companheiro dela, Gedeon. O caso foi conduzido à Delegacia de Investigação de Homicídios (DIH) após exames preliminares feitos pelo Instituto Médico Legal (IML) apontarem que a versão apresentada pelos responsáveis não condizia com as lesões encontradas na criança. Para a Polícia Civil, o garoto foi torturado.

Bruno foi levado até a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Jardim Itaipu na tarde de 3 de novembro, onde já chegou morto. Com a confirmação do óbito, Gedeon e Bruna registra-

“**O pâncreas dele foi partido ao meio. Além disso, sofreu estupro**”

Dannilo Proto,
delegado adjunto da DIH

na Central de Flagrantes da capital. O casal foi ouvido pelo delegado plantonista Wladimir Frelim e alegou que o menino morreu por complicações de uma cirurgia, feita dias antes. Segundo o relato, dias antes, a criança estaria com a sobrinha de Bruna em uma moto, quando caiu e bateu a boca. Dias depois, foi operado no Hospital Estadual de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira (Hugol), mas não estaria com uma boa recuperação e por isso teria morrido. A princípio, a morte foi tipificada

vil pediu exames complementares ao IML.

Uma denúncia recebida pelo Conselho Tutelar, após a morte da criança, apontou que o menino era vítima de maus-tratos tanto pelo padrasto quanto pela mãe, o que também foi relatado à Polícia Civil por algumas testemunhas. Uma delas disse ter visto marcas de corda no pescoço da criança. No laudo cadavérico foram indicadas diversas lesões no corpo de Bruno, como um grande orifício no crânio, decorrente de pancada, dentes quebrados, lesões em suas partes íntimas e em órgãos internos. “O pâncreas dele foi partido ao meio. Além disso, sofreu estupro”, destaca o delegado adjunto Dannilo Proto.

O casal foi preso na semana passada. Gedeon foi detido quando estava em uma invasão no setor Village Santa Rita para recolher alguns pertences dele e da companheira. Bruna, por sua vez, foi encontrada na casa da sogra, no Condomínio Rio Branco.



Após morte de Bruno, Conselho Tutelar recebeu denúncia de maus-tratos

prisão temporária para preventiva já foi feito à Justiça. Proto informa que Gedeon deve responder pelo crime de homicídio triplamente qualificado, estupro de vulnerável e incêndio. Enquanto que Bruna deve ser incluída como partícipe no homicídio triplamente qualificado, além do incêndio.

O CRIME

Inicialmente, Gedeon negou que tivesse praticado o crime. Porém, o delegado informa que, na residência onde o menino morava com a mãe e o padrasto foram encontradas poças de sangue debaixo do colchão. “As testemunhas narraram ainda que Bruno chorou muito na noite anterior ao crime”, ressalta Proto.

Em depoimento, o rapaz confessou os crimes e narrou com detalhes e frieza como tudo ocorreu. De acordo com o relatório

de limpa casa e Bruno começou a caminhar pela sala. Neste momento, o suspeito golpeou a criança com o rodão. O golpe acertou a lateral da cabeça do menino, que caiu. O padrasto então pegou a criança e começou a agredi-la com um elástico.

Em meio às agressões, Gedeon relatou que pegou um pilão de temperos, usado para esmagar a criança. Com a tigela, acertou o menino na cabeça. Bruno correu, mas foi alcançado e golpeado novamente em outras partes do corpo. A criança começou a sangrar pelo nariz e pela boca.

O padrasto contou que limpou Bruno, deu-lhe banho e tentou reanimá-lo, mas o menino não respondia. Ele então ligou para Bruna, que estava fora de casa no momento do ocorrido, e disse que o garoto tinha caído e

Dupla registrou ocorrência

A mãe de Bruno, a vendedora de produtos de beleza Bruna Lucinda Batista Ferreira, disse em depoimento à polícia que, ao chegar em casa, viu o filho inconsciente, mas ainda tentou chamá-lo pelo nome algumas vezes. Ela e o companheiro, Gedeon Alves dos Santos, levaram o menino para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA),

masele já chegou morto. Ao narrar os fatos, Bruna também foi bastante fria, segundo a polícia. Para tentar desfocar o caso, registraram uma ocorrência.

Sobre o porquê de apresentar a versão do acidente de moto, Gedeon alegou que foi para esconder da sogra as agressões sofridas pelo menino. Já Bruna alega que foi para proteger o compa-

nhheiro. Dias depois do crime, o rapaz ainda voltou na casa e causou um incêndio na tentativa de acabar com as provas.

A Polícia Civil descobriu que o acidente de moto ocorreu há mais de um mês, mas apenas Bruna estava no veículo. Desta forma, apenas ela se machucou e não o menino, como o casal alegou no início.



Segundo a polícia, Bruna mentiu para proteger o companheiro



Gedeon Alves negou, inicialmente, o crime, mas acabou confessando

Album de família

Em depoimento, suspeito relata agressões constantes

As agressões sofridas por Bruno Diogo Dias Ferreira, de 2 anos e oito meses, no dia em que foi morto não foram as primeiras. O padrasto da criança, o armador de ferragens Gedeon Santos Alves dos Santos, de 24 anos, admitiu que já tinha agredido o enteado outras vezes e que a mãe da criança, a vendedora de produtos de beleza Bruna Lucinda Batista Ferreira, de 28, tinha conhecido.

O rapaz e mãe de Bruno se relacionavam há seis meses e moravam juntos há quatro. Gedeon narra que no início as agressões eram verbais, mas depois passaram a ser físicas, com cinto, elástico ou vara. inclusive, em outubro, o rapaz disse ter agredido a criança com duas surras. Em uma delas, acertou o menino com o cabo de rodo. Com o golpe, Bruno bateu a boca na mureta da área de serviço e quebrou um dente da frente. O casal só levou o menino ao médico, uma semana após a agressão, quando o ferimento começou a apresentar mau cheiro. Dias depois, a criança foi encaminhada para cirurgia no Hospital Estadual de Urgências da Região Noroeste de Goiânia Governador Otávio Lage de Siqueira (Hugol).

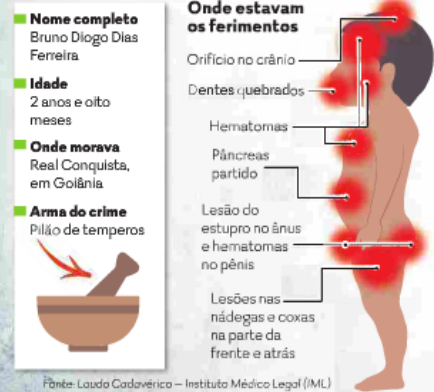
Gedeon disse ainda que, para Bruno ser liberado do hospital, o Conselho Tutelar foi acionado pela equipe médica. Dias depois, os conselheiros fizeram uma visita. Bruna relatou à polícia, em depoimento, que mesmo sabendo das agressões continuou convivendo com o companheiro e, inclusive, deixou a criança sozinha com ele.

VIZINHOS

A morte do menino comoveu

As lesões de Bruno

O menino de 2 anos foi agredido, estuprado e morreu vítima de traumatismo craniano. O padrasto e a mãe alegaram que a morte era consequência de um acidente de moto ocorrido dias antes.



Fonte: Laudo Cadavérico – Instituto Médico Legal (IML)

a vizinhança do garoto no Setor Real Conquista, ele morava. Após o crime, muitas pessoas foram até a casa e tentaram deprender o local. "Foi um choque saber que aconteceu isso com ele", lamenta uma outra vizinha não identificada.

Uma mulher que não quis se identificar relata que Bruna era cuidadora com o filho, mas quando ingeria bebida alcoólica agredia a criança. Não raro, Bruninho, como ainda é chamado, era visto com algum tipo de hematoma. "Ele caía, como qualquer criança, mas também era machucado por ela", conta.

Em algumas vezes, Bruna teria até deixado o filho com uma

vizinha, antes de consumir a bebida. Já para que o menino fosse cuidado. De acordo com essa vizinha, Bruninho não ia ao Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) do bairro há mais de um mês. Para ela, a mãe da criança disse que ali o garoto machucou a boca. Na unidade escolar, ninguém quis comentar sobre o caso.

Há cinco meses, Bruna mudou-se para a casa onde aconteceu o crime. Ali, a mulher dividia o teto com Gedeon. "Ela mudou muito. Antes ela era valdosa, andava arrumada, depois, começou a se desleixar", conta um outro vizinho que não quis ser identificado.

CASO JOÃO LENON

Familiares e amigos fazem protesto em frente ao Hugo

Natália Araújo

natalia.araujo@opopular.com.br

Um momento de oração e também de protesto marcou a tarde de visitas no Hospital de Urgências de Goiânia (Hugol), ontem. Os familiares e amigos do estoquista João Lenon de Freitas Oliveira, de 26 anos, se mobilizaram na entrada da unidade para pedir justiça. O jovem está internado, após ter sido baleado com um tiro na nuca disparado pelo coronel da Polícia Militar (PM), Sérgio Ricardo Caetano.

"A gente quer que o coronel pague pelo que fez com a vida de João Lenon, que não é bandido, é um rapaz trabalhador", diz a mulher dele, a operadora de caixa Paula Pires de Almeida, de 24. A jovem reitera ainda que ninguém da corporação procurou a família da vítima para conversar.

"No momento eu só quero que meu filho se recupere e volte para a família dele. Não que-

ro julgar ninguém, apenas pensar no meu filho. Porém, se quiserem nos procurar, se manifestar, estamos abertos para isso", informa a zeladora Célia Correia de Freitas, de 49, mãe do jovem.

A advogada do coronel, Rosângela Magalhães, diz que ainda não houve decisão neste sentido, de procurar ou não a família do rapaz. A Polícia Militar ainda não se manifestou sobre o caso. A Associação dos Oficiais da Polícia e Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás (Assof) pontuou que não se manifestaria.

O rapaz foi baleado há uma semana quando estava na avenida 85. O passageiro do carro que ele dirigia bateu na lateria do carro conduzido pelo coronel. O PM atirou e acertou João Lenon. Internado desde então, nos últimos dias João Lenon tem apresentado uma melhora no quadro, mas o estado de saúde continua grave e ele segue na UTI.

Cristiano Borges



Familiares de rapaz baleado na nuca por coronel da PM pedem justiça

A matéria em questão mostra a violência de familiares contra a criança, motivados por desconsiderar e desrespeitar as questões e especificidades do sujeito. Também aponta para um entendimento de que os contextos de violência são diversos, e muitas vezes derivam de maus tratos. Pode-se aqui também afirmar que estes sujeitos, antes de irem a óbitos, passam por um longo caminho de tortura física e psicológica.

Já em relação à criança como objeto da disputa de familiares, a matéria abaixo é ilustrativa.

MATÉRIA	
TÍTULO E FONTE: MULHER COLOCA FOGO EM CASA COM FILHO DENTRO – Jornal O Popular - 27/09/2017	
<p>CRIME</p> <p>Mulher coloca fogo em casa com filhos dentro</p> <p>Uma mulher de 24 anos foi presa ontem após incendiar a própria casa com os três filhos dentro, um bebê de dois meses e duas crianças, de 2 e 4 anos. O caso aconteceu em Perolândia, Sudoeste do Estado. Segundo a Polícia Militar, ela confessou que cometeu o crime após uma briga com o marido. As crianças foram resgatadas.</p>	<p>Nesta matéria fica claro a ideia da criança como objeto de disputa em meio à conflitos conjugais.</p>

MATÉRIA	
TÍTULO E FONTE: PAI ABANDONA BEBÊ DE TRÊS MESES EM ESTAÇÃO – Jornal O Popular - 08/11/2017	
<p>SÃO PAULO</p> <p>Pai abandona bebê de três meses em estação</p> <p>Uma menina de 3 meses foi abandonada pelo pai no mezanino da Estação Brás da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), na última segunda-feira. Passageiros que estavam na estação gravaram um vídeo em que um homem vestido de verde, carregando uma criança no colo, aparece deixando o bebê próximo a um pilar. Na delegacia, a mãe disse que não tinha condições de criar e entregou a criança ao pai, Nailton de Jesus Azevedo, de 35 anos, que foi preso.</p>	<p>Esta MATÉRIA relata o abandono de incapaz. Assim, como também evidencia o entendimento de que quando se abandona um incapaz, também se abandona os seus direitos de proteção, direitos de família, direitos de saúde, de vida, de desenvolvimento, etc.</p>

Já em relação aos contextos sociais em que as violências ocorrem, a matéria a seguir ilustra do debate.

MATÉRIA	
TÍTULO E FONTE: MÃE É PRESA POR TORTURAR FILHO DE 3 ANOS – Jornal O Popular - 02/08/2017	
<p>FLAGRANTE</p> <p>Mãe é presa por torturar filho de 3 anos</p> <p>Uma mulher de 20 anos foi presa em flagrante por agredir seu filho, um menino de 3 anos, no bairro do Campo Limpo (SP). Na última segunda-feira, a vizinhança chamou a polícia após perceber escoriações no corpo da criança. A mãe foi presa em flagrante, e a criança seguiu para o hospital, onde está em estado estável e não corre risco. De acordo com relatos de vizinhos, a suspeita já teria agredido a vítima, e os machucados vistos na segunda-feira foram o estopim para que acionassem a polícia.</p>	<p>A MATÉRIA apresenta um contexto familiar em que a tortura se constituía como prática cotidiana.</p>

Da mesma forma, os dados desta pesquisa afirmam que as matérias não tratam de explicar os direitos de proteção das crianças. Muitas expõem as crianças em seus contextos de violência. Apresentam um discurso velado sobre os sujeitos que sofrem estas violências.

O contexto de violência como um todo é amplo e variado. Ela acontece sob diferentes modos (maus tratos, fatalidades, acidentes, estupros, infanticídios, homicídios, abandonos, estelionatos, tráfico de humanos, sequestros, raptos, abusos sexuais, (...)) e sob perspectivas diversas (contextos, classes sociais, disputas, educativas, familiares, por questões morais, (...)). Neste processo, o sujeito mais afetado, tanto nas discussões e matérias do jornal, quanto no plano do real, da convivência, da existência, é a criança. É neste caso que o abandono de incapaz é tão recorrente na sociedade.

CAPÍTULO III

A CRIANÇA NA PERSPECTIVA SOCIAL PELA ÓTICA DO JORNAL: INVISIBILIDADES DOS DIREITOS DE PROVISÃO

O presente capítulo trata dos direitos de provisão no campo temático da educação e da saúde na infância. Toma como ponto de partida os resultados da pesquisa a partir das matérias do jornal. Por ordem de prevalência, a educação e a saúde foram, respectivamente, os segundo e terceiro temas mais recorrentes nos achados da pesquisa. De um modo geral, os resultados sinalizam para a ausência do poder público na garantia do direito de provisão na infância. Se por um lado o campo dos direitos não pode ser tratado isolando-os em sua natureza jurídica, por outro, reconhecer suas especificidades é importante para sua operacionalização. Assim,

a tradicional distinção entre direitos de proteção (do nome, da identidade, da pertença a uma nacionalidade, contra a discriminação, os maus-tratos e a violência dos adultos, etc.) de provisão (de alimento, de habitação, de condições de saúde e assistência, de educação, etc.) e de participação (na decisão relativa à sua própria vida e à direção das instituições em que atua), constitui uma estimulante operação analítica. Não obstante, a distinção analítica não apenas pode gerar uma hierarquia, como favorece uma percepção errônea da própria natureza desses direitos. Com efeito, a interdependência dos diferentes direitos é a condição da sua própria realização. Não se vê, por exemplo, como garantir a participação das crianças nas políticas de escola e na definição das respectivas lógicas de ação, se se não garante a provisão educacional aferida por critérios de qualidade, em que o principal é, precisamente, a garantia do direito de participação em condições reais de igualdade e não discriminação (SARMENTO; PINTO, 1997, p.19).

3.1. A CRIANÇA E A EDUCAÇÃO

Durante as análises das matérias jornalísticas foi encontrado um alto índice de temas ligados à educação. Deste modo, a outra categoria de estudo deste trabalho discute como as matérias sobre educação vêm sendo retratadas socialmente. Por se constituir em um campo amplo, as matérias apresentaram diferentes temáticas de análise: violência na escola; evasão/repetência; avaliação externa; afeto/ educação e diversidade; organizações sociais na educação (OS); assistência; educação infantil; educação e direito; educação e inclusão;

tecnologia/lazer; professor; base nacional comum curricular (BNCC); educação no trânsito; gênero; e religião. Sendo assim, a partir da leitura de todas as matérias, foi feita uma nova reclassificação sobre o assunto, a fim de encontrar aspectos mais discutidos dentro do tema. Assim, de um total de 64 matérias sobre educação, aquilo que mais se destacou foi: (11) sobre educação na primeira infância; (07) sobre perspectivas da educação inclusiva na infância matérias; (05) sobre bullying, infância e educação; e (06) sobre educação, direito e cidadania. Portanto, totalizou-se (29) matérias que compuseram o texto desta pesquisa e que também encontram-se anexo neste trabalho.

3.1.1. A Educação da Primeira Infância ¹³

O texto a seguir, versa sobre os aspetos da educação da primeira infância encontrados em (11) matérias. Suas análises decorreram de indagações referentes a: a) o direito à educação convertido amparo aos pobres; b) a educação infantil com foco de alfabetização precoce; c) investimento na educação infantil e desenvolvimento social; d) o terceiro setor no discurso de defesa da educação infantil; e) a duplicidade do discurso no jornal sobre educação; f) a falta de oferta de vagas em creches.

Uma primeira consideração a ser feita refere-se à necessidade de se compreender a educação da primeira infância no campo categoria da educação em seu sentido mais amplo. Assim,

o que está no horizonte da educação não é, em primeiro lugar, a escolarização, a informação, a formação do erudito, do homem de negócios ou do funcionário do Estado, nem a instrumentalização de crianças, jovens e adultos e sua inserção no mercado de trabalho, o desenvolvimento científico tecnológico, o sucesso dos educandos e o aumento da produção. Pelo contrário, é sobretudo a dimensão ético-política do homem e da sociedade, a elevação espiritual, a humanização de todos os homens, grupos, povos e instituições, enfim, a realização de sua dimensão humana. Esse é o sentido e a finalidade da educação, o que justifica sua existência (COELHO; GUIMARÃES, 2012, p. 326).

Tomada em seu sentido ampliado, a educação da infância implica também uma compreensão da ideia de ação pedagógica que não se resume na escola e no fazer pedagógico. A ação pedagógica na infância considera que o “pedagógico perpassa toda a sociedade, extrapolando o âmbito escolar formal, abrangendo esferas mais amplas da educação informal e não-formal, criando formas de

¹³ A educação de primeira infância refere-se à todas as políticas voltadas para o atendimento específico de 0 a 5 anos e 11 meses e primeiros anos do Ensino Fundamental.

educação paralela, desfazendo praticamente todos os nós que separavam escola e sociedade” (LIBÂNEO, 2001, p. 5). Assim,

a toda educação corresponde uma pedagogia. Mas o que entendemos sobre esse termo que denominamos educação ou prática educativa? Educação compreende o conjunto dos processos, influências, estruturas e ações que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais, visando a formação do ser humano. A educação é, assim, uma prática humana, uma prática social, que modifica os seres humanos nos seus estados físicos, mentais, espirituais, culturais, que dá uma configuração à nossa existência humana individual e grupal (LIBÂNEO, 2001, p. 7).

Esta pesquisa assume o conceito de educação como uma *prática social*, uma vez que esta compreensão contribui para repensar os processos humanos, sociais e culturais:

a educação é uma prática social que busca realizar nos sujeitos humanos as características de humanização plena. Todavia, toda educação se dá em meio às relações sociais. Em uma sociedade em que essas relações se dão entre grupos sociais antagônicos, com diferentes interesses e em relações de exploração de uns sobre outros, a educação só pode ser crítica, pois a humanização plena implica a transformação dessas relações (LIBÂNEO, p. 5, 2001).

O direito convertido em amparo aos pobres

Um primeiro destaque a ser feito em relação ao tema da “*criança e a educação*” refere-se o trato da educação infantil. Esta etapa da Educação Básica comparece nas matérias no campo do direito e da negação de direito. Na maior parte das matérias existe um discurso predominante de que a educação pública tem como um de seus papéis atender com maior ênfase, se não apenas, as classes menos favorecidas.

A maioria das matérias que versam sobre a educação infantil, além de reafirmar o direito da educação infantil como um direito dos pais, afirmam que o acesso a esta etapa da Educação Básica deve ser voltado para a classe menos favorecida. A matéria abaixo, do dia 10/12/2017, demonstra essa perspectiva. Nela, o direito à educação infantil vem acompanhando uma perspectiva histórica: uma política pública pobre para os pobres. Volta-se aos pais e, em particular, para as famílias pobres:

MATÉRIA	
TÍTULO E FONTE: Creches - -- Jornal O Popular - 10/12/2017	
<p>Creches</p> <p>Famílias que necessitam trabalhar para ganhar o pão de cada dia, buscam um direito garantido pela Constituição Federal. A educação infantil em creches e pré-escola é garantida às crianças até cinco anos de idade. Como muitos outros direitos, só está escrito. As famílias que buscam esse amparo, andam pra lá e pra cá e não conseguem nada, ou melhor, conseguem ficar estressadas.</p> <p>JEOVAH FERREIRA Taquari - Brasília</p>	

Da mesma forma, as matérias permitem apreender um discurso que revela o modo como a sociedade compreende o papel da educação infantil. Os dados da pesquisa mostram que a preocupação inicial não é a educação como um processo formativo das crianças e, sim, o papel da escola como um local em que os pais podem deixar seus filhos para serem cuidados enquanto trabalham. Isso nos faz pensar na importância de discutir o papel da educação infantil no plano do desenvolvimento humano.

Cuidar e educar sempre foram dimensões importantes na história da educação na primeira infância. Todavia, em diferentes momentos da história, esta etapa da educação se deu pelo viés de que os pais precisavam encontrar um local onde seus filhos pudessem ser cuidados enquanto trabalhavam. Se por um lado esta perspectiva foi (e é) importante, por outro, observa-se que o processo histórico de desenvolvimento desta etapa caminha para a consolidação do direito da criança.

Este conceito vai se ampliando e redefinindo até chegar o que temos hoje. A educação, como um direito inerente do sujeito e a educação infantil como uma etapa da Educação Básica reafirmada por lei. Deste modo, a LDB - 9394/96, na Seção II,

no artigo 29, estabelece que a “[...] educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996).

Estes direitos são afirmados como direitos inerentes a todos os sujeitos, não apenas aos pobres. Os dados obtidos a partir das matérias do jornal, coadunam-se com um discurso da sociedade em que este direito se converte no amparo social, e ainda, como preparação para o mundo adulto.

Este discurso se fez presente em diversas matérias, todavia, de uma forma velada. A matéria do dia 18/08/2017 deixa evidente este discurso, quando trata do seguinte argumento: “deve-se aumentar esses números de vagas, mas é preciso atentar que essa cobertura chegue a quem precisa, ou seja, na grande maioria, as pessoas pobres” (18/08/2017).

A questão do direito é um tema complexo. Todavia, o direito remete ao bem comum, para todos. Implica pensar na coisa pública, ou seja, é um bem social e deve constituir-se como direitos subjetivo, constitutivo e inerente à pessoa, independente da condição de classe. Por outro lado, observamos que o poder público, neste caso o Estado, não tem se ocupado em garantir esse preceito. Neste sentido, tem adotado critérios e/ou discursos que atentem-se para a questão da “prioridade” no acesso aos bens que deveriam ser públicos. Se tomado de forma crítica, esse recorte tem sentido e lugar. Todavia, reafirmá-lo pode incorrer no risco de desobrigar o Estado em garantir o preceito do direito à todas as crianças. Na matéria abaixo os discursos que tratam do exposto revelam a ausência do poder público e o papel dos organismos da sociedade civil na ampliação e fortalecimento do discurso exposto.

MATÉRIA

TÍTULO E FONTE: ATENÇÃO DESDE A PRIMEIRA INFÂNCIA – Jornal O Popular - 18/08/2017

Atenção desde a 1ª infância

EDUCAÇÃO Especialistas que participam de seminário internacional em Goiânia apontam necessidade de investimento na área, colocada em segundo plano pelo poder público

Natália Araújo
natalia.araujo@opopular.com

Zuhair Mohamad

A prática de deixar a educação infantil em segundo plano e assim investir pouco na área, bem como o baixo reconhecimento da importância dessa fase de aprendizagem resultou no quadro atual, com déficits de vagas e falta de unidades escolares para a primeira infância. Esses pontos foram ressaltados pelos especialistas Ricardo Paes de Barros, economista-chefe do Instituto Ayrton Senna, e Eduardo de Campos Queiroz, vice-presidente da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (SP), instituição que atua em rede para promover o desenvolvimento integral da criança.

A discussão aconteceu ontem durante o I Seminário Internacional Educação Infantil realizado pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte (Seduc). O evento debate os caminhos e conhecimentos para o desenvolvimento da primeira infância.

Eduardo analisa que se os gestores, sejam eles municipais, estaduais ou federais, forem questionados sobre a qualidade da educação infantil no País e como isso impacta o desenvolvimento das crianças, não saberão a resposta. "Nós não temos avaliações que possam medir o quanto estamos investindo bem

“É preciso atentar que essa cobertura chegue a quem precisa”,

Ricardo Paes de Barros, economista-chefe do Instituto Ayrton Senna

creche ou não antes dos 3 anos de idade. "Isso não será universalizado. Em nenhum lugar do mundo é", diz o representante da fundação.

Ricardo analisa que Goiás está abaixo da média brasileira no que diz respeito à oferta de vagas para crianças em creches. "Deve-se aumentar esses números de vagas, mas é preciso atentar que essa cobertura chegue a quem precisa, ou seja, na grande maioria, as pessoas pobres", reitera.

Neste sentido, Eduardo pontua que se as prefeituras têm condições de criar as creches e com bons professores então devem fazê-lo. Entretanto, Eduardo e Ricardo atentam que é preciso que as unidades sejam de qualidade. "Elas precisam ser bem estruturadas e orientadas pedagogicamente para promover as ati-



Ricardo Paes de Barros, economista-chefe do Instituto Ayrton Senna, um dos palestrantes do seminário

Estado promete ajuda de investimento na área

Para melhorar o quadro da área, minha opinião, tem a obrigação de focar enquanto que outra cidade foca-

<p>nações que possam medir o quanto estamos investindo bem o dinheiro público em relação a essa educação, assim como acontece com o ensino fundamental e médio. Esse tipo de avaliação já é feita em vários Países do mundo", diz.</p> <p>Na área das creches, Eduardo aponta que, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) liberada este ano, 90% das crianças brasileiras de 0 a 1 ano de idade estão fora das creches. Com relação à falta de creche que se estende de 0 a 3, essa taxa é de 70%.</p> <p>Todavia, segundo os especialistas esses déficits sempre existirão, uma vez que é uma opção da família colocar a criança na</p>	<p>gicamente para promover as atividades com as crianças", complementa Ricardo.</p> <p>O economista aponta ainda que o acesso a essa educação tão cedo é um direito humano imprescindível e que funciona como porta de entrada para outros direitos garantidos às pessoas. Além disso, Ricardo reforça que o investimento nessa área pode ser alto porque exige mais profissionais para o trabalho. Entretanto, é algo cujo retorno tem respostas rápidas e que se prolongarão por muito tempo. "Serão transformações persistentes e duradouras que ocorrerão no início da vida e serão levadas para toda a vida daquela criança."</p>	<p>Para melhorar o quadro da educação infantil em Goiás, o Estado promoverá investimentos na área. Os recursos utilizados serão estaduais e também federal, além de outras verbas que forem levantadas por meio de iniciativas, como as das Inscrições do I Seminário Internacional Educação Infantil realizado pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte (Seduc).</p> <p>Para os especialistas em educação infantil, a iniciativa é fundamental. "De todos os investimentos que o Estado pode fazer, é o melhor", define Ricardo Paes de Barros, economista-chefe do Instituto Ayrton Senna.</p> <p>"O governo do Estado, na mi-</p>	<p>nha opinião, tem a obrigação de formar uma parceria com os municípios. Normalmente, ele é o responsável por essa criança nas outras fases do ensino. Se ela tiver problemas, quem arcará com isso lá na frente é o Estado", complementa Eduardo de Campos Quelroz, vice-presidente da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (SP).</p> <p>Todavia, Ricardo pontua que para fazer esse investimento, o Estado deve cobrar dos municípios um plano do desenvolvimento da primeira infância, considerando as áreas da educação, assistência social e saúde. "Pode ser que um município queira reforçar um elemento,</p>	<p>enquanto que outra cidade focará em algum ponto diferente. Mas todas com o apoio do Estado", explica.</p> <p>A secretária de educação, cultura e lazer de Goiás, Raquel Texeira, informa que alguns municípios já foram identificados como aqueles que precisam de apoio no desenvolvimento da educação infantil, como a capital ou cidades do interior, como Aragoiânia. "Ainda precisamos discutir alguns pontos como quais ferramentas serão usadas para identificar para onde o dinheiro público irá e como terá mais qualidade e quais locais realmente precisam de creches", diz.</p>
--	--	--	---	--

Outro aspecto importante extraído das matérias refere-se à questão da luta por creches. Portanto, o tema comparece a partir da falta de creche como problema social. Diante da exposição das matérias, percebeu-se que o jornal aborda um tema relevante que põe em discussão a falta de políticas públicas que atendam às necessidades e os direitos das crianças garantidos por lei. Nota-se um descaso do poder público em relação ao direito a educação. Faltam creches e escolas que atendam as demandas sociais, conforme evidenciado nas matérias do dia 04/09/2017 e do dia 21/08/2017 em que se registra: "Nós que estamos próximos das mães é que sabemos onde dói".

Da mesma forma, observa-se que as matérias não tratam do tema da falta de vagas em uma perspectiva de formação política dos leitores. Ou seja, conscientizando-os e incentivando-os a lutarem e cobrarem políticas públicas efetivas na garantia desses direitos. A questão da falta de vagas é abordada pelo viés da informação, dos dados, do fato e não da problemática em si.

MATÉRIA

TÍTULO E FONTE: ESTADO TEM 32 CIDADES SEM CRECHE – Jornal O Popular - 04/09/2017

Estado tem 32 cidades sem creche

EDUCAÇÃO Número de municípios sem atendimento a crianças até 3 anos caiu 33% em dois anos. Falta de recursos e problemas com construtoras são motivos apontados pelas prefeituras

Natália Araújo
natalia.araujo@opopular.com.br

O número de municípios sem creches reduziu, em dois anos, 33%, saindo de 48 para 32, de acordo com o levantamento populacional de crianças e de matrículas em Goiás, de 2017, realizado pelo Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO). Por outro lado, algumas cidades ainda apresentam dificuldades em mudar essa realidade e aparecem na listagem, há quatro anos, com 0% nas taxas de matrículas em unidades escolares para crianças até três anos.

Israelândia, a 198 quilômetros de Goiânia, é um desses municípios. A construção de uma creche foi iniciada em 2013, de acordo com a Secretaria de Administração, porém a execução do projeto não foi concluída devido a problemas com a empreiteira. Assim, segundo o titular da pasta, Tiago Dantas, a cidade não tem estrutura para oferecer esse tipo de serviço para a população. Desta forma, apenas os alunos a partir de três anos conseguem estudar em uma escola municipal que atende à demanda.

Já em Água Fria de Goiás, a 343 quilômetros da capital, o prédio para abrigar a creche foi construído na gestão anterior, mas nunca iniciou as atividades, conforme relatou a secretária municipal de educação, Josina José dos Santos. "A população de 0 a 3 anos não é atendida, permanece em casa com os responsáveis", diz. Na cidade, quem tem condições financeiras pode optar por um centro recreativo particular.

A titular da pasta explica ainda que está sendo realizado um levantamento da demanda e também dos recursos para colocar a creche em funcionamento no próximo ano. Para tanto, não descarta buscar convênios com o estado ou com o Ministério da Educação (MEC). "Apesar de ser mais cara, a educação infantil é prioritária neste momento, mas precisamos atender essa necessidade com muita qualidade e buscaremos apoio para isso", frisa.

Allás, essa dificuldade financeira é apresentada por alguns municípios para justificar a inexistência das creches, de acordo com a Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte (Seduc). Para argumentar, os gestores defendem a ideia que esse tipo de serviço necessita de uma estrutura e profissionais diferenciados, para cuidar das crianças, os quais não podem ter os custos arcados pelas prefeituras. Assim, a cidade continua sem creche.

Éo caso de Cocalzinho de Goiás, a 132 quilômetros de Goiânia. A secretária de educação e cultura, Eunice Gomes de Oliveira, reconhece que a situação com relação à educação das crianças até 3 anos é emergencial. Todavia, é

taxativa quanto à situação: "Não temos recursos". A titular da pasta conta que durante um diálogo com a gestão estadual, recebeu uma proposta para construir uma creche, mas ainda assim, pesaria nas contas do município. "Receberíamos R\$ 190 mil, mas ainda caberia a nós investir mais de R\$ 300 mil só na construção, sem pensar em equipamentos e contratações", diz.

A cidade conta com um Centro Municipal de Educação Infantil (Cmei) para atender as crianças de 4 a 5 anos, o que também era uma grande necessidade de Cocalzinho de Goiás. Em dois turnos são atendidas 280 crianças. Um outro centro, com aproximadamente 300 vagas, está sendo construído do Distrito de Girassol para atender a demanda da mesma faixa etária.

Além disso, Eunice diz que os dados apontados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estão atrasados e isso então influencia nos recursos que são recebidos pelo município para arcar com as despesas. "De acordo com os números, temos em torno de 19 mil habitantes, mas na verdade, é cerca de 30 mil contando os distritos próximos", explana.

Por outro lado, há cidade que, neste ano, abriu vagas e informa que, no próximo levantamento do MP-GO deve sair da taxa do 0%. Em junho, em Jesópolis, a 94 quilômetros de Goiânia, um Cmei foi aberto. A obra também levou um tempo para ficar pronta. Foram sete anos de espera e problemas com a empresa executora do projeto. Todavia, a unidade conta com 120 vagas para atender crianças até 5 anos. "Estamos com 96 vagas preenchidas, um número dentro das nossas expectativas", diz Breno Harley de Sá Bessa, secretário municipal de educação.

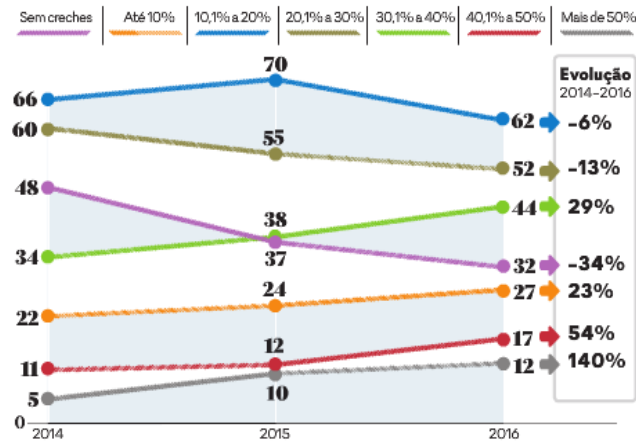
ACOMPANHAMENTO

O Centro de Apoio Operacional da Educação do MP-GO pontuou que acompanha a evolução das questões educacionais em todo o estado. No caso da educação infantil, em creches e pré-escolas, a promotora Liana Antunes Vieira Torrin, reitera que esse serviço é de obrigação do município conforme previsto em legislação. A determinação foi feita na lei 9.394 de 1996 que estabelece as diretrizes de base da educação nacional.

Desta forma, ao ser constatado algum descumprimento de alguma determinação, cabe ao promotor agir na esfera extrajudicial. Caso não surja efeito, resta então a ação judicial. Entretanto, algumas vezes, o problema se alonga mesmo assim. A promotora frisa assim que muitas vezes o MP tenta e esgota todas as suas ações. Porém, não é o responsável por gerenciar os recursos que solucionarão de vez as questões problemáticas.

Acesso difícil à Educação Infantil

Apenas 5 dos 246 municípios goianos têm mais de 50% das crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches. Já o número de cidades sem creches caiu 34% nos últimos 2 anos.



MUNICÍPIOS SEM CRECHES

- Água Fria de Goiás
- Aloândia
- Amaralina
- Americano do Brasil
- Araguá
- Aragulândia
- Aurilândia
- Bom Jardim de Goiás
- Bonópolis
- Cachoeira de Goiás
- Catural
- Cocalzinho de Goiás
- Damiánópolis
- Guarafa
- Guarinos
- Israelândia
- Ivolândia
- Jesópolis
- Moliporá
- Novo Planalto
- Pilar de Goiás
- Portelândia
- Santa Isabel
- Santa Rita do Novo Destino
- Santa Rosa de Goiás
- São Luiz do Norte
- São Patrício
- Taquaral de Goiás
- Teresina de Goiás
- Teresópolis de Goiás
- Ultrapuru
- Varjão



DETERMINAÇÃO

A Lei Federal 9.394, de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e incumbe os municípios a oferecerem educação infantil em creches e pré-escola.

Fonte: Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) e Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte (Seduc)

Parceria entre Seduc e Agehab para construções

Os 32 municípios "creche zero", como identificados pela Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte (Seduc), estão em diálogo com a pasta para solucionar a questão. A proposta é que as creches sejam então construídas por meio do projeto Criança Cidadã, desenvolvido pela Seduc em parceria com a Agência Goiana de Habitação (Agehab) e os municípios.

O diálogo com os gestores municipais está sendo desenvolvido, diz a gerente de avaliação e desenvolvimento profissional da secretaria, Gislainy Jorge Mesquita. Porém, existem cidades que ainda não se sensibilizaram. Esses municípios não foram divulga-

dos pela pasta. A eles caberão algum tipo de contrapartida, como a cessão de terreno para a construção da unidade educacional.

Além disso, a Seduc propôs um regime de colaboração entre União, Estado e municípios. O programa Primeiros Passos tem o objetivo de melhorar o desempenho de Goiás no atendimento à educação infantil com a ampliação de vagas para crianças de até 5 anos. O Plano Nacional de Educação (PNE) aponta que, para a faixa etária compreendida até os três anos de idade, no mínimo 50% das crianças devem estar nas creches até 2024.

Com este programa, devem ser atendidos 52 municípios

que já possuem unidades educacionais para esse público, mas ainda assim sofrem com um alto déficit no atendimento à demanda. Eles fazem parte da Iniciativa governamental denominada como Goiás Mais Competitivo. Segundo Gislainy, essas cidades contabilizam aproximadamente 80% do déficit em vagas no Estado.

Até 2019 devem ser investidos R\$ 222.353.440,00 com o Primeiros Passos. O programa prevê a aquisição, construção e ampliação, bem como a modernização e manutenção das unidades de educação. Prevê ainda apoio na aquisição de vagas em unidades de ensino privadas, como medida paliativa.

MATÉRIA

TÍTULO E FONTE: CRIANÇAS AGUARDAM POR 164 CRECHES E ESCOLAS – Jornal O Popular - 21/08/2017

Crianças aguardam por 164 creches e escolas

OBRAS Quase a metade das construções de creches e escolas em Goiás, financiadas pelo governo federal, está paralisada ou atrasada

Pedro Nunes
pedro.nunes@opopular.com.br

Quando a dona de casa Kelly Cristiane se deparou, em 2013, com a construção de um Centro Municipal de Educação Infantil (Cmei) a menos de 500 metros de sua casa, no Residencial Center Ville, na região Sudoeste de Goiânia, surgiu a esperança de ter o filho Calo, na época com 4 anos, matriculado na unidade de ensino.

Mas, nesse meio tempo, Kelly viu os operários da obra sumirem aos poucos até que, em 2015, eles desapareceram de vez. De lá para cá, a dona

de casa teve mais um filho, o pequeno Eduardo, que hoje tem 1 ano e 3 meses, enquanto Calo, o mais velho, tem atualmente 7 anos. Ela poderia ter sido beneficiada duas vezes, porém, não teve essa oportunidade. "É um descaso conosco".

O esqueleto do Cmei com poucas paredes erguidas, em meio a um terreno tomado pelo mato e pelo lixo e ainda sendo utilizado como local para o uso de drogas, é o retrato da situação no Estado. Em Goiás, um montante de R\$ 108 milhões de recursos públicos foi empregado na construção de 164 creches e escolas, que estão paradas ou atrasadas. Isso quer dizer que, das 358 obras ainda não concluídas em 126 municípios goianos, quase a

“Eram 17 e nós conseguimos entregar duas. Só que no meio do processo a empresa ganhadora da licitação desistiu”

Valéria Pettersen, secretária municipal de Projetos e Captação de Recursos de Aparecida

metade delas (45,8%) ficou pelo caminho.

Os dados foram compilados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) pela organização não governamental (ONG) Transparência Brasil, de 2007 até 27 de julho de 2017. O levantamento não contempla as unidades que já foram entregues ou que foram canceladas, já que os recursos retornam para a União.

Esse tipo de aporte financeiro para a construção de creches é proveniente de uma pactuação entre o governo federal e os municípios, que são responsáveis pelas contratações das construtoras. Mas ambos são fiscalizadores do andamento das construções das unidades de ensino.

MUNICÍPIOS

Dos 126 municípios goianos em que constam obras em andamento no FNDE, 84 não conseguiram cumprir o cronograma de execução, o equivalente a 66,6% do total. O caso mais crítico é o de Aparecida de Goiânia que, conforme o levantamento da Transparência Brasil, tem, das 21 licitadas em curso, 12 construções paralisadas e uma atrasada.

A prefeitura, entretanto,

“Nós que estamos próximos das mães que sabemos onde dói”

Wilson Sodré, presidente da associação de moradores do Residencial Center Ville

Obra fora do prazo

Levantamento feito com base nos dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) mostra que quase a metade das construções de novas creches e escolas, pactuadas entre municípios e o governo federal, estão paralisadas ou atrasadas em Goiás

MUNICÍPIOS MAIS AFETADOS



dlz que o número de obras paradas é ainda maior: 15. A secretária municipal de Projetos e Captação de Recursos, Valéria Pettersen, explica que um modelo de construção utilizado no Canadá foi replicado nas unidades da cidade em que se utiliza o encaixe de peças de PVC leve, pré-moldadas para formar paredes, que depois são preenchidas com o concreto. Mas a iniciativa não deu certo. "Eram 17 e nós conseguimos entregar duas. Só que no meio do processo a empresa ganhadora da licitação desistiu", afirma.

Agora, segundo ela, as unidades, que estão em fase de li-

citação novamente, devem voltar aos moldes de alvenaria. "Já estamos na fase de classificação de preços. Logo sabemos as empresas habilitadas e, caso tudo dê certo e se não tiver recurso (questionamento das empresas), acreditamos que em 60 dias o prefeito poderá assinar a ordem de serviço".

Já em Goiânia, a Prefeitura, diz, por meio de nota, que dispõe de nove obras de Cmeis paralisadas e uma em andamento, com 35% "já realizado". Segundo a atual administração, todas as nove construções pararam em 2015, devido à "inadimplência por par-

te das empresas contratadas" e, por isso, houve a "necessidade da rescisão de contratos. As providências legais e cabíveis em relação às penalidades foram tomadas por parte da Secretaria Municipal de Educação (SME), conforme cláusulas contratuais".

Conforme a nota, novas licitações já foram encaminhadas para a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Semfpa) para atualização orçamentária e cronograma. "Em seguida, os processos serão apresentados à Secretaria Municipal de Administração (Semad) para serem licitados".

Educação Infantil: discursos e equívocos

Um segundo destaque do tema da educação infantil refere-se à visão equivocada nas matérias do jornal sobre alfabetização. Há nelas um discurso de defesa da antecipação de alfabetização para melhorar a qualidade no Ensino Fundamental, com clara ênfase na apreensão da leitura.

Este discurso se dá pelo fato de que muitas pessoas entendem esta etapa da Educação Básica preparatória e não como processo de desenvolvimento biopsicossocial da criança, conforme exposto anteriormente no artigo 29 da LDB o objetivo da educação infantil deve ser aquele em que a ação educativa contribua para o desenvolvimento integral dos sujeitos: físicos, psíquicos, intelectuais e sociais.

Vale ressaltar que vivenciar ações do mundo letrado, ter contatos com texto escritos, ou até mesmo, aprender a escrever o próprio nome, não significa dizer alfabetizar a criança já na Educação Infantil. Contrária a esta perspectiva, esta pesquisa defende

ver a escola como espaço de síntese é considerá-la como lugar onde os alunos aprendem a razão crítica para poderem atribuir significados às mensagens e informações recebidas das mídias e formas de intervenção educativa urbana. A escola deve ir se tornando uma estrutura possibilitadora de atribuição de significados à informação, propiciando aos alunos os meios de buscá-la, analisá-la, para lhe darem significado pessoal (LIBÂNEO, 2001, p. 20).

Neste sentido, ressalta-se ainda que a alfabetização na Educação Infantil, fere os direitos da criança. Isso se dá pelo fato de que esta etapa da Educação Básica é pautada pela ludicidade, pelas diversas linguagens artísticas, e principalmente, pela brincadeira, que é um dos eixos estabelecidos pela lei Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) de 2009. Sendo assim,

como atividade eminentemente humana e, portanto, sociopolítica, a educação é bem mais ampla, complexa, significativa e importante do que a escola, pois envolve a ação de educadores e educandos, sujeitos em movimento de reconhecimento e afirmação de si mesmos, de sua racionalidade, autonomia e liberdade. A educação, que tem como objeto a formação de seres humanos, de sujeitos, por meio de complexas relações sociopolíticas, culturais e educativas, [...]a direção de outro indivíduo” (KANT, 2005 *apud* COELHO; GUIMARÃES, 2012, p. 328 - 329).

O terceiro destaque que nos chama a atenção nos dados é um forte discurso sobre os investimentos em educação infantil como fator de desenvolvimento

social/combate à criminalidade/desenvolvimento econômico. Os dados da pesquisa revelaram que o discurso de investimento na educação infantil é reafirmado a partir de uma série de preconceitos sobre esta etapa da educação. Deste modo, os dados analisados nos jornais revelaram que: a) a falta de investimento na Educação Infantil contribui com os altos índices de criminalidade; b) a causa da criminalidade na sociedade é fruto ou culpa do não acesso à Educação Infantil.

A observação a ser feita, refere-se à lógica de que a falta de investimento na Educação Infantil não pode ser tida como um fator que contribua com os altos índices de criminalidade. Não se pode atribuir à educação aquilo que não lhe compete. O equívoco deste discurso está na ideia de atrelar a educação infantil à perspectiva da criminalidade social. Se por um lado “[...] Como *práxis*, a educação não se separa da ideia e do trabalho de criação de um futuro melhor para todos” (COELHO; GUIMARÃES, 2012, p. 334), por outro, a ela não se pode atribuir um discurso determinista ou redentor.

Neste sentido, este tipo de argumento exclui os fatores sociais relevantes que contribuem de forma direta na atuação do sujeito frente à sociedade. Causas estas que, muitas vezes, não estão somente interligadas com as questões educacionais. São elas: desigualdade social, desemprego, dentre outras.

Os dados das matérias ainda nos fazem refletir sobre o fato de que a Educação Infantil, por si só, não pode ser responsável em resolver todos os problemas de ordem social. A escola, a creche, a pré-escola, ou seja, os espaços formativos/educativos, devem atuar de modo a complementar as ações educativas provenientes do papel do Estado, da família, da comunidade, da sociedade como um todo. A escola não pode e, não daria conta, de assumir os problemas sociais da sociedade, até porque, a escola é fruto desta sociedade. Há sempre um recorte nas matérias em que se trata a escola como culpada das causas sociais ou como principal agente combativo dessas causas. Deste modo, cabe aqui uma reflexão importante: qual o papel da escola na sociedade?

Já em relação ao quarto destaque, há nas matérias um discurso em defesa da educação infantil com recortes privatista ou do terceiro setor. Este discurso toma a questão do direito à educação como objeto de retorno econômico e social. Deste modo, constatou-se uma série de matérias em que o setor privado apresenta-se

como o porta-voz em defesa do “direito” de acesso à educação pública. Em uma das matérias isso pode ser notado quando se anuncia que um destes órgãos privados têm uma “devoção a causa da educação pública”.

Todavia, há nesta defesa um discurso velado que, na verdade, nada mais é do que a ação privatista e a implementação de sua lógica (venda dos livros, dos recursos didáticos pedagógicos para as instituições públicas, formação de professores com viés mercadológico). É possível que um setor que ganhe às custas da falta de oferta de vagas na educação pública lutar pelo direito de acesso a ela? As matérias mostram que sim, é possível. Todavia, não mostra que existe uma relação de troca na luta pela causa.

O alinhamento de projetos entre educação e mercado não produziria outra coisa, senão aquela em que

o que vemos na sociedade, na educação, na cultura e na escola é a tendência de aceitar uma cultura rápida e superficial, um saber que tende a transformar crianças, jovens e adultos em fiéis consumidores de bens e serviços, em funcionários do Estado, trabalhadores eficientes, indivíduos bem-sucedidos na vida e nos negócios. Uma educação que visa acima de tudo à profissionalização, à preparação dos indivíduos para o chamado mercado, limita capacidades e saberes e empobrece os horizontes culturais e humanos dos educandos, além de deixar jovens e adultos vulneráveis no mundo do trabalho. Ao reduzir o real a mercadoria, a sociedade capitalista torna descartáveis a força de trabalho, as ideias, os projetos, as escolhas, as ações, os valores, enfim, as pessoas (COELHO; GUIMARÃES, 2012, p. 332).

Este mesmo discurso parte das mesmas instituições que não compreendem a educação como um direito inerente dos sujeitos, mas sim, que a escola pública deve atender o setor menos favorecido financeiramente da sociedade. Ou seja, não sabem pelo que lutam, mas sabem bem o que vendem.

O quinto destaque a ser considerado nas análises dos dados sobre a educação infantil, diz respeito ao modo como as matérias são produzidas. Elas, em geral, apresentam uma dupla interpretação dos fatos. As matérias são mais informativas e menos reflexivas e não ampliam a compreensão do tema. A exemplo disso, poder-se-ia tomar as matérias do dia 18/08/2017 e 03/10/2017 que tratam do tema “Atenção desde a primeira infância”.

O sentido da dupla interpretação nas matérias diz respeito ao modo como as matérias são produzidas e os efeitos que elas trazem aos leitores. A leitura dos

dados permitiu constatar que muitas vezes o jornal se presta à desinformação dos leitores. Isso se dá pelo fato de que suas matérias possibilitam uma ampla gama de interpretações pessoais que, por vezes ainda, impulsionam os sujeitos a tomarem posicionamentos equivocados. A título de exemplo, destacar-se-á uma MATÉRIA do dia 03/10/2017 e, posteriormente, discorrer-se-á sobre as ideias apresentadas ao público leitor, porém, de forma crítica e reflexiva.

MATÉRIA	
TÍTULO E FONTE: INVESTIR NAS CRIANÇAS – Jornal O Popular - 03/10/2017	
<h1 style="font-family: serif;">Investir nas crianças</h1>	
 <p>Roberto Gameiro Mestre em Administração, pedagogo e licenciado em Letras</p>	<p>A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) regula, desde 2013, que a educação básica é de matrícula obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2015 aponta um crescimento da taxa de escolarização de crianças de 4 e 5 anos. Em 2007, 70% dessas crianças frequentavam a escola. Em 2011, 77,4%, e, em 2015, 84,3%. Ressalto o aumento do percentual após o MEC definir a obrigatoriedade a partir dos 4 anos de idade.</p> <p>Por que esses dados são importantes? “Os investimentos na educação das crianças até a faixa dos 6 anos de idade são decisivos para o sucesso na vida adulta”. Essa afirmação é de James Heckman, prêmio Nobel de Economia de 2000, que esteve no Brasil recentemente. Nas entrevistas que tem dado a jornais e revistas, Heckman ainda diz que essa é uma fase em que o cérebro se desenvolve em velocidade fre-</p>
	<p>nética e tem um enorme poder de absorção, como uma esponja. Informa, ainda, que países que não investem na primeira infância apresentam índices de criminalidade mais elevados e níveis menores de produtividade, e lamenta que essa fase seja negligenciada. Não basta, entretanto, que estejam matriculados. É preciso levar em conta a qualidade do serviço prestado pela escola, que, em média, no ensino público, no Brasil, é muito baixa.</p> <p>Por outro lado, além da escola, Heckman proclama a necessidade de políticas públicas que façam convergir diversos agentes como famílias, creches, pré-escolas, centros de saúde e outros órgãos, em prol da integração das crianças à sociedade, longe da violência e com bom poder de julgamento e autocontrole.</p> <p>E completa afirmando que investir nessas faixas etárias é o caminho mais certo para pôr um país na rota do desenvolvimento.</p>

Tomemos os argumentos do jornal: “[...] Os investimentos na educação das crianças até a faixa dos 6 anos de idade são decisivos para o sucesso na vida adulta” (Investir nas Crianças – 03/10/2017). Com base neste discurso, pode-se compreender, em uma perspectiva crítica, que o sentido e o papel atribuído à educação infantil não é desenvolver os sujeitos para a vida adulta. Nem é ela quem decidirá o sucesso ou o fracasso do aluno. A educação infantil responde ao desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Uma educação da infância, na perspectiva da formação integral e integrada, pressupõe considerar que

a educação é, pois, o ato, o trabalho de homens de todos os tempos e lugares que, ao criarem a existência socioeconômica e política, as formas de vida religiosa, as letras, as artes, a filosofia, as ciências e a tecnologia, procuram realizar a humanidade de todos os homens, submetem ao domínio da razão os instintos, a prepotência, o individualismo, as necessidades, os interesses, o imediatismo do mundo e da existência

social, a possibilidade da selvageria e da barbárie. É inseparável dessa concepção e desse processo, a ideia de que os indivíduos, o gênero humano, a sociedade e as instituições podem, têm condições e precisam se elevar sempre mais, num permanente movimento de passagem do mundo natural ao universo da cultura, da racionalidade, da autonomia, da liberdade e da ética (COELHO; GUIMARÃES, 2012, p. 324).

Da mesma forma, tomemos o discurso de que “[...] essa é uma fase em que o cérebro se desenvolve em velocidade frenética e tem um enorme poder de absorção, como uma esponja” (Investir nas Crianças – 03/10/2017). Contrapondo ao exposto na matéria, há que se destacar aqui que as crianças são sujeitos históricos e culturais em processo de desenvolvimento. São sujeitos portadores de direitos e, dentre eles, está o direito de participação. Outrossim, somos contrários à perspectiva psicologizante que afirma que o cérebro da criança é uma esponja. Contrários à esta perspectiva está o pressuposto de que os processos de aprendizagem da criança se dão em múltiplos espaços a partir dos quais ela pode se interagir socialmente e produzir o conhecimento:

um dos fenômenos mais significativos dos processos sociais contemporâneos é a ampliação do conceito de educação e a diversificação das atividades educativas, levando, por consequência, a uma diversificação da ação pedagógica na sociedade. Em várias esferas da prática social, mediante as modalidades de educação informais, não-formais e formais, é ampliada a produção e disseminação de saberes e modos de ação (conhecimentos, conceitos, habilidades, hábitos, procedimentos, crenças, atitudes), levando a práticas pedagógicas (LIBÂNEO, 2001, p. 3).

Outro discurso anunciado no jornal: “[...] países que não investem na primeira infância apresentam índices de criminalidade mais elevado e níveis menores de produtividade” (Investir nas Crianças – 03/10/2017). Como discorrido anteriormente, os índices de criminalidade não podem ser definidos tendo como medida o acesso à educação infantil.

Da mesma forma, “[...] não basta que os alunos estejam matriculados. É preciso levar em conta a qualidade do serviço prestado pela escola, que, em média, no ensino público, no Brasil, é muito baixa” (Investir nas Crianças – 03/10/2017). Este discurso, além de desautorizar o trabalho da escola pública, o desqualifica e generaliza uma ideia de que as escolas não conseguem fazer gestão do processo ensino aprendizagem. Neste caso, abre-se espaço para a atuação do setor privado. Sendo assim,

o debate do sentido e da importância de uma educação que busque elevar a existência dos homens, da sociedade e da humanidade, em proveito de

práticas que procuram se adequar às exigências do chamado mercado, vistas, então, como necessidades naturais ou sociais [...] a educação em sentido amplo não é assumida pela sociedade, nem pelo Estado, cujo Ministério da Educação mais parece um setor da burocracia estatal que cuida da escola, das coisas da escola, conforme a lógica da quantidade, dos produtos, dos resultados, da produtividade. Estado e Ministério, em nome da qualidade da educação, opera sua gestão de olho nos números e percentuais de acesso à rede escolar; observa os índices de aprovação em etapas ou áreas, de “inclusão social” e de inclusão digital; estabelece metas para a aquisição de computadores, de tablets e de outras tecnologias existentes, acreditando que isso levará ao bom funcionamento da escola. Em nome do direito à educação de qualidade, de uma transformação na educação, da escola pública e de sua melhoria, cria projetos e programas de governo, chamados de “políticas”, que podem até deixar satisfeitos alguns professores, mas têm feito a alegria dos empresários que produzem e comercializam máquinas, artefatos tecnológicos e softwares voltados para a educação (COELHO; GUIMARÃES, 2012, p. 324).

Por fim, tomemos o seguinte trecho da matéria : “[...] investir nessas faixas etárias é o caminho mais certo para pôr um país na rota do desenvolvimento” (Investir nas Crianças – 03/10/2017). Neste sentido, o que se pode dizer é que para pôr o caminho na rota do desenvolvimento, para além de investir na educação infantil, o país precisaria investir na educação como um todo. É necessário investir em condições de vida melhor para os sujeitos, em programas que visam a diminuição das desigualdades sociais, em saúde. Deste modo, não se pode dizer que a educação infantil é a condição para o desenvolvimento do país. Junto a ela, existem condições tão importante quanto.

Na contramão daquilo que as matérias do jornal anunciam como “defesa em nome da educação da infância”, esta pesquisa insiste que

pensar a educação como formação é referenciar a escola como instituição que realiza seu projeto social centrado nas possibilidades constitutivas do humano em sua relação com os saberes. Certamente o que distingue a formação, a educação e a instrução em sua institucionalização é a própria historicidade da formação, da educação, da instrução e da escola, seus conflitos, suas contradições e o caráter imprevisível (FURTADO, 2012, p. 2).

Deste modo, para além de levar concepções equivocadas, o jornal ainda deixa um amplo leque de interpretações que, pelo olhar de pessoas leigas do assunto, podem inferir que os fatos e relatos procedem. Isso se dá à medida em que as pessoas creem no discurso do jornal. Ao tomarem os fatos como verdade, os leitores não conseguem sair da abstração daquilo que a informação trouxe.

3.1.2. Perspectivas da Educação Inclusiva na Infância

Das (64) matérias que tangem à temática sobre educação, foram encontradas (07) que tratam da relação educação-inclusão-infância. Neste sentido, o texto que se segue tem como objeto versar sobre os assuntos de modo a elencar como o jornal apresenta essas temáticas para os leitores. Espera-se que esta discussão possa contribuir na compreensão da inclusão para além de um processo de integração que, ao fim e ao cabo, acaba por continuar a excluir as crianças. Assim, a exclusão na escola “[...] pode ser agrupada em quatro modalidades principais: a escola exclui porque não deixa entrar os que estão fora, põe fora os que estão dentro, exclui “incluindo” e exclui porque a inclusão deixou de fazer sentido” (BARROSO, 2003, p.27).

O trato das deficiências

As matérias que foram encontradas no jornal são abordadas pela ótica de que professores e pais seriam os principais agentes responsáveis para que o problema da inclusão na educação se resolva. Diante o exposto, há que se discutir aqui o que, de fato, constitui a educação como inclusão.

Um termo muito usado na educação refere-se à inclusão social. Trata do objetivo de estabelecer o princípio da igualdade entre os sujeitos. Busca reafirmar que todos os sujeitos têm (ou deveriam ter), o mesmo direito, acesso e permanência na vida social e na escola. No âmbito da inclusão social, não cabe qualquer tipo de violência (física, psíquica, discriminatória, preconceituosa).

Deste modo, afirma-se aqui que se trata de uma ação onde não há distinção de gênero, ideologias, etnias, de condições físicas e sexuais e que, acima de tudo, são ações que estão embasadas em lei. Adentremos à questão da inclusão na educação. A constituição de 1988, no art. 208, nos incisos I e III, estabelece que é

dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009) [...] III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (BRASIL, 1988).

Deste modo, devido à Lei, a inclusão ganha espaço nas escolas e garante que todos tenham acesso à educação de forma igualitária. Os sujeitos da ação inclusiva são chamados de Pessoas com Deficiência (PCD). Este grupo é composto por sujeitos que apresentam deficiências físicas e mentais. Ainda neste sentido, a inclusão prevista em lei garante que estes sujeitos ocupem a mesma sala de aula com os sujeitos e que tenham as mesmas experiências e vivências compartilhadas.

Assim, no campo educacional, a Lei estabelece a exigência de que todos os sujeitos devem ser atendidos na rede pública de educação. Exige, ainda, que esta educação ocorra de forma especializada, visando atender às necessidades físicas e psíquicas dos sujeitos. Há que se resguardar, portanto, algumas especificidades para que a inclusão ocorra com qualidade na escola:

educação de qualidade é aquela em que a escola promove para todos o domínio de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas necessários ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos, à inserção no mundo do trabalho, à constituição da cidadania (inclusive como poder de participação), tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A articulação da escola com o mundo do trabalho se torna a possibilidade de realização da cidadania, por meio da internalização de conhecimentos, habilidades técnicas, novas formas de solidariedade social, vinculação entre trabalho pedagógico e lutas sociais pela democratização da sociedade (LIBÂNEO, 2001, p. 19).

Deste modo, a educação inclusiva é compreendida enquanto uma modalidade que agrega educandos com diversos tipos deficiências à escola de ensino regular. Dentre as deficiências podemos destacar: deficiências físicas e mentais (visual, auditiva e múltipla), transtornos do espectro autista e altas habilidades (superdotados). Isso implica dizer que os educandos teriam tanto uma participação, quanto um processo formativo pautado pelo princípio da diferença e do respeito à mesma. Significa dizer ainda que a ação educativa inclusiva é aquela que amplia as competências, capacidades e individualidades de cada um no plano do respeito. Implica considerar uma nova compreensão da escola, do processo ensino aprendizagem, da produção de recursos e materiais e recursos didático-pedagógicos para atuação com este público.

O papel dos professores e pais na inclusão

Os dados a partir das matérias jornalísticas permitem compreender que a perspectiva social sobre a temática está centrada no papel dos pais e educadores. Deste modo, as matérias tratam de forma superficial a temática da inclusão educativa, ao reafirmarem que esta é apenas um dever da escola e dos pais. Esse discurso encontrado nas matérias cobra o papel destes sujeitos. Contrapondo-se à esta perspectiva, este trabalho entende que não se pode banalizar o papel docente e da família em relação à discussão, porém, precisa-se analisar os desafios reais da inclusão. Deste modo, este trabalho entende que os desafios para a inclusão educacional podem ser sistematizados em:

I) as estruturas físicas das instituições de ensino são inadequadas. Nesse caso, as instituições de ensino regular precisam alterar seus projetos arquitetônicos em uma perspectiva inclusiva, a fim de garantir o direito de mobilidade e adaptabilidade dos sujeitos na escola;

II) a falta de investimento e de recursos didáticos-pedagógicos. A perspectiva política no trato da inclusão não tem previsto investimentos necessários para que se garantam a efetivação da ação educativa e o aprimoramento da inclusão educacional. Este fato pode ser notado quando se observa que não há recursos e materiais didático-pedagógicos voltados para estes educandos e que os mesmos não são oferecidos pelo poder público;

III) um quantitativo excessivo de educandos por turma/sala: as salas com superlotação podem ocasionar perdas que refletem no desempenho do educando, isto é, prejudicam sua capacidade de aprendizagem dos conhecimentos científicos abordados na ação educativa;

IV) o preconceito social em relação à deficiência física e mental: partindo do princípio que a inclusão é garantir e oferecer o mesmo acesso e permanência a todos os sujeitos aos seus direitos, bem como trata-los com o princípio da igualdade, percebe-se que a sociedade não está preparada ainda para responder a esta questão, pois existe ainda uma discriminação social quanto as diferenças.

Neste caso, é necessário pensar que a escola pode e deve ser um elemento formativo para a comunidade, principalmente em relação ao respeito às diferenças.

Entretanto, a escola por si só não poder ser o único agente formativo. A escola funciona como ação complementar da família, da comunidade e do Estado.

V) a falta de formação especializada voltada para as equipes das instituições de ensino: verifica-se que existe um baixo número de profissionais especializados para atuar no campo da inclusão educativa. Este número reflete diretamente na posição do Estado, ou seja, do poder público em oferecer uma formação continuada pública, gratuita e de qualidade, para qualificar seu corpo docente. Assim, o poder público deve investir em políticas públicas para a formação continuada de professores;

VI) a falta de formação continuada docente. Neste caso, há que se investir na formação continuada de professores com base nos preceitos que regulam a educação inclusiva. Isto implica contar com o apoio das Universidades em articulação com as Redes de Ensino.

Sobre este último desafio, várias matérias foram encontradas reafirmando a importância e a ação das Universidades na formação dos professores. Se por um lado essa ação é extremamente importante, por outro, não se pode deixar de considerar que este tema seja objeto de ação/atuação do Estado. Este último deve assumir seus compromissos com uma Política de Formação Continuada que tome o tema da inclusão como objeto de estudo e trabalho. A matéria que segue, do dia 04/09/2017, mostra um aspecto das parcerias tratadas no conjunto das matérias analisadas.

MATÉRIA

TÍTULO E FONTE: PUC GOIÁS E SEDUCE FIRMAM PARCERIA EM PROL DA INCLUSÃO – Jornal O Popular - 04/09/2017

PUC

NOTÍCIAS

Informativo da Pontifícia
Universidade Católica de Goiás

Incubadora realiza workshop sobre criatividade

A Incubadora de Empresas da PUC Goiás realiza, nos dias 4 e 6 de setembro, das 18h às 22 horas, Workshop sobre Criatividade, com a palestrante Luciana Padovez, doutoranda em Administração pela Universidade de Brasília (UNB) e fundadora da escola de empreendedorismo Sempreende. O evento, no Auditório da Área 1, é aberto a toda a comunidade acadêmica e irá abordar definição de criatividade, bloqueios mentais, princípios da diversidade criativa e técnica de geração de ideias. A Incubadora é um programa que estimula a criação e o desenvolvimento de empreendedores e de negócios competitivos, visando transformar ideias em planos de negócio, produtos e/ou serviços.



A PUC Goiás e a Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte (Seduce) firmaram parceria que envolve a indicação e o encaminhamento para atendimento educacional especializado de crianças e adolescentes que apresentam indícios de altas habilidades e superdotação. O convênio envolverá o Programa Aprender a Pensar

(PAP), projeto de extensão vinculado ao Programa de Referência e Inclusão Social da universidade, e o Núcleo de Atividades de Altas Habilidades e Superdotação (NAAH/S) da Secretaria. "É um trabalho de atendimento aos estudantes e familiares, principalmente, na perspectiva sócio-emocional", informa o representante do NAAH/S, Ariovaldo Simões

Silva. O papel do Núcleo será o de encaminhar os estudantes que apresentam o perfil mencionado ao programa de extensão da universidade.

Criado pelo MEC, o NAAH/S tem parcerias com as secretarias de educação nos estados brasileiros e oferece assessorias e consultorias aos professores, além de ser um centro de educação continuada aos profissionais

da Educação. Coordenadora do Pris, a docente Juliana Hannum informou que o PAP atende atualmente 60 crianças e adolescentes que apresentam altas habilidades e superdotação. "O Programa trabalha com metodologias ativas e com o desenvolvimento de habilidades sociais, além do grupo psicoeducativo para as famílias", explica.

Ela fez um balanço positivo das ações do programa, por meio do relato de experiências dos professores que acompanham esses alunos em sala de aula: "os alunos têm respondido muito bem às ferramentas e metodologias ativas trabalhadas no Programa. Os professores dizem que os estudantes desenvolveram melhor as habilidades sociais e a comunicação", relata.

No último dia 31, as duas instituições promoveram um seminário na PUC Goiás para discutir a temática, reunindo acadêmicos e professores das redes de ensino.



www.pucgoias.edu.br

Pontifícia Universidade Católica de Goiás // Av. Universitária 1.440, Setor Universitário, Goiânia-GO | Fone 3946-1000

f/pucgoias t/pucgoias



Deste modo, não cabe somente ao Estado o ato de estabelecer leis. Ele precisa também criar condições para que estas leis se efetivem no plano real. Ou seja, para o que processo de inclusão se efetive na educação, é necessário mais do que a parceria de pais e professores. É fundamental que o Estado se posicione de modo realizar uma relação de coparticipação no processo de formação dos sujeitos com deficiência.

Ausência do debate sobre políticas públicas na inclusão e as iniciativas da sociedade civil

Um outro aspecto importante a ser ressaltado nos dados desta pesquisa, refere-se ao fato de que as matérias do jornal não trazem em seus conteúdos uma

perspectiva de como o poder público pode se movimentar para garantir, efetivar ou resolver determinados problemas sociais referentes à inclusão educacional.

Já dizia Anjos (2006):

Como as teorias educacionais não estão descoladas dos modos de pensar a sociedade, a ideia de inclusão se expande e se contrai: em alguns discursos, representa uma mudança localizada que necessariamente se articula com as mudanças necessárias para a superação do modo de vida capitalista; em outros, uma mudança no interior da educação que mostra a possibilidade de se criar consenso dentro desse mesmo modo de vida, melhorando as relações gerais no mesmo processo em que são reduzidas as hostilidades e preconceitos entre pessoas e grupos; em outro ainda, uma pseudomudança que serve para que tudo continue como está (o movimento necessário para que nada mude) (p. 305-306).

Deste modo, fundamentado em Anjos (2006), as ações de inclusão propiciam o desenvolvimento social e de uma consciência respeitosa para com a diferença e a diversidade humana. Todavia, para que estes aspectos se concretizem como mudanças, e não caiam no movimento do “continuar da mesma forma”, é necessário que haja um engajamento do poder público na criação de políticas públicas que auxiliem na efetivação dos direitos sociais.

Outro aspecto importante encontrados nos dados desta pesquisa diz respeito ao alto índice de matérias que mostram o trabalho da sociedade civil no campo da inclusão. Trata de experiências/programas de iniciativa privada¹⁴ para inclusão. Assim, percebe-se a atuação da iniciativa privada e sua experiência de extensão universitária. A exemplo disso, a MATÉRIA do dia 23/12/2017:

¹⁴ Como o objetivo desta pesquisa foi analisar todas as matérias jornalísticas que tratassem da criança/infância, os dados encontrados das experiências das instituições privadas no campo da inclusão aparecem, via Programas de Extensão, em uma coluna paga pela instituição. Ainda que o conteúdo das matérias tenha esse caráter de publicização institucional, ainda assim, deve ser considerado como expressão de um determinado discurso que foi veiculado pelo jornal.

MATÉRIA

TÍTULO E FONTE: AÇÕES E PROJETOS DE INCLUSÃO CONTABILIZAM 30 MIL ATENDIMENTOS – Jornal O Popular - 25/12/2017

PUC
NOTÍCIAS

Informativo da Pontifícia
Universidade Católica de Goiás



*“Em Jesus
manifestou-se a
graça, a misericórdia
e a ternura do Pai:
o sentido da vida
pôs a sua tenda
no meio de nós”.*
Papa Francisco

*Feliz
Natal*

Ações e projetos de inclusão contabilizam 30 mil atendimentos

O Programa de Referência em Inclusão Social (Pris) da PUC Goiás encerra o ano de 2017 contabilizando 30 mil atendimentos, somando os projetos permanentes Aprender a Pensar (PAP), voltado para crianças e adolescentes com altas habilidades, e Alfadown, que atende pessoas com Síndrome de Down, e ações junto à comunidade.

A coordenadora do Pris, profa. Juliana Hanum, explica que a média é de 3 mil atendimentos por mês. “Trabalhamos o desenvolvimento de habilidades sociais e, com isso, a interação social”, explica. Ela faz ainda um balanço positivo das ações do Pris na comunidade, novidade deste semestre. “Fizemos um recorte dos projetos permanentes, levamos para a comunidade e tivemos um feedback

positivo”, ressalta.

A funcionária pública Ana Paula Cavalcante, 42 anos, ressalta a mudança de comportamento do filho, Regis Cavalcante, oito, depois que o garoto passou a fazer parte do Aprender a Pensar. “Todos os dias, vemos pequenas mudanças. Ele passou a ajudar mais em casa, a ser mais respeitoso com o irmão e com os avós”, disse.

A enfermeira Walkíria de Andrade Barbosa, 65, é mãe da aluna do Alfadown Cristhiane de Andrade, 38, e comemora a evolução da filha, que está no projeto desde suas primeiras turmas. “Nesse semestre, tivemos uma evolução muito grande no programa, um maior relacionamento social. É uma iniciativa fundamental para as pessoas com Síndrome de Down”, avalia.



 **PUC**
GOIÁS www.pucgoias.edu.br

Pontifícia Universidade Católica de Goiás // Av. Universitária 1.440, Setor Universitário, Goiânia-GO | Fone 3946-1000

[f/pucgoias](https://www.facebook.com/pucgoias) [t/pucgoias](https://www.instagram.com/pucgoias)



Todas as matérias neste campo retratam experiências e ações de parceria entre as redes privadas e redes públicas de ensino na perspectiva de formação de professores para atuação docente frente à inclusão educacional. Todavia, não se percebe a presença do poder público criando alternativas e propostas internas para a formação de seus professores. Com isso, percebe-se e reafirma-se a ausência do poder público em, por um lado estabelecer e criar condições para que a ação educativa se desenvolva de forma efetiva e de qualidade e, por outro, na qualificação profissional docente. A matéria do 18/12/2017, reafirma esta análise:

MATÉRIA

TÍTULO E FONTE: UNIVERSIDADE CONCLUI CAPACITAÇÃO COM EDUCADORES DA REDE MUNICIPAL – Jornal O Popular - 18/12/2017

PUC
NOTÍCIAS

Informativo da Pontifícia
Universidade Católica de Goiás

**SELEÇÃO DE
DOCENTES**

**CURSO
CIÊNCIAS CONTÁBEIS**
Contabilidade Geral
2 vagas

Inscrições até
18 de janeiro de 2018
www.pucgoias.edu.br
Link Trabalhe na PUC



Universidade conclui capacitação com educadores da rede municipal



Os programas da Coordenação de Extensão da PUC Goiás concluíram, na última semana, os cursos de Educação e Direitos Humanos e Drogadição, violência e suas implicações no contexto educacional. A capacitação foi realizada com professores e funcionários da rede municipal, por meio de parceria com as secretarias municipais de Educação e Esporte (SME) e de Assistência Social (Semas).

No curso de drogadição, conduzido pelo Programa em Nome da Vida (PNV), foi encerrado na noite da terça-feira, 12, com a apresentação das propostas de trabalho dos 15 concluintes. Participaram da formação gratuita professores e funcionários ligados à educação de jovens e adultos (EAJA), de crianças (CMEIs) e assistentes sociais do Programa de Saúde da Família. "Foi um ganho muito grande para a nossa secreta-

ria", comemorou o professor Marcelo Benfica Marinho, da Gerência de Formação dos Profissionais da Educação, entidade ligada à SME.

Na tarde de quarta-feira, 13, foi a vez da turma de Educação e Direitos Humanos encerrar seu último módulo, com a roda de conversa O ECA como política pública para a infância e a adolescência. "Está sendo muito positivo porque nosso objetivo maior era desconstruir o senso comum", explica o professor Adilson Alves da Silva, do Programa de Educação e Cidadania (PEC). O curso também contou com módulos de todos os componentes do Programa de Direitos Humanos (PDH), do Programa em Nome da Vida (PNV), do Programa de Gerontologia Social (PGS), do Programa de Referência em Inclusão Social (Pris) e do Programa Sócio Ambiental e de Economia Solidária (Prosa).

"Estou na rede municipal

há 25 anos e sempre frequentei cursos de atualização. Esse foi um dos que eu mais me identifiquei em todo esse tempo, um dos que mais ampliaram mesmo o meu conhecimento", explica a professora do ciclo 2, Regina Rodrigues Pereira dos Santos. "Eu chegava nas minhas escolas fazendo propaganda. É uma iniciativa que precisa continuar", diz, enquanto o resto da turma discute o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Para o coordenador de Extensão (Cdex) da universidade, professor Leônidas Albano, a iniciativa piloto foi um sucesso e deve ser revista e ampliada para a criação de novas turmas. "Acredito que todas as propostas se relacionam e podem ser unidas. Queremos que continue, porque é uma formação com motivo. Algo que possibilita a difusão, para que sejam multiplicadores. O trabalho não para aqui", lembra.



www.pucgoias.edu.br

Pontifícia Universidade Católica de Goiás // Av. Universitária 1.440, Setor Universitário, Goiânia-GO | Fone 3946-1000

f/pucgoias

t/pucgoias



Os desafios de novas perspectivas inclusivas: o caso da LIBRAS

Outro aspecto constatado durante as análises das matérias, refere-se ao fato de que somente algumas categorias de sujeitos com deficiência ganharam destaque social nos jornais. Normalmente, tanto no jornal, quanto socialmente falando, as categorias destes sujeitos só ganham destaque quando derivam de fatos como tragédias, irregularidades, fatalidades e outros temas com fatores pessimistas.

Sobre o tipo de abordagem, destaca-se que somente uma matéria foi encontrada sobre a deficiência auditiva.

Neste sentido, a matéria do dia 07/11/2017 é ilustrativa do debate aqui apresentado. A matéria em questão se desenvolve baseada na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 2017, cujo tema foi "Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil". Assim, percebe-se que o tema da surdez

nas escolas precisou de um movimento social para ser destaque em matérias nos jornais.

Outra análise a ser feita é que a matéria não tem como ponto de partida os direitos do sujeito em relação a ter um intérprete em sala de aula mas, sim, pelos problemas na formação de profissionais capacitados para exercer esta função. Nota-se que em nenhum momento foi reafirmado o direito do surdo ao intérprete, bem como a obrigatoriedade da escola em fornecê-lo.

MATÉRIA

TÍTULO E FONTE: DASAFIOS REAIS NA EDUCAÇÃO – Jornal O Popular - 07/11/2017

Desafios reais na educação

INCLUSÃO Problemas na formação de surdos no sistema de ensino - que ganharam destaque após prova de Redação no Enem - são muitos 15 anos após Libras se tornar 2ª língua no Brasil

Galtieri Rodrigues
galtieri.rodrigues@opopular.com.br

Miguel Moura Araújo é surdo, tem 7 anos de idade, senta-se sempre na primeira carteira da sala do 2º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Professora Maria Camargo, em Goiânia, e é acompanhado de perto, desde o ano passado, por uma professora intérprete de Libras, a língua brasileira dos sinais. A experiência positiva vivida pelo garoto, no entanto, não é uma regra. Existem, hoje, na rede de ensino do município 13 crianças surdas que enfrentam as consequências do déficit de profissionais capacitados e que ainda não são assistidos diariamente assim como ele.

Esse é apenas um dos exemplos que ilustram os desafios para a formação educacional de surdos no Brasil, assunto escolhido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) para ser o tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) deste ano. De tão pouco discutido e retratado no dia a dia, muitos dos candidatos foram pegos de surpresa no domingo (5). "Todo mundo se assustou porque é um tema que não é comumente trabalhado nas escolas", reconhece a professora e intérprete Luiza Dorivé, que é quem acompanha Miguel há quase dois anos.

Desde 2002, lembra ela, Libras é reconhecida como a segunda língua oficial do Brasil. Em 15 anos, porém, apesar dos avanços conquistados, alguns desafios ainda persistem. O desenvolvimento da comunicação e da linguagem de surdos é totalmente diferente da de quem não convive com a sur-

dez. Na ausência do som, restam-lhes a observação e o desenvolvimento a partir da visão. "É uma língua com gramática própria, morfologias e especificidades que fogem às regras da Língua Portuguesa", esclarece Adriana Cunha, professora do Centro Especial Elysis Campos, escola vinculada à Associação dos Surdos de Goiânia.

Dessa forma, deixar um surdo numa escola não bilingue, sem a presença de um intérprete e no meio de crianças aprendendo português e outras disciplinas em aulas ministradas somente a partir da fala seria o mesmo que limitar o acesso dele ao conhecimento e à educação. "O desafio maior, hoje, é promover a formação dos professores, de forma que alcance toda a rede de ensino e não só a de inclusão. Nossos profissionais precisam ter esse domínio para ensinar", aponta a chefe do Núcleo de Ensino Especial da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte (Seduc), Lorena Resende.

Miguel começou estudando em uma escola particular. Quando os pais do garoto cobraram a presença de um intérprete para acompanhá-lo, foram informados pela direção que eles teriam de pagar pelo serviço do profissional. Diante da realidade, eles decidiram matriculá-lo em uma escola municipal para, enfim, iniciar o processo de alfabetização em Libras. "Quando ele chegou aqui, ele não falava quase nada em linguagem de sinais", conta Luiza. Hoje, segundo ela, além de entender bem o que ela diz, ele já consegue fazer frases e contar histórias inteiras. "O ensino é visual e codificado. São estratégias diferentes", diz.

Presença

Números revelam quantidades de alunos surdos nas redes estadual, municipal e federal de ensino

	Alunos surdos nas escolas	Quantidade de intérpretes de Libras
REDE ESTADUAL	615	368
REDE MUNICIPAL (Goiânia)	104	91 (déficit de 13 profissionais)

ENSINO SUPERIOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)

Total de alunos surdos
45
0,18% de todos os alunos da UFG

Locais

Nos campi de Goiânia, Jataí e Catalão

Cursos

Letras/Libras*, Letras/Português, Pedagogia, Biologia, Ciências da Computação, Sistema de Informação e Engenharia Florestal

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG)

Total de alunos surdos
25
0,11% de todos os alunos da UEG

Locais

- CET (Anápolis): 3 alunas
- CSEH (Anápolis): 2 alunos
- Campos Belos: 1 aluna
- Golanésia: 2 alunas
- Cidade de Goiás: 1 aluna e 1 aluno
- Iporá: 2 alunos
- Itaberaí: 3 alunas
- Itumbiara: 1 aluna

- Jaraguá: 1 aluna e 1 aluno
- Pires do Rio: 1 aluna
- Posse: 1 aluna
- Quirinópolis: 1 aluna e 1 aluno
- Santa Helena: 1 aluna
- São Luis de Montes Belos: 1 aluna
- Uruçu: 1 aluna

*A maioria está matriculada no curso de Letras/Libras por ser o único que, no processo de seleção, oferece prova em Libras.

Cristiano Borges



Karla Cristina Costa (de vestida), professora de português, e Luiza Dorivé (calça vermelha), professora de Libras, dão aula a Miguel Moura, de 7 anos, na Escola Municipal Professora Maria Camargo, em Goiânia

Falta de informação até dentro de casa

Professora do Centro Especial Elysis Campos há pelo menos 10 anos, Adriana Cunha revela que a falta de informação e importância dada ao aprendizado de Libras parte muitas vezes das próprias famílias dos surdos. O colégio é ligado à Associação dos Surdos de Goiânia e possui cerca de 200 alunos. Ela diz já ter visto casos de adolescentes surdos, com 14, 15 anos e que nunca tiveram contato com a linguagem de sinais. "Alguns são casos de pessoas que moram no interior e que chegam aqui sem saber nada, apenas gestos caseiros, desenvolvidos em casa, mas que só é possível de entender entre os familiares. Não é uma língua", afirma.

Aprender Libras, segundo ela, não significa apenas o enriquecimento da comunicação, mas uma condição imprescindível

para que os surdos possam, inclusive, aprender a Língua Portuguesa e outras disciplinas a partir dos códigos estabelecidos. "Esse tema [da redação do Enem] foi de extrema relevância, porque desperta o interesse da comunidade para a existência desse público, ajudando inclusive a levar mais informação para as famílias", considera.

Apolo técnico e professor da gerência Inclusão, Diversidade e Cidadania da Secretaria Municipal de Educação (SMIE) de Goiânia, Euder Arraes, também atesta a realidade. Para tentar minimizar o quadro, aulas de Libras - "para garantir a posterior transmissão do conhecimento por meio de sinais", enfatiza - são dadas aos surdos no chamado contraturno, fora do horário normal de aula. O mesmo é feito em escolas da rede estadual.

Desta forma, conclui-se que, para além do campo das informações, o jornal não apresenta nenhum discurso de defesa dos direitos de sujeitos com deficiência. Assim, pode-se afirmar também que durante a análise geral das matérias não foram encontradas matérias que falassem sobre outros tipos de deficiência, como por exemplo, a educação de deficientes visuais e, principalmente, relacionados à escola regular. Esta constatação nos leva a inferir que o jornal só atua no campo daquilo que já tem destaque social ou que está na pauta da mídia.

3.1.3. BULLYING, INFÂNCIA e EDUCAÇÃO

De um total de (64) matérias da educação, o terceiro e último aspecto deste tema foi encontrado em (05) matérias que se referem às diferenças e a diversidade, mais especificamente sobre a relação *bullying* e educação. Desta forma, buscou-se nos jornais identificar de que forma o assunto vem sendo tratado e apresentado aos leitores do jornal.

Em se tratando do *bullying*, há que se questionar: a) o que é?; b) como acontece?; c) quem são os sujeitos?; d) qual a relação que estes sujeitos estabelecem entre si?; e) qual a relação do *bullying* com a educação?

No senso comum os discursos sobre o *bullying* se dão no campo das violências. Sendo assim, é necessário conceituar o que venha a ser violência e suas categorizações. Baseado em Candau, Lucinda e Nascimento (1999), compreende-se a violência como um comportamento que cause danos físicos, morais e psicológicos a qualquer ser vivo. Nelas a negação da vida, da autonomia, bem como a integridade física e psicológica são expressas.

Como os dados encontrados nos jornais reportam-se ao contexto da educação escolar, faz-se necessário compreender aqui que a escola é um ambiente em que se dão múltiplas relações, dentre elas, encontram-se também as relações violentas. Baseado em Abramovay; Rua (2003), a violência na escola é compreendida como um fenômeno com múltiplas e diversas.

Mas o que de fato é o *bullying*? O *bullying* surge como uma violência que também se encontra no âmbito escolar. Assim, Pinheiro (2006), nos diz que “uma das formas de violência escolar, [...] tem sido denominada, na literatura

internacional, como *bullying*. *bullying* é uma forma de violência frequente ocorridas entre colegas na escola” (p.4).

Olweus (1999) considera *bullying* quando “um estudante está sendo vitimizado, quando é exposto, repetidamente e por um tempo prolongado, à ações negativas por parte de um ou mais estudantes” (p.10). Deste modo, pode-se inferir que a prática de *bullying* parte de uma série frequente de comportamentos agressivos, cujo objetivo é a intimidação.

Deste modo, Fante (2005) nos esclarece o fato de que o *bullying* ocorre por dois vieses: direta e indireta:

a direta inclui agressões físicas (bater, chutar, tomar pertences) e verbais (apelidar de maneira pejorativa e discriminatória, insultar, constranger); a indireta talvez seja a que mais prejuízo provoque, uma vez que pode criar traumas irreversíveis. Esta última acontece através de disseminação de rumores desagradáveis e desqualificantes, visando à discriminação e exclusão da vítima de seu grupo social (p.50).

Uma vez compreendido que o *bullying* é um comportamento frequente que objetiva intimidar e/ou ferir fisicamente, moralmente e psicologicamente um sujeito ou grupo social, far-se-á necessário também compreender quem são os sujeitos que praticam ou recebem este tipo de violência.

Em estudo intitulado “*Bullying escolar: um fenômeno multifacetado*”, Zequinão, Mendeiros, Pereira e Cardoso (2016) apoiam-se em Salmivalli (*et al.*, 1996), para conceituarem quem são os sujeitos das práticas de *bullying*. Apesar do estudo usar diferentes tipificações para definir os diferentes grupos/sujeitos, esta pesquisa, cujo enfoque é tratar da criança no jornal de Goiânia, deter-se-á aqui apenas em discutir quem são os agressores, as vítimas e as vítimas-agressores. Foram também estes os sujeitos encontrados na pesquisa.

Neste sentido, quem é a vítima, o agressor e a vítima-agressor? Para os autores, os grupos das vítimas na maioria das vezes se

constituem o grupo dos alunos mais novos, têm poucos amigos, são passivos, retraídos, infelizes, pouco sociáveis, inseguros, sofrem com a vergonha, medo, depressão, ansiedade e são desesperançados quanto à possibilidade de adequação ao grupo [...] São aqueles que têm piores relações com pares e consomem menos drogas [...] As pessoas com deficiência física e mental [...], com diferentes orientações sexuais e de

gênero [...], com defeitos congênitos ou adquiridos, [...] e com sobrepeso [...] são as principais vítimas do bullying (ZEQUINÃO; MENDEIROS; PEREIRA; CARDOSO, 2016, p. 183-184).

Os autores ainda tratam dos efeitos da prática do *bullying* no contexto escolar aos quais as vítimas são/estão propensas:

esses indivíduos que sofreram vitimização na infância, em curto prazo, são mais propensos ao abandono escolar [...], podem ter dificuldades nas atividades escolares, ficar doentes ou indispostos e ter problemas com o sono [...]. Em longo prazo, são mais propensos a sofrer de bloqueios psicológicos [...], e de perturbações mentais na vida adulta [...], tendem a ter maior dificuldade de se relacionar com os outros, pior autoestima. E – a mais preocupante de todas as consequências do bullying – tornam-se mais propensos a cometer suicídio [...] (ZEQUINÃO; MENDEIROS; PEREIRA; CARDOSO, 2016, p. 183-184).

Por outro lado, os autores conceitualizam os agressores por

algumas características como: maior idade, mais prática de exercício físico [...], maior consumo de drogas, tabaco e álcool [...], mais comportamentos violentos, melhor imagem corporal [...], mais extroversão e segurança, confiança em si, ausência de sentimentos de medo, ansiedade ou culpa [...], tendência a ter pior relação com os pais [...]. Muitas vezes são hiperativos, têm dificuldades de atenção, menor inteligência, desempenho escolar deficiente, são os principais responsáveis por levarem armas à escola, são tipicamente populares e veem sua agressividade como qualidade, podendo mostrar-se agressivos inclusive com os adultos [...]. Esse comportamento agressivo na infância traz como consequências problemas nos relacionamentos afetivos e sociais, dificuldades em respeitar as leis, menor autocontrole [...] e aumento da probabilidade de se tornarem pessoas mais agressivas ou agressores envolvidos em criminalidade [...] (ZEQUINÃO; MENDEIROS; PEREIRA; CARDOSO, 2016, p. 183-184).

Por fim, os autores tratam do perfil das Vítimas-agressores:

Embora a literatura já aponte essas características bem definidas para os papéis de agressores e vítimas, no ambiente escolar, torna-se mais complicada a identificação dos envolvidos nesse tipo de comportamento, principalmente pela presença dos indivíduos que são vítimas-agressoras. Nesses casos, a mesma criança ou adolescente pode assumir ambos os papéis em diferentes situações [...]. Aproximadamente 10% dos alunos têm um duplo envolvimento, ora como agressores, ora como vítimas [...] e é esse o grupo no qual se encontram maiores fatores de risco, os quais têm um efeito não apenas aditivo, mas multiplicativo [...], com níveis mais elevados de envolvimento em comportamentos violentos fora da escola, de uso de substâncias ilícitas, de relatos de depressão, ansiedade, sintomas físicos e psicológicos e com os piores resultados em avaliações de ajustamento psicossocial [...] (ZEQUINÃO; MENDEIROS; PEREIRA; CARDOSO, 2016, p. 183-184).

E qual a visão do jornal sobre a relação *bullying* e a criança? Pelas análises das matérias é possível constatar que o tema do *bullying* só aparece quando ocorre

um fato/tragédia social. Outro aspecto geral, diz respeito à compreensão de que as matérias apresentaram diferentes concepções de *bullying*, bem como diferentes entendimentos sobre quem é vítima e quem é culpado. Da mesma forma, percebeu-se também que algumas matérias apresentavam um aspecto formativo de combate à esta prática, todavia, o ponto de partida desta discussão era um tanto equivocado. Por fim, o panorama geral das matérias indica que o *bullying* foi atribuído como desafio apenas a pais e educadores. Assim, a partir das matérias a seguir, discutir-se-á neste tópico alguns aspectos referentes à esta temática.

A matéria do dia 30/10/2017 é elucidativa do fato de que o *bullying* só emerge quando tratado no campo da tragédia social:

MATÉRIA

TÍTULO E FONTE: ROTINA QUE PRECISA SER COMBATIDA – Jornal O Popular - 30/10/2017

Rotina que precisa ser combatida

BULLYING Especialistas e profissionais da educação afirmam que prática é realidade difícil de enfrentar

Galtieri Rodrigues
galtieri.rodrigues@opopular.com.br

O bullying, tema que voltou ao centro dos debates desde o atentado ocorrido no Colégio Goyases, em Goiânia, no dia 20 de outubro, é discutido nas escolas, atividades pedagógicas são desenvolvidas, existe até uma lei federal que, desde o início do ano passado, instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, mas mesmo assim continua sendo uma realidade. Ainda faltam estatísticas locais para mensurar a incidência da prática, mas aqueles que acompanham de perto a rotina das escolas ou exercem algum trabalho de apoio confirmam a situação. Estudo feito pela Organização das Nações Unidas (ONU), divulgado no início deste ano, mostra que metade das crianças e jovens do mundo já sofreu algum tipo de bullying. No Brasil, o índice registrado foi de 43%.

Na última semana, quando o debate sobre o assunto foi retomado, especialmente nas redes sociais, experiências pessoais de quem já foi alvo de intimidações ou perseguições no colégio deram o tom de boa parte das manifestações. No dia a dia de escolas e conselhos tutelares, que oferecem apoio no combate à prática e assistência, principalmente, às unidades da rede pública de educação, tomar conhecimento de histórias do tipo é algo que faz parte da rotina. “O bullying é uma das causas principais dos nossos atendimentos. Já vi situações de reação da vítima com uso de arma branca

“**Ainda estamos muito primitivos para tolerar as diferenças. A violência surge justamente porque a gente não as tolera**”

Leonardo Faria, psicólogo criminal

ou que resultaram em transtornos psicológicos e até vontade de se matar”, conta o conselheiro da Região Noroeste de Goiânia, Darlan Ferreira Paullino.

O extremo atingido pelo adolescente de 14 anos que matou dois colegas de classe e feriu outros quatro no Colégio Goyases é algo isolado, embora a motivação gerada pelo bullying ainda esteja em fase de investigação. Trata-se, no entanto, de um limite que não dá para ser ignorado. O psicólogo criminal Leonardo Faria cita que os assassinatos em massa têm mostrado relação com situações de bullying, apesar de ele frisar que qualquer violência é complexa e multifatorial. “O bullying acaba sendo uma violência deliberada, intencional e repetitiva contra a mesma pessoa. Esta questão preocupa muito, porque a vítima pode se tornar um agressor e a gente começa a pensar ainda no contexto atual, em que as pessoas estão reproduzindo a

violência como se fosse algo normal”, afirma.

Na Escola Municipal Mônica de Castro, localizada no Jardim Novo Mundo, Região Leste de Goiânia, o professor de Geografia Yves de Sousa, que no final do ano passado desenvolveu um curta-metragem com auxílio e participação dos alunos, com o tema bullying, conta que, no dia a dia da escola, a recorrência da prática era perceptível. “É como se, para várias coisas, a única resposta fosse o bullying. Isso é o que estamos tentando mudar, que o bullying não seja a única resposta. O problema é como ele ficou naturalizado no comportamento”, diz. Agressões físicas e discussões já chegaram a ocorrer na escola, motivadas pelas perseguições de colegas, levando os próprios alunos a refletirem sobre o tema.

FILME

O filme, chamado Sozinho, é resultado do projeto pedagógico 3, 2, 1 Filmando e conta a história de um aluno alvo de bullying, mas que, no final, atrai a atenção positiva dos colegas, quando tem um talento evidenciado. Conforme o professor, após o projeto, os alunos se colocaram no lugar das vítimas e mudaram a visão sobre o tema. “Eles começaram a enxergar a maneira como lidavam com o assunto, até então, e mudaram, porque vivenciaram, sentiram na pele ao dar vida aos personagens do filme.” Originalmente, o tema da produção seria sobre hackers, mas os alunos sugeriram a mudança.



Secretária enfatiza a autoaceitação

“O bullying só acontece quando o alvo aceita.” Esta afirmação é da secretária de Estado de Educação, Cultura e Esportes, Raquel Teixeira. Segundo ela, a preocupação com o bullying e com o combate desta prática faz parte da rotina das escolas estaduais. O trabalho de conscientização é feito de maneira diversa, utilizando-se de diferentes meios como livros, peças teatrais, palestras e do programa Repacificar, implantado em 2015. A discussão, na visão dela, passa, sobretudo, pela necessidade de enfatizar a autoaceitação e identificação com as próprias características para que o bullying não atinja a sua finalidade ou que não signifique um incômodo.

Raquel explica que, para caracterizar-se como tal, o bullying precisa de quatro pontos básicos. O primeiro é que ele tem de ser praticado entre pares, ou seja, pessoas que estão numa mesma situação, como alunos de uma mesma escola. O segundo é que ele precisa ser público, sendo utilizado por quem o pratica para expressar poder ou influência em um ambiente específico. O terceiro ponto é a repetitividade ou continuidade, encerrando-se com o quarto ponto que é a identificação do alvo com a situação e sensação geradas pela prática do outro.

“Se o alvo, no fundo, não tem trabalhada a questão da identi-

“**O que temos feito é trabalhar a autoestima e a forma com que os que são alvos de bullying lidam com isso**”

Raquel Teixeira, secretária estadual de Educação

dade e aceitação dela, ele acaba recebendo o bullying. Eu, que sou baixinha, sempre fui alvo de bullying, era chamada de baixinha e nãica na escola. Tive um colega que já até colocou uma cobra na minha carteira, outro falava que eu cabia na mão dele de tão pequena, mas isto tudo, no entanto, nunca me afetou porque eu sempre me aceitei da forma que eu sou.”

No geral, conforme o psicólogo especializado em neuropsicologia, Leonardo Faria, existem dois perfis de vítimas de bullying. Existem aquelas que são mais passivas, que tendem a se retrair e desenvolver mudanças comportamentais e transtornos, assim como existem as que reagem e que costumam revê-los, reproduzindo a agressão sofrida.

Conselhos encaminham casos para psicólogos

O procedimento adotado pelos Conselhos Tutelares quando acionados para auxiliar em casos de bullying nas escolas da rede pública é sempre o mesmo. Além da realização de palestras e conversas com pais e alunos, os casos são analisados e, quando necessário, o estudante é encaminhado para auxílio psicológico oferecido pelos profissio-

nais dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas).

Conselheira da Região Leste de Goiânia, a mesma onde fica o Colégio Goyases, onde ocorreu o atentado praticado por um aluno no dia 20 de outubro, Ana Amélia Leda Tavares conta que os chamados feitos pelas escolas públicas são rotineiros. Já a co-

municação com as escolas particulares ainda é restrita. “Depois de tudo o que aconteceu, vamos tentar aprimorar o diálogo com essas outras escolas. O bullying é uma experiência psicológica muito grave”, considera.

Ela diz já ter visto casos de alunos que passaram a não ter mais vontade de ir às aulas por causa do bullying sofrido.

A matéria acima nos indica que precisou ocorrer uma tragédia socialmente para que a temática do *bullying* escolar voltasse a ser discutida. Isto também se dá quando as matérias deslocam o problema para acentuá-lo na vítima ou no agressor. A matéria do dia 01/11/2017, demonstra esta ideia quando as discussões fomentadas apresentavam diferentes concepções de *bullying*, bem como diferentes entendimentos sobre quem é vítima e quem é culpado:

MATÉRIA	
TÍTULO E FONTE: QUEM ESTÁ SOFRENDO BULLYING É A VÍTIMA – Jornal O Popular - 01/11/2017	
 <p>Leonardo Marcatti Calebo e Bárbara Melo prestam depoimento na Depai. "A motivação não pode ter sido essa (bullying)", disse a mãe</p>	<p style="text-align: right; font-size: small;">Cristiano Borges</p> <p>“ <i>Viemos falar de como ele era em casa e na escola, no convívio com os irmãos”</i> ”</p> <p style="text-align: right; font-size: small;">Bárbara Melo, mãe de João Pedro</p> <p>Advogado fala em omissão</p> <p>O advogado André Bueno informou ao POPULAR que fez um requerimento ao titular da Depai para que solicite ao Colégio Goyases um relatório pedagógico do aluno responsável pelos disparos para inclusão nos autos. "A família vai adotar todas as medidas porque entendemos que houve uma omissão, uma ausência de acompanhamento. Diante do que ocorreu, a abertura de inquéritos administrativos e judiciais e a proposição de ações são um caminho natural". Além do auto de infração aberto na Depai, o advogado solicitou a abertura de inquérito administrativo junto à Auditoria da Polícia Militar para apurar a negligência da mãe do garoto, sargento da corporação. André Bueno deixou a Depai com a informação de que o delegado responsável pelo caso irá encaminhar à autoridade competente o pedido de abertura de inquérito contra a mãe para apurar a facilitação do acesso do menor à arma, uma pistola calibre .40, de propriedade da Polícia Militar. O delegado não comentou a questão, dizendo apenas que fará uma entrevista coletiva na próxima semana para falar sobre o caso. O advogado preferiu não se manifestar sobre a possibilidade de processar judicialmente o colégio. Para a mãe, "a escola não é culpada, mas tem suas responsabilidades com o que acontece no ambiente escolar, mas sempre</p>
<h1>“Quem está sofrendo bullying é a vítima”</h1>	
<p>MORTES NA ESCOLA Pais de João Pedro prestam depoimento e, junto com advogado, tentam restaurar a imagem do filho, apontado por constranger atirador</p> <p>Malu Longo maria.longo@opopular.com.br</p> <p>"Nós temos que provar que ele é vítima. Quem morreu foi uma criança que acabou de completar 13 anos. Quem está sofrendo bullying é a vítima. Há uma inversão moral nesse caso", enfatizou ontem o advogado André Bueno ao deixar a Delegacia de Polícia de Apura-</p>	<p>de Leonardo Marcatti Calebo e Bárbara Melo foi um pedido do advogado da família de João Pedro ao titular da Depai, delegado Lulz Gonzaga Júnior, responsável pelo auto de infração contra o menor que fez os disparos com a arma da mãe, uma policial militar. Ainda muito abatidos, os pais disseram que estavam ali para que a Justiça fosse feita. "Vie-</p> <p>sala de aula sob a alegação de que menino que atirou tinha mau chelo. "Nós conhecíamos o João Pedro. Ele realmente era um menino extrovertido, mas não tinha uma posição de liderança no grupo. A motivação não pode ter sido essa", reforçou Bárbara. "Ele tinha as peraltes de criança, de adolescente, como qualquer um da sua idade. Somos</p> <p style="text-align: right; font-size: small;">Reprodução/Instagram</p> 

ção de Atos Infracionais (Depal) onde foram ouvidos os pais de João Pedro Calembó, de 13 anos, morto no dia 20 atingido por disparos efetuados por um colega de classe dentro da sala de aula no Colégio Goyases. O tiroto também provocou a morte do estudante João Vitor Gomes e deixou outros quatro alunos feridos, entre eles Isadora de Moraes, que ficou paraplégica. A inclusão do depoimento

mos falar de como ele era em casa e na escola, no convívio com os irmãos. João Pedro era um menino instruído, corrigido quando necessário e muito assistido em casa e na escola", comentou a mãe. A luta da família é para restaurar a imagem do filho, acusado de praticar bullying contra o colega que fez os disparos. Após a tragédia, colegas disseram que João Pedro tinha levado um desodorante para a

pais presentes e cuidamos da educação dos nossos três filhos", completou Leonardo. Bárbara Melo afirmou que a família nunca soube da brincadeira com o desodorante. O único comentário sobre o colega de classe feito por João Pedro ocorreu no ano passado. "João Pedro ficou assustado porque o menino levou livros satanistas para a escola e disse que era ateu. Isso chamou a atenção dele e nós comenta-



João Pedro foi morto com tiro na cabeça por colega de classe

mos que devíamos orar por ele e foi o que meu filho fez", afirmou a mãe. Bárbara admitiu que não levou o fato ao conhecimento da escola. "A escola é laica. Não temos a obrigação de interferir na posição religiosa do aluno".

mantive uma boa parceria é amo as pessoas dali, por isso prefiro não falar nada de antemão". Os irmãos mais novos de João Pedro, de 8 e 6 anos, também alunos do colégio, estão sob acompanhamento psicológico e não voltaram à escola. Sobre a conclusão do ano letivo, Bárbara disse que não conversou a respeito com a direção da instituição. "Creio na boa parceria que sempre tivemos. Eles vão nos ajudar nisso".

Grupo ameaçado em colégio estadual

Um grupo de mais de 30 adolescentes do Colégio Estadual Olavo Bilac, no setor Aeroviário, vem sendo ameaçado de morte por um agressor anônimo via WhatsApp. A direção suspeita que o autor também seja aluno da escola, já que conhece as vítimas e possui todos os contatos. O caso foi registrado ontem e será investigada pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adoles-

cente (DPCA). As ameaças teriam começado no último fim de semana, sendo intensificadas segunda-feira, quando a direção da escola tomou conhecimento. O teor das mensagens diz respeito a ameaças à integridade física de todos os alunos do colégio. "Todos de lá estão na minha mão" e "sei da vida de cada um de vocês" são alguns dos trechos enviados.

A direção da escola acredita que o agressor seja um aluno da instituição que tenha sofrido bullying de alguns desses alunos selecionados. Funcionários qualificaram os alunos como populares. Alguns trechos confirmariam a possível repressão: "Essas pessoas que brincam comigo estão acabando com a própria vida"; "Não é culpa minha, eu não escolhi ser assim, as pes-

soas, os seres me tornaram assim". O prefixo do número utilizado para ameaçar os estudantes é dos Estados Unidos, o que dificulta a identificação do autor das mensagens. A direção da escola e a Polícia Civil entraram em contato com o anônimo através do número e tiveram como resposta que as intimidações continuariam.

Segundo orientações da Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Esporte (Seduc), a coordenação se reuniu com os pais dos alunos ameaçados e orientou que prestassem queixa junto a DPCA. Um grupo de conselheiros deve visitar a instituição nos próximos dias. A secretaria nega casos de bullying. (Thales Dias estagiário do GJC em convênio com a PUC-GO)

A matéria do dia 22/10/2017 também pouco contribui para o debate quando recoloca para os pais e profissionais da escola o trabalho com o *bullying*.

MATÉRIA

TÍTULO E FONTE: BULLYING É DESAFIO APENAS PARA PAIS E EDUCADORES – Jornal O Popular - 22/10/2017

Bullying é desafio para pais e educadores

SOMOS TODOS GIGANTES Profissionais e responsáveis alertam sobre a necessidade de se perceber práticas e vítimas de assédios no convívio social

Vandré Abreu
vandre.abreu@opopular.com.br

A dificuldade de perceber se os filhos são vítimas ou praticantes de bullying no convívio social, sobretudo no ambiente escolar, é o principal desafio aos pais para evitar as consequências desta prática de assédio que aflige crianças, adolescentes e até mesmo adultos. No entanto, não há ainda uma certeza de como isso pode ser feito. A solução, para especialistas em saúde e educação infantil, é a atenção e o diálogo entre filhos e os responsáveis, de modo a perceber as mudanças de comportamento.

A discussão fez parte do evento Altos Papos, realizado pelo movimento Somos Todos Gigantes, na manhã de ontem e contou com as presenças da psicóloga Mirella Nery, da psiquiatra Melissa Duarte, da pediatra Simone Ramos e da especialista em mídias digitais Alline Jajah. O tema da conversa, em forma de entrevista mediada pela coordenadora do Somos Todos Gigantes, Juliana Yamin, foi o cyberbullying, que é esta prática de assédio por meios digitais, como as redes sociais.

A escolha do mote foi feita pelos pais, segundo Juliana, justa-



Evento contou com a participação de especialistas e pais de crianças para debater inclusão e cyberbullying

“**Toda criança tem a necessidade de estar em um grupo, ser querida, participare os adultos devem**

tado é que o trabalho de conscientização para as crianças na primeira infância, até os 10 anos, surte efeito, mas com os adolescentes e adultos não, são mais resistentes com isso.”

LIMITES

A pediatra Simone reforçou que a Sociedade Golana de Pediatra recomenda que as crianças

reforça ainda que é necessário organizar as configurações de privacidade tanto dos filhos quanto dos pais e ambos devem se precaver sobre o que será postado nas redes sociais, como endereços, fotos, e-mails e outros.

Simone lembrou que não há um referencial de como criar os filhos na era da tecnologia, por ser algo próprio das novas gera-

Debate em ambiente escolar

A morte de dois adolescentes e o ferimento em outros quatro, vítimas de um atentado a tiros provocado por um colega de classe no Colégio Goyases, no Conjunto Riviera, na manhã de sexta-feira, se tornou um exemplo no evento do movimento Somos Todos Gigantes sobre a necessidade de discutir o bullying no ambiente escolar. Isso porque a motivação do adolescente seria por ele ser alvo da prática. "É um tema difícil nestes dias, mas a tragédia torna evidente a necessidade de discutir o tema", disse Juliana Yamin, coordenadora do movimento.

A psiquiatra Melissa Duarte reforçou, durante o evento, que os pais devem ficar atentos aos sinais porque eles começam a aparecer entre dois e seis meses antes de um acontecimento chave. "A criança e o adolescente dão sinais, é muito difícil que não ocorra nada. Há mudança de comportamento, como alteração no apetite, no sono, irritação e mesmo depressão", disse. A psicóloga Mirella Nery completou que toda a saúde da criança depende dos pais, que não podem transferir essa responsabilidade.

RODA DE CONVERSA

Alunos e professores do Colégio Goyases estiveram ontem no velório do adolescente João Vitor Gomes, de 13 anos, no Cemitério Jardim das Palmeiras. Ele foi uma das duas vítimas que faleceram. Em uma roda de

<p>mente pela importância e nocividade que causa o bullying online. “Nosso movimento é sobre preconceito e, logo, o bullying está muito ligado a isso. O cyberbullying é uma versão mais complicada, porque tem o anonimato, as pessoas podem agredir sem serem vistas”, afirmou. Os cuidados dos pais com as ações dos seus filhos no ambiente digital foi discutido, de modo que é necessário saber o que é feito, não sendo uma invasão de privacidade e, sim, de proteção.</p>	<p>Contribuir para isso” Mirella Nery, Psicóloga</p> <p>Juliana explicou que é difícil os pais perceberem a influência do bullying, principalmente quando seu filho é um praticante. “Verificar o praticante é difícil, porque ele seria o ‘vilão’ e os pais não entenderiam o filho desta maneira. O que temos no-</p>	<p>até 2 anos de idade não faça uso da tela, entre 2 e 5 anos o uso deve ser acompanhado pelos pais por no máximo uma hora por dia e, após isso, o acompanhamento deve ser continuado, sendo o tempo limitado em até duas horas e meia diárias. Alline Jajah lembrou que atualmente há aplicativos disponíveis que espelham a tela dos dispositivos de tecnologia, de modo que os pais podem acompanhar o que os filhos veem e fazem em tempo real ou mesmo por gravação. Ela</p>	<p>ções. “Não é vigiar, é proteger, mostrar o que é adequado.”</p> <p>A psicóloga Mirella Nery explicou que, embora seja um ambiente diferente e novo, a essência humana permanece. “Toda criança tem a necessidade de estar em um grupo, ser querida, participar e os adultos devem contribuir para isso”, diz. Para ela, o como fazer começa em casa, em que os pais devem conduzir os filhos para que estes se sintam seguros e confiantes nos seus responsáveis.</p>	<p>conversa do lado de fora da sala do velório, eles dialogaram sobre a importância de se estabelecer uma relação mais próxima e não deixar de comunicar os professores sobre o que está acontecendo. “Se isso tivesse chegado a nós antes, poderíamos ter resolvido e evitado tudo”, chegou a dizer um dos professores. Em interrogatório, o garoto autor dos tiros disse ao delegado que nunca havia falado sobre o bullying sofrido com professores. (Colaborou Galtieri Rodrigues)</p>
--	--	---	--	--

No caso da matéria do dia 29/10/2017, intitulado “Tragédia Escola”, há a evidência de um senso comum quando nos instiga a pensar que o *bullying* está em nossas mentes e todos nós já sofremos deste mal. O que acontece atualmente é a “fraqueza das mentes” (29/10/2017) dos jovens nos dias de hoje.

MATÉRIA	
TÍTULO E FONTE: “TRAGÉDIA ESCOLA – Jornal O Popular -29/10/2017	
<p>Tragédia na escola</p> <p>Há alguns anos, tragédias se tornam mais comuns e, sempre que ocorrem, a sociedade discute o combate ao bullying sem analisar a fundo o fato de que ele sempre existiu e não tirava vidas. A real discussão a ser feita gira em torno do que se passa nas mentes das crianças e adolescentes atuais que se mostram mais sensíveis a este mal, chegando ao ponto de matar colegas. Não é fácil encontrar um adulto que diga que nunca sofreu bullying na infância, ainda que este nome não existisse na época. É notório que, ao longo dos anos, as crianças sempre conviveram com essa situação nas escolas e nas ruas, mas seguiam suas vidas e cresciam. Os adolescentes se tornavam adultos e as ofensas iam sendo esquecidas e superadas. As vítimas aprendiam e se fortaleciam, superando a condição que as tornavam alvo, de forma a adentrar a vida adulta com mais maturidade. Assassinato não é uma opção, mas o que leva os jovens a considerá-lo uma solução? A discussão fundamental gira em torno dos valores familiares, da facilidade de acesso às informações, das mudanças no ensino escolar, dos conteúdos consumidos no mundo virtual e dentre tudo isso, a sociedade deve descobrir e corrigir o que tornou a vingança desmedida algo aceitável entre eles.</p> <p>RAPHAEL BONTEMPO LAPERCHÉ Alphaville Flamboyant – Goiânia</p>	

O conjunto das últimas matérias sobre o *bullying* expressam um conjunto de problemas que decorrem deste tema e sua correlação com a criança. Elas reafirmam que nem a escola e nem a sociedade estão preparados para lidar com o fato. Isto se deve pela falta de conhecimento sobre o assunto, como também pela ausência de políticas institucionais ou governamentais no trato com o tema. Da mesma forma, há um equívoco em tratar o assunto com base no sujeito, seja ele vítima ou agressor. A questão do *bullying* precisa ser compreendido em um processo muito mais amplo em que se coloca a relação sociedade-sujeito-cultura-escola. Assim, há se procurar respostas não nos sujeitos ou nas ações que as instituições devem realizar no dia-a-dia. Desta forma,

em qualquer esfera de participação no bullying, essas atitudes de abuso de poder podem acarretar problemas graves no desenvolvimento dessas crianças e adolescentes[...], que se refletirão até mesmo na vida adulta (ZEQUINÃO; MENDEIROS; PEREIRA; CARDOSO, 2016, p. 184).

3.1.4. Educação e a Perspectiva do Direito

Do de (64) matérias sobre educação, (06) delas foram agrupadas no campo da discussão sobre o direito da infância. Nelas estão contidos dois tipos de discurso: I) pelo campo do conhecimento jurídico-teórico-científico; II) pelos embasados do senso comum. Deste modo, o texto que segue, versa sobre os diferentes olhares existentes dentro deste campo de discussão na sociedade.

No que se refere aos dados encontrados no campo do conhecimento jurídico-teórico-científico, há que se destacar um discurso que versa sobre a importância de se retomar a discussão do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seus 30 anos existência. O Estatuto da Criança e do Adolescente foi constituído a partir da Constituição de 1988, pela Lei 8.069 dos anos de 1990. Trata-se de um conjunto normativo de ornamentos jurídico que versam e objetivam a proteção integral de crianças e adolescente.

Neste sentido, pode-se afirmar que ECA é a Lei que estabelece condições, bem como que exige os direitos de crianças e adolescentes. A Constituição Federal de 1988 não trata inicialmente de direito das crianças e do adolescente, mas de um dever a ser cumprido por parte da família, da sociedade e do Estado. Por

consequente, ela versa sobre e exige condições a serem garantidas para o resguardo dos direitos das crianças.

Outro aspecto importante de ser ressaltado é que anteriormente ao ECA, existia um “Código de Menores”, lei em vigor à época, que representava o arcabouço jurídico e não era condizente com os princípios da Doutrina da Proteção Integral que passaram a ser preconizados na Carta Magna brasileira. Deste modo, muda-se também a compreensão que se tinha sobre os sujeitos. O que antes era tratado como menor, para a ser criança e adolescente, e principalmente, como sujeitos pertencentes a uma condição peculiar de desenvolvimento, sendo dever das gerações adulta, da comunidade e do Estado garanti-los, com prioridade.

Dada a relevância histórica do ECA, há que se destacar que esse instrumento jurídico é importantíssimo na defesa das crianças, uma vez que ele atribui à toda a sociedade, a defesa da garantia de direitos. Neste caso, o trabalho com a sociedade é de fundamental importância. Desta forma, o tema tem sido objeto de inúmeros debates e formações que objetivaram a conscientização da sociedade sobre o ECA. Os Programas de Extensão das Universidades, por seu caráter histórico de luta no campo, têm sido protagonistas nessa tarefa de formação.

Assim, notou-se nas matérias um aspecto relacionado aos programas de extensão. Constituída no tripé ensino-pesquisa-extensão, esta última revela-se como uma ação da universidade para a comunidade local, com o propósito de compartilhar do conhecimento científico em prol das necessidades da.

MATÉRIA

TÍTULO E FONTE: DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PAUTAM COLÓQUIO – Jornal O Popular - 28/08/2017

PUC NOTÍCIAS

Informativo da Pontifícia
Universidade Católica de Goiás

Zootecnia e Biologia realizam aula inaugural

Os cursos de Zootecnia e Biologia da PUC Goiás realizam amanhã a aula inaugural com participação de professor de universidade espanhola, no Auditório do Bloco G, no Câmpus II da universidade, às 9 horas. O evento tem como tema a *Inserção do profissional das ciências agrárias e biológicas em pesquisas com biologia molecular visando o melhoramento genético animal*.

O assunto será debatido pelo prof. Vincenzo Landi, da Universidade de Córdoba, na Espanha, que está no país realizando pesquisa sobre reprodução animal. Pesquisadores da PUC Goiás também atuam no desenvolvimento do estudo.

Direitos da criança e do adolescente pautam colóquio

A PUC Goiás, por meio dos Programas de Educação e Cidadania (PEC) e de Direitos Humanos (PDH), realiza amanhã, 29, o 7º Colóquio de Educação e Cidadania da universidade. Nesta edição, o evento gratuito e aberto à comunidade traz como tema *Crianças e adolescentes como sujeitos de direitos*.

“É uma questão negligenciada, muitas vezes. Nosso objetivo é que façamos uma discussão junto às comunidades interna e externa para conscientizá-las sobre os direitos da criança e do adolescente, principalmente os ligados à educação”, explica o coordenador do PEC, professor Adilson Alves da Silva. O tema surgiu a partir dos questionamentos levantados no grupo de pesquisa *Educação, Direitos Humanos e Cidadania: concepções, políticas públicas e práticas sociais*,

ligado ao programa.

Tendo como base o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) as discussões serão comandadas pela professora Lucinete Jardelina de Oliveira, da Secretaria Municipal de Educação e Esporte de Goiânia; pelo defensor público do Estado de Goiás e membro do Núcleo Especializado da Infância e Juventude de Goiânia, Bruno Malta Borges; e pelo professor Joseleto Vieira dos Santos, ligado à Escola de Ciências Sociais e da Saúde da PUC Goiás e coordenador do Fórum Goiano de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.

O evento será realizado a partir das 18h45, no Auditório 2 da Área 2, no Setor Leste Universitário. A inscrição pode ser feita gratuitamente pelo endereço eletrônico <http://bit.ly/2wlfaym>.



www.pucgoias.edu.br

Pontifícia Universidade Católica de Goiás // Av. Universitária 1.440, Setor Universitário, Goiânia-GO | Fone 3946-1000

f /pucgoias t /pucgoias



MATÉRIA

TÍTULO E FONTE: GRUPOS DE ESTUDOS DISCUTE ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – Jornal O Popular - 17/11/2017

PUC NOTÍCIAS

Informativo da Pontifícia
Universidade Católica de Goiás

Grupo de estudos discute Estatuto da Criança e do Adolescente

O grupo de estudos do Programa Educação e Cidadania (PEC) da PUC Goiás se reúne hoje, das 14h às 16h30, na Sala 105 da Escola de Formação de Professores e Humanidades (EFPH). Aberto à comunidade, o encontro terá discussão sobre dois textos: *A política de atendimento no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)* e *Direitos da criança associados à ação emancipatória*. Ligado à Coordenação de Extensão da universidade, o PEC atua junto à formação inicial dos estudantes das licenciaturas da PUC Goiás e continuada de professores da educação básica da rede pública de ensino. Mais informações: 3946-1068.

PUC Goiás recebe David Friedman para palestra gratuita

A PUC Goiás recebe hoje a palestra *Future Imperfect: Revolutions That Might Happen* (Futuro imperfeito: revoluções que podem acontecer, em tradução literal), com o professor PhD David Friedman, da Universidade de Santa Clara, nos EUA.

Realizado no Auditório da Área 4, no Setor Leste Universitário, o evento é gratuito e será iniciado às 19h30. Mais de 400 pessoas se inscreveram para a atividade.

Inédita em Goiânia, a atividade é promovida pelo Instituto Liberdade e Justiça, com a coorganização do *Sudents For Liberty Brasil*, Clube Bastiat e Distrito Liberal, com o apoio da universidade, por meio da Escola de Gestão e Negócios e do Centro Acadêmico de Economia.

“É uma satisfação muito

grande recebê-lo, também porque ele trará uma palestra um pouco diferenciada do que temos colocado na universidade”, explica o coordenador do curso de Economia da PUC Goiás, José Vieira.

Defensor do *free banking*, sistema bancário inteiramente livre de regulamentações, David Friedman é filho do economista Milton Friedman, ganhador do Nobel de Economia. “Temos percebido que o ambiente universitário tem clamado por mais espaço para debates. As pessoas querem ouvir outras opiniões e outras maneiras de enxergar as situações”, defende Giuliano Miotto, presidente do Instituto Liberdade e Justiça (ILJ), criado no ano passado.

Em seu livro *The Machinery of Freedom*, Friedman trabalhou o anar-



co-capitalismo, onde bens e serviços, incluindo a própria lei e ordem, podem ser produzidos pelo livre mercado. Controverso, o assunto deve ser um dos pontos discutidos pelo professor em sua visita. Formado em Harvard, PhD pela Universidade

de Chicago e professor da Universidade de Santa Clara, Friedman é autor de vários livros, dentre eles *Future Imperfect* e *Law's Order*. É ainda articulista de vários jornais e conferencista internacional.



www.pucgoias.edu.br

Pontifícia Universidade Católica de Goiás // Av. Universitária 1.440, Setor Universitário, Goiânia-GO | Fone 3946-1000

f /pucgoias t /pucgoias



Nas matérias analisadas, observou-se que existe um grande número de matérias em que a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) vem contribuindo com um olhar crítico sobre os temas relacionados à criança, o adolescente e os seus direitos sociais.

Esta é uma forma da universidade interagir com o público externo e difundir o conhecimento por ela produzido. Assim, ressalta-se que este é um dos papéis sociais da universidade. Com esta ação espera-se propiciar o desenvolvimento social com programas que por meio da cultura, desenvolva os valores democráticos, bem como ampliar a cultura regional.

Se por um lado destaca-se aqui a importância de que a universidade promova eventos de extensão, uma vez que estes são fundamentais para o processo educativo e formativo e para a conscientização da sociedade, por outro, nas matérias só foram encontradas iniciativas privadas¹⁵ no campo da formação em direitos da criança. Tomando por base a análise daquilo que foi veiculado pelo jornal, questionou-se: quem são as crianças e os adolescentes, cujos direitos precisam ser garantidos e sob quais bases se assentam tais direitos?

Os conteúdos das matérias que tratam do direito da criança contribuem para a compreensão de novos olhares sobre a temática. Isso se dá pelo fato de que as matérias sobre os eventos propiciam aos leitores uma gama de conhecimentos científicos a partir das atividades.

Destaca-se, ainda, a importância de formação de sujeitos/grupos para a defesa da criança. Este foi outro aspecto fundamental para ser levado em consideração sobre os programas de extensão. Por terem uma visão de desenvolvimento social das comunidades e, por outro, investirem em processos formativos de conscientização e ação, a universidade auxilia no processo de reconhecimento social das crianças e do seu tempo de vida.

É nesse contexto que se coloca a questão da importância dos Conselhos de Direito e Conselhos Tutelares. Todavia, esse tema é pouco tratado nos dados

¹⁵ Como o objetivo desta pesquisa foi analisar todas as matérias jornalísticas que tratassem da criança/infância, os dados encontrados das experiências das instituições privadas no campo da inclusão aparecem, via Programas de Extensão, em uma coluna paga pela instituição. Ainda que o conteúdo das matérias tenha esse caráter de publicização institucional, ainda assim, deve ser considerado como expressão de um determinado discurso que foi veiculado pelo jornal.

encontrados. As matérias que tratam deste assunto somente fazem menção à sigla e nada é explicado ao leitor.

Assim, o ECA estabelece que a viabilização da proteção integral de crianças e adolescentes se dá pela garantia dos seus direitos. Entretanto, essa garantia efetiva dos direitos depende também da ação política de atendimento. Estas estão dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente, no art. 86: “a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios” (ECA, 1990, Art. 86).

Assim, percebe-se a que a articulação é um aspecto constitutivo da política de atendimento aos sujeitos (crianças e adolescentes). Posteriormente, necessário se faz considerar outros aspectos estruturais. Estas diretrizes estão ainda dispostas na lei no art. 88:

São diretrizes da política de atendimento: I - municipalização do atendimento; II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais; [...] (ECA: artigo 88, incisos I e II).

Neste sentido, a criação dos Conselhos de Direitos e o Conselho Tutelar é reafirmado na lei como uma obrigatoriedade da União, dos municípios e dos estados. Assim, por Conselhos de Direito, o documento “Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar: orientações para criação e funcionamento” da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, afirma que

são órgãos responsáveis pela elaboração das diretrizes da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, bem como pelo acompanhamento, controle social e avaliação dos programas e ações desenvolvidas. Todas as três esferas governamentais – federal, estadual e municipal – precisam instituir seus Conselhos (CMDCACT, 2007, p. 21).

Assim, o Conselho Tutelar (CT) se constitui como

um órgão inovador no contexto da sociedade brasileira, criado com a missão de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. A implementação desses conselhos em todos os municípios brasileiros representa uma contribuição direta para que as diretrizes de proteção dos direitos humanos das novas gerações se tornem realidade e não fiquem restritas somente ao texto da lei. Nesse sentido, a atuação do CT tem o grande potencial de contribuir para a efetivação, no País, de mudanças profundas no atendimento à infância e à adolescência (CMDCACT, 2007, p. 53).

Como base no exposto acima, faz-se necessário compreender a relação estabelecida entre ambos para que posteriormente se compreenda a sua importância no plano do que se refere à proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Neste sentido, ambas as entidades

devem lutar contra a desarticulação das ações e a dispersão de recursos e energias, além de trabalhar ativamente para a integração das ações governamentais e não-governamentais. [...] é importante que promovam um debate constante entre a sociedade e o poder público e deliberem sobre políticas públicas consistentes, articuladas e permanentes. Tais iniciativas devem ser tomadas de forma que sobrevivam aos mandatos dos governantes. [...] os programas e as ações desenvolvidos no município não devem ser tratados somente como “políticas de governo”, sob o risco de se desfazerem ao sabor da alternância no poder, característica que faz parte da essência do regime democrático (CMDCACT, 2007, p. 18).

Sobre as responsabilidades que lhes compete:

Cobrar dos setores e órgãos públicos competentes o zelo pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta no atendimento à criança e ao adolescente; Garantir a “preferência na formulação e execução de políticas sociais públicas” direcionadas às crianças e aos adolescentes, com a necessária “destinação privilegiada de recursos públicos”; Possibilitar que a população infanto-juvenil seja priorizada na elaboração e execução do orçamento público; Assegurar que estados e municípios promovam a adaptação de seus órgãos e programas às diretrizes e princípios estabelecidos, conforme dispõe o artigo 259 do Estatuto (CMDCACT, 2007, p. 18).

Deste modo, os Conselhos de Direito e dos Conselhos Tutelares têm com os objetos comuns a necessidade de proteção, amparo, garantia dos direitos, bem como o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos humanos. Acredita-se que as matérias deveriam trazer informações sobre sua natureza e finalidade. Todavia, estas matérias assim não o fizeram.

MATÉRIA	
TÍTULO E FONTE: MP E CORREGEDORIA DO TJ EXPDEM RECOMENDAÇÕES SOBRE CONSELHOS TUTELARES Jornal O Popular - 05/12/2017	
<p>MP e corregedoria do TJ expedem recomendação sobre conselhos tutelares</p> <p>A Corregedoria-Geral da Justiça de Goiás (CGJ-GO) e o Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) expediram ontem a Recomendação Conjunta nº 01/2017 para melhorar a prestação dos serviços públicos de relevância afetos à criança e ao adolescente. Levantamento realizado pelos dois órgãos apontou a falta de capacitação de todos os profissionais que atuam na área.</p>	

Retrocessos e marginalizações: discursos e marginalização da criança

Se por um lado as matérias do jornal mostraram um interesse da universidade privada (PUC Goiás) em promover programas de extensão sobre o tema, , por outro, o jornal apresenta também um discurso do senso comum, cheio de preconceitos sobre as crianças e a infância. Neste discurso encontram-se retrocessos e discussões que colocam o tema no campo da marginalização: “criança vista como problema”, “potencial para a criminalidade”.

Sendo assim, esta pesquisa tratará agora de algumas destas matérias, a fim de mostrar como estes preconceitos são expressos no jornal, bem como desmitificar estes preconceitos. Para tanto, tomemos por base a matéria do dia 28/12/2017:

MATÉRIA	
TÍTULO E FONTE: EDUCAÇÃO – Jornal O Popular - 28/12/2017	
<p>Educação</p> <p>Observo que determinados temas na imprensa brasileira são tabus ou analisados em ótica um tanto superficial, errada e grotesca. A manchete de capa de O POPULAR, ontem, anunciando aumento de 138% no número de mortes entre jovens, nada mais é do que a representação da realidade da educação em nosso País. Enquanto no governo FHC a bolsa de assistência social concedida às famílias passava pela vistoria inicial da manutenção em escola da prole do beneficiário, no governo do PT isso foi relegado. As famílias de baixa renda não conseguem manter os filhos matriculados e frequentando regularmente uma boa escola primária. Isso é visível. Qualquer um que visita bairros mais distantes, na periferia, constata um grande número de adolescentes nas ruas em período escolar, desocupados, reunidos em esquinas. Onde está a vigilância dos pais desses jovens? Cadê o Ministério Público para punir esses pais relapsos? Onde está o Ministério da Educação para dar uma escola de qualidade para manter esses jovens interessados em aprender? Mente desocupada é oficina do demônio. Já ouvia esse ditado desde criança. Enquanto o governo se ocupa em dar faculdade gratuita para os adultos, se esquece que, para pleitear uma faculdade, o cidadão precisa passar por uma boa escola primária, um bom ensino básico. Crianças nas escolas, menos adultos nas prisões. Isso é basilar. Mas não. Nossos gênios do comando governamental só pensam nos votos dos adultos. Jovens e adolescentes não votam e seus pais, pobres dependentes das bolsas "qualquer coisa" votam em quem os alimenta.</p> <p>JORGE AUGUSTO BORGES Parque Amazônia – Goiânia</p>	

De princípio, há que se destacar que o escritor, pautando-se no senso comum, estabelece uma relação comparativa entre os altos índice de mortes entre jovens e a Educação. Contrapondo e partindo do conhecimento científico, afirma-se que existem mais fatores sociais a serem questionados quanto ao aumento do índice de morte entre jovens no país: a desigualdade social, a violência social, os preconceitos, o desemprego, a falta de moradia digna, a falta do acesso à saúde, etc. deste modo, trata-se de uma ideia equivocada e baseada em um discurso superficial sobre a problemática.

Na mesma matéria o autor critica o programa federal “Bolsa Família”. Argumenta que ele perdeu os critérios de permanência. Na contramão desta informação, destaca-se que o programa Bolsa Família estabelece como critério de

permanência que os usuários do programa tenham como compromisso: a) na área educacional: crianças e adolescentes devem estar matriculados e frequentes. Em casos de sujeitos de seis a quinze anos de idade, são necessários no mínimo 85% de frequência. Em casos de adolescentes, o requisito mínimo de frequência é de 75%; b) na área da saúde: é preciso que as famílias mantenham atualizados os cartões de vacina de crianças menores de sete anos, bem como levá-las aos postos de saúde para sejam monitoradas quanto ao seu crescimento e peso. No caso de gestantes, ainda é cobrado que as mesmas façam o pré-natal.

Outro destaque sobre essa matéria é o discurso de classe que marca o conteúdo jornalístico. Ao dizer que “qualquer um que visita bairros mais distantes, na periferia, constata um grande número de adolescentes nas ruas em período escolar, desocupados, reunidos em esquinas. [...] Mente desocupada é oficina do demônio” (28/12/2017), percebe-se um discurso de preconceito com as crianças e adolescentes de bairros de periferia. Desconstruindo estes argumentos, pode-se dizer que: I) em qualquer bairro visitado, iremos encontrar crianças e adolescentes nas ruas. Sejam nos bairros afastados, sejam nos grandes centros metropolitanos; II) não se pode generalizar todas as criança e adolescente dos bairros de periferia ao mundo do crime. As pessoas frequentam praça por lazer também; III) não se pode também generalizar que todos os sujeitos que não acessam à educação são potenciais ao mundo do crime. Os sujeitos são formados por subjetividades e singularidades. Ou seja, cada qual estabelecerá uma relação no mundo de forma diferente; IV) a criminalidade não é encontrada apenas nos bairros de periferia, tão pouco, podemos afirmar que só os sujeitos destes bairros cometem crimes; V) existem mais fatores que influenciam os sujeitos a irem ao mundo do crime, não é apenas a falta de escola.

Suas críticas de que os governantes “oferecem faculdades para os adultos e se esquecem da primeira infância” (28/12/2017) deixa de considerar a educação como um direito de todos, independentem de idade, de classe, de etapa, e etc. O direito é do sujeito e, novamente, independentem de demais fatores o seu acesso.

Para o autor, “Crianças nas escolas, menos adultos nas prisões. Isso é basilar”. (28/12/2017) Contrapondo-se à esta lógica, se tomarmos a EJA como referência, iremos encontrar sujeitos analfabetos que nunca frequentaram as escolas porque tiveram de “escolher” entre estudar e trabalhar e, que por suas

condições de classe média baixa, ou baixa, seguiram pelo mundo do trabalho. Deste modo, questiona-se: onde está a base do discurso acima? Onde estão os demais fatores sociais na condição de vida dos sujeitos que fazem a base deste discurso ou eles não são partícipes de uma sociedade?

Conclui-se que não se pode banalizar, como tão pouco menosprezar o assunto, todavia, devemos tratá-lo pelo campo dos conhecimentos teórico científico. Como se trata de um veículo de comunicação, a forma como os conteúdos das matérias são veiculados podem incorrer em dois aspectos: a) por uma linguagem pautada pelo conhecimento científico; b) por uma linguagem advinda do senso comum. A leitura das matérias jornalísticas nos permite pensar que aqueles que escrevem sobre determinados assuntos precisam dominar o mínimo de elementos que caracterizam a matéria.

3.2. A CRIANÇA E A SAÚDE

O terceiro e último tema de análise compareceu em (50) matérias do jornal e trata da relação criança/infância e saúde. Após a leitura integral de todas as matérias, as mais recorrentes foram subdivididas em duas abordagens: (10) matérias sobre a ausência do direito de provisão; (16) matérias que retratam campanhas de comoção nacional. Portanto, (26) matérias serviram para a escrita desta pesquisa e também constam do anexo.

3.2.1. Infância e Saúde: a ausência do direito de provisão

Pela análise dos dados foi possível apreender que o tema, no campo da ausência de provisão, apontam questões como: a) as políticas públicas para a saúde não têm se atentado para a questão da prioridade do atendimento à criança; b) as matérias mostram a peregrinação dos pais para o atendimento das crianças; c) o tempo de espera gera angústia, dor e até morte. Assim, de forma geral, observou-se como elemento comum: a negligência do poder público frente a garantia dos direitos de provisão da criança.

Cientes de que o direito à saúde se encontra na esfera do direito de provisão, discutir-se-á, agora, o papel do Estado, da família e da sociedade frente a garantia e efetivação deste direito. Para tanto recorreremos ao artigo 227, da Constituição Federal (1988), CAPÍTULO VI, intitulado como “Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso”.

Neste sentido, em relação ao que as matérias do jornal trazem, o papel do Estado, da Família e da Sociedade é o de assegurar e garantir que os direitos das crianças sejam efetivados no âmbito da prioridade, bem como que estas instituições têm como dever e/ou responsabilidade protegê-las de qualquer negligência.

Sobre o papel do Estado, destaca-se a necessidade de criação de políticas públicas que garantam e atendam as demandas sociais, particularmente das crianças. Por políticas públicas, compreende-se que

ao procurarmos nos projetar no futuro, estamos almejando uma mudança de situação, o que significa dizer que estamos considerando a existência de uma situação problemática para a qual buscamos soluções, que, quase sempre, vão se configurar como alvo da ação pública. Assim, a ação pública, ao procurar solucionar os problemas, o fará por meio de um determinado padrão de intervenção direta (ou indireta), regulando-os: tem-se, então, uma política pública (AZEVEDO, 2010, p. 30).

Por ser considerada uma ação do Estado no campo social, uma política pública precisa ser analisada como espaço de luta em que se encontram diferentes atores sociais. Assim, o papel do Estado na elaboração de uma política pública implica confrontar suas soluções e definir suas propostas de ação. Portanto, toda política pública é uma ação política. Assim, uma política pública

exprime, de modo explícito ou subjacente, embates, negociações, acordos, que resultaram, enfim, em definições para um determinado setor. Sendo assim, expressa elementos da filosofia de ação que predominou e, portanto, elementos que nortearam os processos decisórios relativos à sua elaboração. Mas, num processo que é dinâmico, as políticas públicas constituem respostas a certos problemas, quase sempre demandados por grupos sociais que se organizam para lutar por soluções. O que não significa que as decisões, em uma determinada etapa, não serão modificadas e redesenhadas em etapas posteriores, podendo mesmo resultar, no curso da sua implementação, em resultados diferentes dos pretendidos (AZEVEDO, 2010, p. 31).

Portanto, nenhuma política pública se constitui sem a compreensão de que ela mesma não representa uma posição hegemônica mas deve, acima de tudo, representar os interesses da maioria que a reivindicaram:

mesmo que uma política pública seja norteadas por referenciais que privilegiem a garantia de direitos sociais, os processos de sua implementação, em virtude dos distintos e contraditórios interesses em jogo, podem seguir rumos que acabem por reforçar desigualdades socioculturais, indo na contramão da busca dos direitos sociais, como indicam vários estudos (AZEVEDO, 2010, p. 31).

As políticas públicas devem ser pensadas de modo a atender as necessidades sociais. Portanto, os governos precisam estar cientes que desenvolver ações sociais ou Programas não constitui uma política pública. Há uma diferença entre política de governo e política pública. A primeira tem caráter governamental e partidário. A segunda, alcança o nível de uma Proposta ou resposta social que perdura independente de governos. Ou seja, precisam ser pensados no plano social e não no plano de que uma determinada política que só atenda às necessidades sociais durante um governo.

A criança e a saúde: uma questão prioritária

Um aspecto importante destacado a partir dos dados desta pesquisa é a consideração de que as políticas públicas para a saúde não têm se atentado para a questão da prioridade do atendimento à criança. Este fato pôde ser observado quando as matérias mostraram a peregrinação dos pais para o atendimento das crianças.

Isto pôde ser notado quando nas matérias os familiares das crianças tentam procurar os órgãos públicos de saúde. Ao não serem atendidos em suas demandas, a família procura, nas mídias, a criação de campanhas que se como comoção social

As matérias permitem inferir sobre a ausência do papel do Estado na questão da saúde pública. Falta ao Estado um planejamento com criação de Políticas Articuladas que atendam os sujeitos em suas demandas de saúde.

Deste modo, as matérias mostram que as famílias vêm tentando garantir a efetivação deste direito. Todavia, nem sempre o tempo de espera pelo atendimento corresponde pode ser imediato, podendo ocorrer o óbito infantil. A despeito, destaca-se a matéria do dia 04/12/2017.

MATÉRIA

TÍTULO E FONTE: TUDO MUITO DEMORADO – Jornal O Popular - 04/12/2017

Tudo muito demorado

Desde o nascimento da filha Isabelle, hoje com 1 ano e 4 meses, Sônia Andrade Gomes, 22 anos, peregrina entre Pontalina e Goiânia. Ela não sabe quantas vezes já enfrentou, no veículo da prefeitura, os 80 quilômetros que separam as duas cidades. A menina nasceu com pé torto congênito bilateral – pés virados para dentro – e desde os dois meses é acompanhada por especialistas na capital. O método de Ponseti, que exige o uso de gesso e botas ortopédicas, é a indicação inicial para casos assim, e cirurgias a opção seguinte. Isabelle foi indicada para a segunda opção. Ela fez uma cirurgia no pé direito e terá que fazer outra no esquerdo. “É muito cansativo porque pelo SUS é tudo demorado. A primeira cirurgia na rede privada é feita com menos de



um ano, mas na rede pública eles esperam a criança completar um ano. Acordamos às 4 horas para chegar bem cedo em Goiânia, às vezes duas vezes por semana”, conta a mãe enquanto aguardava na Santa Casa o momento de ser chamada para mais uma avaliação médica da filha.

Malu Longo

A matéria acima retrata que o tempo de espera gera angústia, dor e até morte. A questão que se coloca refere-se ao papel do Estado quanto a garantia do atendimento prioritário das crianças, bem como ao tempo de espera das crianças para a efetivação do direito. Se por um lado é necessário ressaltar sempre que o Estado precisa assumir uma postura crítica em relação à criação de políticas públicas que garantam a efetivação dos direitos estabelecidos por lei, por outro, há que se cobrar também dos representantes do estado para que sejam penalizados judicialmente pela não efetivação destes direitos.

A despeito do que foi dito, destaca-se a matéria do dia 12/09/2017, com o título “Mãe de Isaac estava em Curitiba na busca por transplante”. A morte da criança foi decorrência, também, da negligência do Estado. Vale ressaltar que o jornal já havia lançado uma matéria no 27/08/2017 sobre a mesma criança.

MATÉRIA

TÍTULO E FONTE: Mãe de Isaac estava em Curitiba na busca por transplante – Jornal O Popular - 27/082017

Mãe de Isaac estava em Curitiba na busca por transplante

SÍNDROME RARA Criança de 1 ano e 9 meses morreu em Goiânia na madrugada de ontem, mesmo dia em que Aline tinha uma consulta marcada para tratar de cirurgia

Thales Dias
thales.dias@opopular.com.br

Isaac Lima de Sousa, de 1 ano e 9 meses, não resistiu à síndrome da Imunodeficiência Combinada Grave, da qual era portador, e faleceu na madrugada desta segunda-feira, antes que conseguisse a confirmação do transplante de medula que poderia salvar sua vida. A mãe, Aline Siqueira Lima, de 35 anos, havia descoberto recentemente a compatibilidade genética de 50% com o filho e estava em Curitiba (PR) na tentativa de conseguir uma vaga para o procedimento.

“O plano era salvarmos a vida do nosso filho, mas não deu certo, ele estava muito debilitado. Minha esposa está em esta-



Isaac ficou 70 dias na UTI do Hospital da Criança, mas situação se agravou

3.2.2. QUANDO A AUSÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SE CONVERTE EM CAMPANHA

A ausência de políticas públicas como destacado anteriormente, leva os familiares a procurarem por outras instâncias para que consigam atender as necessidades das crianças. Pode-se constatar no jornal um conjunto expressivo de matérias sobre campanhas que vão desde municipais à nacionais, sobre a necessidade de as crianças realizarem procedimentos na área da saúde. Pela ausência do poder público, as famílias recorrem ao apelo social.

Estas campanhas, desencadeiam algumas questões que precisam ser analisadas. Assim, este subtópico, discorre sobre: a) a criança e a dor como espetáculo social; b) a organização da sociedade civil para o atendimento de urgência, mas não a luta pela questão da saúde pública; c) o papel secundário do governo: em vez de construir políticas públicas, atendem às questões pontuais. Para estas análises, recorreremos inicialmente à matéria do dia 13/11/2017:

MATÉRIA

TÍTULO E FONTE: DEPOIS DA GRANDE MOBILIZAÇÃO, RUMO AO SONHO DE CAMINHAR – Jornal O Popular - 13/11/2017

Depois da grande mobilização, rumo ao sonho de caminhar

KAKÁ Ao lado da família, Carlos Eduardo Capuxo Maia embarca hoje para os Estados Unidos, onde será submetido à cirurgia rizotomia dorsal seletiva

Malu Longo
maria.longo@apopular.com.br

Hoje, quando entrar no avião para a primeira viagem Internacional, a família Capuxo Maia leva junto não apenas as bagagens, mas uma mistura de sentimentos. Alegria pelo sucesso da campanha Todos pelo Kaká, ansiedade pelo desconhecido, medo das baixas temperaturas e sobretudo gratidão a milhares de pessoas que se somaram aos esforços para que o caçula Carlos Eduardo (Kaká), 9 anos, realize a cirurgia que dá a ele 90% de possibilidade de caminhar. Agora, a rizotomia dorsal seletiva, um dispendioso procedimento cirúrgico que em março era somente um sonho para a família, está bem mais perto.

Kaká e os pais Luciano e Gabriela Capuxo e a irmã Maria Luíza embarcam às 10h15 rumo

a Guarulhos, em São Paulo, de onde seguem para a cidade de Saint Louis, no estado de Missouri, Estados Unidos, com escala em Dallas, no Texas. A angústia de chegar ao exterior e enfrentar um idioma diferente foi amenizada pelo contato de um grupo de brasileiros que vive em Saint Louis. Cerca de 15 famílias criaram um grupo num aplicativo de mensagens com o objetivo de dar suporte à família na chegada aos Estados Unidos. Eles serão recebidos no aeroporto por integrantes desse grupo. "Eles já avisaram que vão se revezar para nos receber para jantares e um deles nos enviou pelo correio um chip de operadora norte-americana de telefonia", conta, agradecido, o pai Luciano.

Kaká será submetido à cirurgia principal, na coluna espinhal, no dia 21 deste mês. À fren-

te da equipe de oito médicos está T.S. Park, um descendente de coreanos que já realizou o procedimento em mais de 3 mil crianças de todo o mundo, até mesmo de Golânia. O garoto terá que passar também por dois outros procedimentos, um ortopédico e outro para estender o tendão dos joelhos. A família permanece nos Estados Unidos durante 50 dias e quando retornar ao Brasil terá de enfrentar sessões diárias de fisioterapia durante quatro anos. Somente após este período o sucesso do tratamento no Saint Louis Children's Hospital será conferido.

A família, que deixa Golânia com temperatura média de 30 graus, ganhou algumas roupas para suportar o frio de 4 graus. Nas malas sem exagero, apenas uma exigência de Kaká: a pequena foca de pelúcia que o acompanha nas noites de sono.



Kaká segura passaporte com o visto para entrada nos Estados Unidos

Apoio à campanha Somos Todos Arthur

Antes do embarque, a família Capuxo Maia recebeu para uma longa conversa os pais de Arthur Sodré de Carvalho, garoto de 3 anos que também sofreu paralisia cerebral estática e hoje precisa de apoio de instrumentos para caminhar. Como Kaká, o garoto já tem cirurgia agendada no Saint Louis Children's Hospital para agosto de 2018, e também será submetido à rizotomia dorsal seletiva. Como tem menos idade do que Kaká, Arthur fará apenas um procedimento cirúrgico, por isso o gasto estimado é de R\$ 200 mil e não R\$ 280 mil como foi exigido no caso de Kaká.

Arthur, acompanhado dos pais Fábio e Letícia, também foi avaliado pelo médico T.S. Park em Campinas (SP) no início de novembro. Lá, conheceram Kaká e seus familiares. "Nós demos a eles várias dicas e doamos todos os cofrinhos da campanha de Kaká para que eles possam reunir mais dinheiro para a cirurgia", contou Gabriela, mãe de Kaká.

Arthur nasceu prematuro de seis meses e ficou outros três na UTI. A paralisia cerebral só foi descoberta quando ele tinha um ano. A campanha Somos Todos Arthur já está nas redes sociais.

Se por um lado as campanhas em favor das crianças geram uma mobilização social, por outro, também incorrem na exposição da criança e a dor como espetáculo. Isto pode ser explicitado quando se constatou nas análises das matérias retrataram lutas individuais de crianças e suas famílias em busca por atendimento. A exposição da vida das crianças segue no jornal como se acompanhássemos as cenas dos próximos capítulos: a vida, a dor, a alegria ou a

tragédia da criança circulou expostos nos jornais. Ao revelar a negligência do Estado, o jornal expõe vidas em condições desumanas.

Se por um lado essa atitude auxilia na denúncia pela efetivação dos direitos, por outro, ela viola a integridade física das crianças, bem como seu direito de imagem. Assim, um direito é negligenciado para que outro se efetive. Neste sentido, o jornal e as mídias na sociedade se apropriam da imagem, da dor e do sofrimento dos sujeitos, como forma de ganhar audiência, repercussão social. Ou seja, nelas, nem sempre o que as movem é de fato o comprometimento com a informação e a atuação social frente as questões e lutas dos direitos, nem tão pouco a causa a qual se destina ajudar. Por vezes, o que movem as mídias são os retornos desta causa.

Acredita-se, assim, que não são todas as crianças que ganham o destaque nas mídias para que seus direitos sejam garantidos. São selecionados casos que tenham aspectos causadores de impacto social, e atraiam audiência.

Da mesma forma, a leitura das matérias mostrou a organização da sociedade civil para o atendimento de urgência, mas não a luta pela questão da saúde pública. A sociedade se mobiliza a atender apenas as necessidades pontuais e de urgência de crianças individuais expostas pelas mídias. A sociedade precisa, além de ajudar as crianças na garantia do direito à vida, se mobilizarem e cobrarem a atuação do Estado.

Assim, toma-se a matéria do dia 17/10/2017 e 19/10/2019, a fim de retratar esse quadro:

MATÉRIAS

TÍTULO E FONTE: CAMPANHA POR KAKÁ CONTINUA – Jornal O Popular - 17/10/2017

14 / O POPULAR GOIÂNIA, terça-feira, 17 de outubro de 2017



Claudio Reis

Dupla comemoração: ao lado da mãe, Gabriela Capucho, Kaká celebra o Dia da Criança e a arrecadação dos R\$ 280 mil necessários para a realização da cirurgia nos Estados Unidos

Campanha por Kaká continua

SOLIDARIEDADE Família conseguiu os R\$ 280 mil necessários para pagar a cirurgia nos EUA, mas no montante não estão previstos outros R\$ 60 mil para custear passagens e estadia no exterior

Malu Longo
malu.longo@opopular.com.br

Desde março a família Mala Capucho vive uma grande corrida contra o tempo. Ao lançar a campanha Todos pelo Kaka para arrecadar R\$ 280 mil necessários à cirurgia do filho Carlos Eduardo, de 9 anos, nos Estados Unidos, o gerente comercial Luciano Mala tinha acabado de ouvir do hospital especializado em rizotomia dorsal seletiva que, se o procedimento demorasse mais alguns meses a chance do garoto caminhar cairia para 30% ao invés dos 93% previstos anteriormente. No sábado, o valor destinado à cirurgia estava na conta, mas no montante não estão previstos outros R\$ 60 mil para passagens e estadia da família lá fora.

“A nossa prioridade inicial era a cirurgia. Como a cifra total é muito alta, tive medo de colocar tudo”, explicou Luciano Mala ao POPULAR. A família está visivelmente cansada. São sete meses numa intensa maratona em busca de recursos para garantir o procedimento que pode dar autonomia de mobilidade para Kaká que sofreu Paralisia Cerebral Espástica ao nascer. Mais de dois anos depois do primeiro contato com o hospital de Saint Louis, no Missouri, veio a confirmação de que o garoto foi aceito entre os futuros pacientes, mas como ele já se encontra num grupo etário avançado pa-

ra o tipo de procedimento, era necessário agilizar. O trabalho começou na internet e tem se estendido por eventos diversos, uma média de seis por dia, em Goiânia e outras cidades.

Ontem, junto com os pais, Kaká teve alguns momentos de lazer na nova clínica da primeira fisioterapeuta que o atendeu, Cintya Lousa. Aproveitou a piscina ao lado de outras crianças em comemoração ao seu dia e soube da notícia de que duas mães estão à frente de rifas para arrecadar recursos para a viagem. “Quando eu voltar dos Estados Unidos quero jogar futebol, mas também ajudar muita gente”, disse o garoto que hoje usa um andador para preservar um mínimo de sua musculação. Luciano Mala e Gabriela Capucho confirmaram que esta será a prioridade futura da família. “Queremos ficar por conta para ajudar o próximo. Será a nossa retribuição”, comentou o pai.

VISTO

Hoje e amanhã a família estará em Brasília com toda a documentação enviada pelo Saint Louis Children's Hospital para apresentar à Embaixada Americana. Nenhum deles deixou o Brasil um dia, por isso é grande a expectativa. “Nós nos apoiamos, precisamos estar juntos nesta viagem e ainda não temos certeza se vamos conseguir os vistos”, contou Luciano, que está casado com Gabriela há 13

“

Quando eu voltar dos Estados Unidos quero jogar futebol, mas também ajudar muita gente”

Carlos Eduardo, o Kaká, sobre a expectativa de fazer cirurgia no exterior

anos. Desde o início da campanha o casal decidiu colocar no topo das prioridades a arrecadação do valor destinado à cirurgia. Somente agora eles começam a perceber uma série de deficiências ainda pendentes. “Estou muito preocupada com o clima. Somente agora a ficha está caindo de que não temos roupas para enfrentar o inverno no Missouri”, afirma Gabriela.

Kaká está animado com a possibilidade de ver neve pela primeira vez e já questionou a mãe se Papai Noel vai passar pela moradia temporária, já que o Natal será nos Estados Unidos. Vencendo o obstáculo da concessão de vistos, a família pretende embarcar rumo a Saint Louis no dia 13 de novembro. A cirurgia está marcada para o dia 21. “A ansiedade é muito grande. Nossa vida virou de cabeça para baixo e mal tivemos tempo para pensar

em como será lá. Nunca saímos do Brasil”, diz Luciano.

Nos últimos meses o casal se debruçou em cifras para descobrir como sobreviver durante a campanha, como pagar a cirurgia e como chegar e se manter nos EUA. Luciano, gerente comercial de uma empresa, se viu obrigado a se afastar do trabalho para priorizar o tratamento do filho. “Era a nossa única chance”, justifica. Somente quando voltarmos vou pensar no que fazer.

IDIOMA

O Saint Louis Children's Hospital oferece um tradutor, cujo custo já está incluso no valor repassado à família. Mas, para Luciano e Gabriela, a primogênita Maria Luíza, de 11 anos, será a grande parceira para enfrentar as pequenas coisas do cotidiano. A menina tem uma boa noção da língua inglesa e tem estudado ainda mais para este momento. Kaká contou que a irmã tem sido sua professora nos últimos dias. “Ela está me ajudando a entender melhor o Inglês.”

O garoto tem explorado a internet para conhecer melhor o lugar onde vai viver pelo menos 45 dias a partir de meados de novembro. Ele já descobriu que Saint Louis, às margens do Rio Mississippi, possui como cartão postal o Gateway Arch, um arco de 65 metros de altura que simboliza a entrada para o meio oeste norte-americano.

Encontro com o médico no Brasil

Antes de embarcar para os Estados Unidos, Kaká e os pais vão encontrar no Brasil o médico que avançou no estudo da técnica que tem proporcionado a milhares de crianças o direito de caminhar. T. S. Park, de origem coreana, estará em Campinas (SP) no dia 3 de novembro. “Não vejo a hora deste encontro. Sinto vontade de pegar nele para sentir que ele existe”, brinca a mãe, Gabriela Capucho. T. S. Park é um respeitado neurocirurgião nos Estados Unidos. Ele aprimorou a técnica da rizotomia dorsal seletiva, desenvolvida nos anos 1980. O procedimento envolve o corte de nervos sensoriais no fundo da coluna vertebral para aliviar a rigidez causada pela paralisia cerebral. O médico desenvolveu uma técnica menos invasiva, trazendo menos complicações a longo prazo.

O neurocirurgião já atendeu mais de 3 mil crianças e estará no Brasil para verificar como vem reagindo alguns de seus pacientes. Kaká está entre os futuros pacientes brasileiros que ele pediu para conhecer pessoalmente antes da entrada no hospital onde realiza a cirurgia nos Estados Unidos.

MATÉRIA
TÍTULO E FONTE: GOVERNO DOA PASSAGENS AÉREAS E ESTADIA – JORNAL O POPULAR – 19/10/2017
<p>TODOSPELO KAKÁ</p> <p>Governo doa passagens aéreas e estadia</p> <p>O menino Carlos Eduardo Capucho Maia, o Kaká, de 9 anos, ganhou do governo do Estado as passagens aéreas e a estadia para a cirurgia nos Estados Unidos. A campanha <i>Todos pelo Kaká</i> conseguiu arrecadar R\$ 280 mil para custear o procedimento, mas a estadia no Saint Louis Children's Hospital, especializado em rizotomia dorsal seletiva, em Missouri, local onde será feita a cirurgia, e as passagens ainda não tinham sido adquiridas. O procedimento pode dar autonomia de mobilidade para Kaká, que sofreu Paralisia Cerebral Espástica ao nascer.</p>

Na ação da sociedade civil para o atendimento das campanhas em torno da saúde das crianças, encontra-se o oposto que se traduz no papel secundário do governo: em vez de construir políticas públicas, atende às questões pontuais. Este aspecto foi encontrado nos dados a partir da constatação de que, após a exposição do caso clínico das crianças na mídia, o Estado ainda se mobilizou para ajudar nos procedimentos aos quais estas crianças precisavam realizar. Ao protagonizar seu papel de coadjuvante, o Estado atuou como forma a mascarar a negligência inicial que ele mesmo gerou. A ajuda pontual é a expressão dessa ação governamental em que maior do que as Políticas Públicas estão as ações e programas sociais/emergenciais que regulam o direito à ideia de concessão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo deste tema é de suma importância, uma vez que abarca em si uma temática cara e imprescindível para a sociedade. Sabe-se que o tema da criança/infância tem sido bastante discutido na atualidade. Todavia, este tema, tratado no campo da análise dos meios de comunicação, poucas vezes sinalizam opiniões públicas que, a depender da forma como são veiculadas, poderiam contribuir para a reflexão do tema. Assim, este estudo reafirma o lugar de sua importância na ausência da temática nos estudos das crianças. As reflexões que encerram este trabalho tratam de reconhecer a criança como sujeito da sociedade que, ao mesmo tempo, a constitui e é por ela constituída. Por se tratar de um veículo de comunicação de massa, este estudo buscou entender aquilo que foi produzido sobre as crianças e desvelar as formas com as quais este instrumento social pode, além de auxiliar na formação da opinião pública, também ocultar ou contribuir na luta pelas causas das crianças.

Este estudo contribuiu ainda para o campo da formação acadêmica da pesquisadora uma vez que ampliou os conhecimentos sobre as teorias que discutem a constituição da criança/infância, as políticas públicas que envolvem os contextos desses sujeitos na sociedade e a violação de seus direitos. Ao tratar do tema, foi possível aguçar o olhar investigativo sobre a importância da pesquisa de temas no campo da criança/infância.

No que se refere à formação profissional, esta pesquisa agregou novos conhecimentos científicos que auxiliaram para ajudar a repensar a *práxis* profissional no sentido de reconhecer, acolher, garantir e promover os direitos sociais das crianças e adolescentes na área da educação. Outro campo em que esta pesquisa contribuiu significativamente foi o da pesquisa científica e social. Ao lidar com o rigor dos métodos e metodologias de estudo contribuiu para ampliar os conhecimentos acerca da temática em questão e suas contribuições para os profissionais do campo da educação, bem como para a sociedade como um todo. Isso permitiu mostrar a forma com a criança e a infância ganham visibilidade e invisibilidade no jornal. Para o estado do conhecimento, este estudo amplia o debate científico.

No campo pessoal, esta pesquisa contribuiu no campo da formação humana. A partir deste estudo, foi possível reconhecer a criança como um sujeito construído e marcado pela história, pelo reconhecimento deste sujeito, nas

contradições e na luta por direitos sociais, principalmente pela garantia dos mesmos. Deste modo, a pesquisa permitiu construir novo olhar sobre a criança/infância.

Além do mais, esta pesquisa procurou destacar os limites e possibilidades de atuação do jornal na construção da opinião pública. Da mesma forma em que o jornal passou a ser visto a partir de uma perspectiva crítica após a pesquisa, outrossim, no campo pessoal, suscitou na pesquisadora o desejo por novas formas de atuar socialmente como pesquisadora e educadora.

Durante o processo constitutivo deste estudo foram encontrados alguns desafios e dificuldades. Considera-se que um grande desafio, se não o maior deles, se deu inicialmente com a compreensão do tema em estudo. O projeto inicial da dissertação versava sobre o desejo de estudo sobre o preconceito na escola. Esperava-se realizar um estudo que trouxesse os debates sobre a relação violência e preconceitos. Esta motivação inicial se deu pelo lugar social que a pesquisadora ocupou durante a vida profissional, social e pessoal. Assim, inicialmente buscava-se ver aspectos desta violência cometida contra crianças e adolescentes. Aquilo que foi motivo de inquietação, também serviu de motivação para a construção deste estudo. Buscava-se, inicialmente, identificar as relações de poder, de racismo e violência cometidos contra crianças e adolescentes dentro do ambiente escolar. Dado isso, surgiu a necessidade de reconhecer que a escola nem sempre era a grande geradora dessas violências, e sim, que elas chegavam até lá por intermédio de um processo muito maior. A escola acaba por reproduzir o pensamento social, ou seja, por vezes, os processos de racismo, violência e preconceito. Assim, foi proposto que buscássemos estes aspectos em um veículo de comunicação. Todavia, o recorte do estudo em um meio de comunicação (jornal), bem como a mudança de foco da violência na escola para a violação de direitos da criança/infância, alterou, de certo modo, a busca e a forma como o estudo se daria. Ou seja, desejava-se encontrar aspectos do racismo e preconceito no jornal, contudo, encontrou-se outras mediações para tratar do tema: violência, ausência de políticas públicas na educação e na saúde.

Outras dificuldades encontradas durante este estudo se deram na coleta de dados, no tratamento e aprofundamento dos dados encontrados. Inicialmente, a coleta de dados exigiu o domínio de ferramentas tecnológicas que a pesquisadora não tinha domínio. As coletas de dados, tanto do levantamento de dados bibliográficos, quanto da pesquisa por matérias jornalísticas sobre criança/infância

nos jornais, foram realizadas na Internet. Recortar uma matéria virtualmente, ou lidar com dados catalográficos na internet, exigiu uma destreza que foi adquirida aos poucos por intermédio do aprender, arriscar e fazer.

Tratar de compreender dialeticamente os dados da pesquisa exigiu aprofundamento teórico e novas posturas da pesquisadora. Ou seja, foi preciso movimentos de abstração para sair do óbvio e do exposto/explicito para identificar as relações ocultas, imateriais e suas contradições sociais e históricas. Todavia, estes desafios e dificuldades foram enfrentados e os achados deste estudo aqui se encontram.

Assim, mesmo enfrentando os desafios expostos, perquiriu-se alcançar o objetivo principal deste estudo: compreender as concepções de criança e infância e as questões que as envolvem, principalmente a (in)visibilidade nos espaços sociais e como são vistas e tratadas pelas publicações jornalísticas de Goiânia do Jornal O Popular. Deste modo, era necessário investigar por meio de uma perspectiva histórico cultural os motivos que contribuem para a (in)visibilidade da criança, e estudar os avanços legais, políticos e sociais da criança na sociedade brasileira.

Assim, os achados deste estudo responderam à problemática do estudo: como as crianças são retratadas nas matérias do maior jornal da cidade de Goiânia? Sob quais aspectos se dão as concepções de infância/criança? O que velam, desvelam ou ocultam estas publicações?

Neste sentido, os dados desta pesquisa podem ser retratados sob três (3) aspectos: I) considerações do modo como a criança/infância tem sido vista na história; II) marcas da visibilidade da criança; III) marcas da invisibilidade da criança. Deste modo, o primeiro destaque refere-se aos aspectos significativos sobre como a criança foi vista durante a história, como essa história marca a luta por direitos e por novos olhares sobre as crianças. O segundo destaque se refere aos aspectos aparentes que o jornal traz sobre a forma como a criança e a infância é retratada. Já o terceiro versa sobre os achados acerca dos dados de como a criança/infância vem sendo tratado na invisibilidade. Ou seja, naquilo que é ocultado, negado, velado no jornal. São aspectos que não se apresentam aparentemente, mas são obtidos por meio de uma abstração do aparente e da contradição do exposto.

Em relação ao lugar social da infância na história, os estudos reafirmaram que a criança foi, e ainda é marcada por processos de exclusão e a-sujeitamento. Por constituir-se histórica, a temática da criança/infância mostrou rupturas e

continuidades nas formas de violação de direitos. Por séculos a criança foi tratada pela negatividade, pelo não lugar. Ora a sua condição de sujeito era negada, ora demarcada pela proteção jurídica e legal. O mesmo pôde ser apreendido nas matérias jornalísticas. Ao retratar temas que envolvem as crianças, o jornal deixou de falar da criança em si. Falou sobre a criança. Não as ouviu. Não lhes deu o direito de voz. Sob a ótica das crianças, quase nada foi visto nas matérias. Assim como na história, mais uma vez retratou-se uma criança/infância pela ótica da violência e da negação.

Sobre as Marcas da Visibilidade

Os dados da pesquisa dispõem sobre a forma em que visivelmente o jornal trata do tema criança/infância em suas matérias. São aspectos possíveis de serem apreendidos sem um amplo nível de abstração e distanciamento do exposto. Inicialmente, ainda no processo de seleção das matérias a serem analisadas e aprofundadas teoricamente, constatou-se um alto número de matérias que tinha em seu enunciado a palavra “criança”, mas que ao ler as matérias, tratavam-se na verdade de adolescentes. Isso revela uma primeira análise dos resultados. A sociedade ainda carrega certa dificuldade em compreender os tempos sociais da vida. Ora as crianças são vistas como adolescentes, e vice-versa, como que se falasse de um, conseqüentemente se falasse do outro.

Se tomarmos a discussão destes conceitos ao longo da história, constataremos que não se trata de um erro na escrita ou na falta de compreensão dos jornalistas, uma vez que a legislação brasileira considera “criança [...] a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, Art. 2º, ECA, 1990). Em muitas matérias, o conceito, além de usado de acordo com a referência acima supracitada, também era utilizada com o teor apelativo para chamar a atenção do leitor.

Se por um lado essas matérias necessitaram ser retiradas da pesquisa, uma vez que ela se detinha em discutir sobre crianças, por outro, ao analisar mais detidamente outras matérias, percebeu-se que a palavra criança muitas vezes era utilizada apenas para chamar a atenção do leitor. O corpo da matéria pouco falava e apresentava sobre a criança/infância. O que se evidenciavam eram os fatos e

ocorridos, ou sobre o agressor, o violentador, o violador, mais do que a criança em si. Tratavam, portanto, da criança como matéria de massa.

Acredita-se que se trate de uma manobra no uso da terminologia criança, pois as mesmas são condicionadas e consideradas no meio jornalístico como um atrativo para vender o seu produto. A criança continua sendo objeto de consumo pela mídia e não importa o contexto que ela está inserida. Sente-se que as pessoas ficam mais envolvidas quando há uma criança como principal produto do meio, do que quando se trata de um adolescente. Acredita-se que uma visão de criança frágil e desamparada disseminada socialmente e utilizada pelo jornal, ganha notoriedade.

Assim, constata-se que o uso da imagem ou da palavra “criança” foi utilizado apenas como forma de chamar a atenção do público leitor. A criança foi tratada no jornal como produto, como objeto de consumo. A isso se acrescenta a forma em que suas necessidades básicas são abordadas, relatadas e observadas.

No plano social, percebeu-se que na maioria dos casos a imagem que ganha centralidade, destaque e olhares, tanto no jornal, como na sociedade, são as crianças sofridas, abandonadas, violentadas, abusadas, as crianças que têm seus direitos negados, que são carentes economicamente e afetivamente. Essas imagens pouco contribuem para uma tomada de decisão pelas autoridades competentes para a construção de políticas públicas que reafirmem a criança como um sujeito de direitos, como um ser social que, por direito, deve ter seus próprios direitos respeitados, efetivados e garantidos. Quanto a isso, o jornal pouco nos contribui a pensar.

O que os dados da pesquisa evidenciam é uma imagem de criança marcada pela ausência: pela falta, pelo desamparo, pela dor (...). Ao tratar do tema da criança/infância como forma de ganhar espaço e notoriedade, o Jornal, na maioria das vezes, também apresenta a temática pela ausência. Neste sentido, no que tange à visibilidade da criança/infância no jornal, sua descrição se dá pela ausência, pelo desamparo, pela dor, pelo não cumprimento dos direitos.

Não há matérias que apresentem as crianças como um ser social, pela positividade, pelo respeito, pela empatia, pelo tempo de vida. Pelo contrário, verificou-se que existe uma criança sofrida, desamparada e que aparece como forma de comoção social, uma vez que seus direitos e valores foram suprimidos em detrimento de uma sociedade imediatista que não vê a criança em sua essência e particularidade.

Amparado pela ausência, o Jornal pouco contribui para o empoderamento do tema. Sua tentativa de dar visibilidade à questão, ainda que de forma restrita, poderia avançar para se compreender a criança/infância com outro olhar para além deste que está posto.

Outro aspecto considerado a partir dos dados é a imagem de uma criança tomada pelos problemas da cidade. O que se vê no Jornal é uma criança sendo afetada pelos problemas sociais e, acima de tudo, uma criança da cidade, ou seja, dos grandes centros urbanos. Sendo assim, esta pesquisa contribuiu para mostrar as principais dificuldades e violências hoje enfrentadas pelas crianças nos centros urbanos: crimes com armas de fogo; violência sexual, doméstica e urbana.

A leitura das matérias permite identificar que é necessário repensar quem é a criança nos centros urbanos, bem como investir em programas de formação social e na criação de políticas públicas para a formação de uma sociedade que respeite e proteja suas crianças. Isso implica em uma criança vista como sujeito das cidades e não como alvo de seus problemas.

Se por um lado a criança é vista como problema da cidade, por outro, os dados permitiram apreender uma criança marcada pelos conflitos adulto-cêntricos. O Jornal nos permite ver que a criança é tida como objeto de disputa familiar. No intuito de resolver os conflitos familiares, as crianças, na maioria dos casos apresentados no estudo, são tidas como alvo de disputas em relação aos conflitos. Todavia, o que o Jornal nos mostra nessa informação é apenas aquilo que está visível, velando o que esta situação acarreta na vida das crianças.

O Jornal não contribui para pensar sobre a forma como tratamos as crianças no mundo dos adultos. Ele mostra uma criança vulnerável perante os problemas gerados pelos adultos e com a convivência das pessoas (pais, familiares, amigos próximos). Estes deveriam acolhê-las e protegê-las. Todavia, o jornal nos mostra também que estes são os principais acusados por crimes cometidos contra crianças e adolescentes.

O mesmo pôde ser constatado a partir da imagem de uma criança exposta como objeto sexual. Uma grande quantidade de matérias selecionadas e analisadas demonstram situações de violência/abuso sexual contra crianças. Constatou-se que a criança aparece em diversas situações como objeto sexual e/ou como mercadoria de troca, onde os abusadores são, na maioria dos casos, pessoas da família ou próximos das mesmas. Neste sentido, quem deveria acolher, cuidar, amparar,

promover e garantir seus direitos, se tornam seus algozes. É estarrecedor o volume de matérias neste sentido, bem como seus conteúdos. Os dados da pesquisa revelam o grau de vulnerabilidade, crueldade por parte dos autores de violência e, acima de tudo, da negligência da justiça na condição de proteger a criança/infância.

O que esta pesquisa demonstrou em seus dados foi também uma criança vulnerável aos contextos de violência. A condição e/ou estado de vulnerabilidade das crianças em contextos de violência (seja ela no adulto-centrismo, nos meios urbanos, ou sexuais), foi evidenciada nas matérias do jornal que demonstram que a criança se encontra em uma posição social cujas influências recaem sobre elas e refletem na incapacidade das cidades em cuidar do desenvolvimento físico e social das crianças. Neste sentido, o Jornal nos mostra dados relevantes sobre a vulnerabilidade da criança, mas não desenvolve nenhum tipo de trabalho para a formação de uma sociedade que reconheça as necessidades das crianças, bem como os impactos que os maus tratos acarretam na vida das mesmas.

Vale destacar, ainda, a ausência de políticas públicas no campo da criança/infância. Os dados encontrados na pesquisa, a despeito de revelarem a ausência de políticas públicas para criança/infância, pouco contribuíram para reafirmar a necessidade de levar até o leitor informações e dados que pudessem auxiliar e orientá-lo sobre as razões e o porquê da falta de políticas públicas na saúde, educação, dentre outras, a fim de contribuir para construção de uma consciência crítica para o cumprimento de tais políticas.

As crianças precisam de um olhar atento, inclusive pelo Estado de direito. A não efetivação de seus direitos tem deixado as crianças a mercê de uma sociedade que se mostra cada vez mais cruel no tocante ao reconhecimento da criança como um sujeito histórico e de direito. Isso implica considerar que os dados evidenciaram ainda a imagem de uma criança pela negação dos direitos, principalmente proteção e provisão. É preciso considerar a discussão sobre os direitos das crianças.

Partindo do princípio que todas as crianças têm o seu direito de proteção, provisão e participação, o Jornal reporta esses direitos sem levar em consideração o que eles correspondem e como devem ser tratados e aplicados para o bem-estar da criança em sua plenitude.

Desta forma, de modo geral e de forma visível, o Jornal nos apresenta uma criança onde sua força e sua visibilidade no mundo jornalístico se pauta pela ausência dos direitos. Todavia, as matérias não nos mostram que as crianças têm

esses direitos, tão pouco fala sobre a existência e a falta dele. São matérias jornalísticas com foco subliminar, sem contudo aprofundar criticamente esses contextos.

Sobre as Marcas da Invisibilidade

Se por um lado essa pesquisa nos possibilitou apreender nos dados aquilo que foi explicitado no campo da visibilidade da criança, por outro, também nos oportunizou aquilo sobre como a criança/infância vem sendo tratada no campo da invisibilidade. Tratar-se-á aqui, a partir de agora, dos aspectos que os dados nos mostram de forma oculta/velada. Estes aspectos não podem ser encontrados sem um distanciamento daquilo que é aparente no tema.

O primeiro aspecto da invisibilidade pôde ser apreendido na ausência de discussões que revelassem uma criança e infância de classe. As matérias não falam das condições/contradições concretas que geram a pobreza e miséria na/da infância. Ao tratar de um conceito de criança/infância de forma genérica, o Jornal cria um padrão universal no que se refere às crianças que são noticiadas. Ele padroniza a criança como se todas fossem iguais e sem levar em conta o seu perfil social e econômico.

Ressalta-se aqui que não há um conceito universal de criança/infância. Este conceito precisa levar em consideração as condições históricas, sociais e econômicas. Todavia, na maioria dos dados, a criança que é retratada é aquela marcada pelo viés da violência, da pobreza, da miséria. Há uma ideia homogeneizada de infância pobre sem, contudo, falar das causas da pobreza. Isso é gerado pela condição econômica que ela apresenta na sociedade. Não há um entendimento sobre quais condições em que essa criança está inserida na sociedade e como combater esse estado de segregação da vida infantil na sociedade.

Ao abstrair a criança real, esta se converte em “objeto de matéria” e não como “sujeito de matéria”. Ao proceder assim, ele se apropria da imagem da criança como destaque do noticiário. Todavia, muito pouco apresenta sobre as condições e os sujeitos infantis: físico, psicológico, econômico, social, moral, entre outros.

Outrossim, não foi possível identificar nos dados uma discussão que favorecesse a construção de uma imagem de criança e infância e sua condição

ético-racial e de gênero. Sem essa condição não foi possível encontrar nas matérias processos de construção e/do empoderamento das crianças, no que diz respeito à construção de suas identidades.

Do mesmo modo que o Jornal padroniza o conceito de criança/infância, também o faz com a questão de gênero. Nele não foi possível encontrar nenhum conteúdo em que as identidades infantis fossem reafirmadas. Não há, na fala do Jornal, nenhuma discussão a respeito da construção da identidade da criança seja de gênero, ideologia ou crença. Ainda que esta pesquisa tenha tentado mapear a identidade étnico-racial e de classe, as matérias não permitiram visualizar mais do que uma criança abstrata em que essas questões não faziam diferença para o conteúdo jornalístico.

Outro aspecto a ser ressaltado diz respeito à invisibilidade do tema da cultura da/na infância. Assim, os dados da pesquisa não permitiram apreender uma criança e infância como produtores de cultura. O Jornal não afirma uma cultura para a criança/infância. A cultura é um dos temas pouco recorrentes e, nos poucos casos encontrados, é tratada pelo viés da comercialização do entretenimento.

Na contramão do exposto acima, defende-se aqui que a cultura é uma produção humana e social. Todavia, o Jornal não mostra a cultura como processo de conscientização. Ele apenas retrata alguns fatos que geram e despertam cultura como, por exemplo, apresentação de teatro, balé, cantos e orquestras, (...), promovidas pelas instituições que se interessam pela cultura.

Caminhos para Novas Pesquisas

Se tomarmos como ponto de partida que a produção do conhecimento no campo dos estudos da criança/infância ainda está em processo de construção histórica, há que se considerar que a luta pelos direitos das crianças precisa de novas pesquisas a fim de contribuir para o aprofundamento e aperfeiçoamento do tema em questão. Esse percurso da pesquisa científica implica avançar no processo de valorização da criança, mais ainda, de suas condições concretas de vida e conquista de direitos. O caminho é longo e significa desvelamento da realidade social na qual se encontram as crianças.

Ainda que esta pesquisa traga críticas ao formato como o Jornal expõe/divulga/produz imagens sobre a infância, há que se considerar seus limites

como um veículo de comunicação de massa. Não há como negar as contribuições que o jornal pode trazer ao campo ao focar o tema da criança. Todavia, é necessário construir uma agenda positiva da criança/infância no sentido de poder contar com este recurso na luta e defesa das mesmas. Isso envolve a necessidade de explorar novas agendas das colunas de opiniões que tratam de opiniões críticas. Quando o jornal se propõe a expor apenas a opinião de um dos seus leitores, pode-se incorrer no risco de um posicionamento que não possibilita o avanço do debate. O que foi encontrado nos dados permite esta afirmativa. Isso significa considerar também a participação dos estudiosos do tema participarem desde a formulação das matérias do jornal, até emitirem sua opinião sobre as matérias publicadas.

Da mesma forma, novos temas e novas pesquisas podem ser produzidas a partir dos dados levantados nesta pesquisa: a questão da ausência das discussões sobre identidade (gênero e étnico-raciais); a questão do direito de participação; o papel dos organismos de defesa e proteção da infância; a construção de imagens e/ou representações sociais sobre criança/infância; a cultura infantil e as mídias; o papel do Estado e as políticas públicas em defesa das crianças; a questão da violência e a infância; infância e cidades; infâncias em outros contextos sociais (rural/ribeirinha/cigana/quilombola/indígena), dentre outros.

Diante disso, concluímos que o Jornal em seu formato diário é um recurso que devemos utilizá-lo a nosso dispor, a fim de termos informações que contribuam para a formação de um senso crítico e usá-lo como recurso para formar opiniões, divulgar e ser um veículo de comunicação que possa estar engajado na luta e defesa dos direitos da criança/infância como um todo. Isso implica transformar a simples matéria veiculada em conhecimento e consciência crítica. A defesa pelos direitos da criança/infância não pode abrir mão dos meios de comunicação como estratégia de luta. Todavia, é necessário ir além da informação aparente. É imprescindível redobrado esforço de dar visibilidade ao invisível, ou seja, às crianças/infâncias e suas condições reais de vida.

REFERÊNCIAS

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). **Atlas da Violência 2018**.

ABRAMOVAY, M. & RUA, M. G.. **Desafio e alternativas: violência nas escolas**. Brasília: UNESCO/UNDP, 2003.

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. Direitos da criança: da tutela e proteção à cidadania e educação. in: **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

ANJOS, Hildete Pereira dos. **O espelho em cacos: análise dos discursos imbricados na questão da inclusão**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2006.

ARENDT, Hannah. A crise na educação. In: Arendt, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1997. p.221-247

ARIÈS, PHILIPPE. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. Reflexões sobre políticas públicas e o PNE. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 4, n. 6, p. 27-35, jan./jun. 2010.

BARDIN, L. (2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.

BARROCO, Maria Lúcia. (org.) **O que é preconceito?** Conselho Federal do Serviço Social – CFESS, Brasília, DF, 2016.

BARROS, Paulo César; CARVALHO, João Eloir; PEREIRA, Maria Beatriz Ferreira Leite. Um estudo sobre o bullying no contexto escolar. In: **IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**. PUC Paraná, 2009.

BARROSO, J. **Factores organizacionais da exclusão escolar: a inclusão exclusiva**. In: RODRIGUES, D. (Org.). *Perspectivas sobre a inclusão: da educação à sociedade*. Porto: Editora Porto, 2003, p. 25-36.

BENJAMIN, W. **Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação**. Summus, São Paulo, 1986.

BORGES, E.; MEDEIROS, C. A.; D'ADESKY, J. **Racismo, preconceito e intolerância**. São Paulo: Atual, 2002.

BOSI, A. **Ideologia e contra ideologia: temas e variações**. Companhia das letras, São Paulo, 2010.

BRANDÃO, Z.; BAETA, A. M. B.; ROCHA, A. D. C. Evasão e repetência no Brasil: a escola em questão. 2. ed. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil** – (DCNEI), 2009.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB – 9.394/ de 1996** – DISPONIVEL EM: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos. **Violência Contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas** / Elaboração de Márcia Teresinha Moreschi – Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 377p.

BRASIL. 1988. DISPONIVEL EM: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federal do Brasil CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**.. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 13/06/2019.

BOARINI, M. L. (Org.). **Higiene Mental: Ideias que atravessaram o século XX**. Maringá: EDUEM, 2012.

CANDAU, Vera Maria, LUCINDA, Maria da Consolação, NASCIMENTO, Maria das Graças. **Escola e violência**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

CERQUEIRA, Daniel. (Org.) **Atlas da Violência 2018**. Ipea e FBSP : Rio de Janeiro, 2018

CHARLOT, Bernard. **A Mistificação Pedagógica**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1979.

CHARLOT, Bernard. **A Mistificação Pedagógica**: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. Trad. Maria José do Amaral Ferreira. Ed. Revista e ampliada. São Paulo : Cortez, 2013.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. Editora brasiliense. Coleção primeiros passos, 2ª.ed. São Paulo, 2008.

CHAUÍ, M. Senso comum e transparência. In: J.Lerner (Org.), **O preconceito**. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. **Perspectivas antropológicas da mulher**, Rio de Janeiro, n. 4, 1985, p. 23-62.

COÊLHO, I.M.; GUIMARÃES, G. **Educação, escola e formação**. Inter-Ação, Goiânia, v. 37, n. 2, p. 323-339, jul./dez. 2012

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; SILVA, Carlos Aldemir Farias da. Preconceito, discriminação e sociabilidades na escola. In: **Educare et Educare Revista de Educação**. vol. 10 n. 20, jul/dez, 2015. p. 687-705.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar: orientações para criação e funcionamento / Secretaria Especial dos Direitos Humanos. – Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, 2007.

CORSARO, W. **The sociology of childhood**. Califórnia: Pine Forge, 1997.

DALLARI, D. Policiais, juízes e igualdade de direitos. In: J.Lerner (Org.), **O preconceito**. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997.

DEL PRIORE, Mary. **História das Crianças no Brasil**. Contexto, São Paulo, 2016.

FANTE, C. **Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. Campinas, SP: Editora Verus, 2005.

FERNANDES, Natália. **Infância, Direitos e Participação: representações, práticas e poderes**. Braga: Edições Afrontamento, 2009.

FRANCO, Maria Laura. P.B. **Análise do Conteúdo**. Brasília, 2ª ed: Liber Livro Editora, 2005.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. - Brasília, 2ª edição : Liber Livro Editora, 2007.

FÜLLGRAF, Jodete Bayer Gomes. **A infância de papel e o papel da infância**. Florianópolis/SC - 2001 [Dissertação de Mestrado]- Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC.

FURTADO, Rita Márcia Magalhães. **O sentido da escola no contexto educacional contemporâneo**. VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”. Eixo temático 2: Educação, sociedade e práticas educativas. 2012. São Cristovão – SE/Brasil. Disponível em: http://educonse.com.br/2012/eixo_02/PDF/106.pdf . Acesso em: 12/06/2017.
Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: da Idade Média á época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HUZAK, Iolanda; AZEVEDO, Jô. **Crianças de fibra**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

JORGE, Thais de Mendonça. **Manual do foca: guia de sobrevivência para jornalistas**. São Paulo: Contexto, 2008.

JORNAL O POPULAR. 18/08/2017 – **atenção desde a primeira infância**.

KORCZAK, Janusz. **Quando eu voltar a ser criança**. São Paulo: Summus, 1981.

KUHLMANN JUNIOR, M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LAGE, Nilson. **A MATÉRIA: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística** / Nilson Lage. 7ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2008.

LAGE, Nilson. **Linguagem Jornalística** / Nilson Lage, 8º Ed., Ática: São Paulo, 2006.

LEFORT, Claude (1974). “Esboço de uma gênese da ideologia nas sociedades modernas”, In Claude Lefort, **As formas da história: ensaios de antropologia política**, São Paulo: Brasiliense, 1979.

LEVIN, Esteban. **A infância em cena – Constituição do sujeito e desenvolvimento psicomotor**. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas**. Educar, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001. Editora da UFPR.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A lenta construção dos direitos da criança brasileira Século XX**. Revista USP. São Paulo. (37): 46 - 57, Março / Maio 1998.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARX, Karl.; Friedrich Engels. **Ideologia Alemã**: [introdução de Jacob Gorender; Trad. Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo : Martins Fontes, 1998. – (Clássicos)

MENDONÇA, M. H. M., 2000. **Crianças e Adolescentes Pobres de Direitos**. A Trajetória da Política Social Dirigida à Infância e Adolescência no Brasil Republicano. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

MESSINA, G. Estudio sobre el estado da arte de La investigacion acerca de La formación docente en los noventa. Organización de Estados Iberoamericanos para La Educación, La Ciencia y La Cultura. In: **Reúñion de Consulta Técnica Sobre Investigación En Formación del Profesorado**, México, 1998.

MOREIRA, Maria Ignez Costa; SOUSA, Sônia Margarida Gomes. Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. In: **O Social em Questão**. Ano XV – n. 28, 2012.

O POPULAR. **80 anos, 80 vidas, 80 páginas**. Goiânia: 02/04/2018. Acesso em: 06/08/2019. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/80-anos/80-anos-80-vidas-80-p%C3%A1ginas-1.1494157> .

O POPULAR. **O Popular completa 79 anos**. Goiânia: 03/04/2017. Acesso em: 06/08/2019. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/o-popular-completa-79-anos-1.1251472> .

OLWEUS, D. Europe – Scandinava – Sweden. In P. K. Smith, Y. Morita, J. Junger-Tas, D. Olweus, R. Catalano and P. Slee (eds). **The Nature of School .Bullying – A cross-national perspective**. London and New York: Routledge, 7-27, 1999.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança**. 1989.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos da Criança**. 1959.

ONU. **DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**.

PASSETTI, Edson. In DEL PRIORE, Mary. **História das Crianças no Brasil**. Contexto, São Paulo, 2016.

PINHEIRO, F. M. F. **Violência intrafamiliar e envolvimento em “bullying” no ensino fundamental**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos: UFSCar, 2006.

REDIN, E. Representação da criança e prática pedagógica da pré-escola. In: **Educação e realidade**. Porto Alegre: 13 (1) p. 67-86, jan./jun., 1988.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido. Raízes Históricas Públicas para a Infância no Brasil**. Cortez, Editora, ed.2, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. IPPOLITO, Rita. **Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. – Seropédica, RJ: EDUR, 2011.

SANTOS, Marco Antonio Cabral. Criança e criminalidade no início do século. In: DEL PRIORE. Mary. **História das Crianças no Brasil**. Organizadora. São Paulo. Contexto, 1999.

SARMENTO, Manuel Jacinto; et al. A escola e o trabalho em tempos cruzados. In. PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto (Org.). **As crianças: contextos e identidades**. Braga: Bezerra, 1997

SARMENTO, M. J.; PINTO, M. **As crianças e a infância**: definindo conceitos, delimitando o campo. In: SARMENTO, M. J.; PINTO, M. *As crianças, contexto e identidades*. Braga: Universidade do Minho, 2004.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade**. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz (Coord.). *Crianças e miúdos. Perspectivas sociopedagógicas sobre infância e educação*. Porto, Asa, 2014.

SARMENTO, Manuel Jacinto. *Sociologia da Infância: correntes e confluências*. In: SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares de (Org.). **Estudos da Infância**: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2008.

SCHIMIED-KOWARZIK, W. **Pedagogia Dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Lygia Maria Pereira da. **Violência doméstica contra a criança e o adolescente**. Recife : EDUPE, 2002.

SIQUEIRA, Romilson Martins. **Do silêncio ao protagonismo**: por uma leitura crítica das concepções de infância e criança. Goiânia/GO. Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG – 2011.

SOARES, Natália Fernandes. **Direitos da criança**: utopia ou realidade. In: PINTO, M., SARMENTO, M. J. *As crianças: contextos e identidades*. Braga: Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho. 1997.

UNICEF. **Homicídios de crianças e adolescentes**, 2015. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/homicidios-de-criancas-e-adolescentes>

ZEQUINAO, Marcela Almeida; MEDEIROS, Pâmella de; PEREIRA, Beatriz and CARDOSO, Fernando Luiz. Bullying escolar: um fenômeno multifacetado. **Educ. Pesqui.** [online]. 2016, vol.42, n.1, pp.181-198. ISSN 1517-9702. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201603138354>. Acesso em: 11/06/2017.